

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA EM REDE NACIONAL

ROTEIRO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM BANCO
COMUNITÁRIO EM CAMPO GRANDE/MS

MATEUS SLAVEC ESTEVÃO

CAMPO GRANDE – MS

2023

MATEUS SLAVEC ESTEVÃO

**ROTEIRO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM BANCO
COMUNITÁRIO EM CAMPO GRANDE/MS**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Administração Pública em Rede Nacional, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Professor Dr. Alexandre Meira de Vasconcelos.

CAMPO GRANDE – MS

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

ESTEVÃO, Mateus Slavec (2023)

Roteiro para a implementação de um Banco Comunitário em Campo Grande/MS – Campo Grande, 2023.

Dissertação Final de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Escola de Administração e Negócios - UFMS

FOLHA DE APROVAÇÃO

O relatório de dissertação apresentado ao Curso de Pós-Graduação stricto sensu em Administração Pública em Rede Nacional de intitulado “**Roteiro para a implementação de um Banco Comunitário em Campo Grande/MS**” apresentado por MATEUS SLAVEC ESTEVÃO para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública, obteve nota _____ para aprovação.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Meira de Vasconcelos (Orientador)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Fabricia Gladys Fernandes da Silva Rossato
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Andriele de Prá Carvalho
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PROFIAP

Alenka, Arnaldo, Daniel e Suellen:
Agradeço-lhes por serem os pilares da minha vida.
Especialmente, agradeço a Deus por me dar o fôlego da vida diariamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos que conheci e percorreram a caminhada do Curso de Mestrado em Administração Pública comigo, dando-me apoio e auxílio nas horas de alegria e tribulações, especialmente a Luana, Sandra, Gallina, Byron, Evellyn, Fabiana, Rogério, Cristiane, Luisa, Priscila, Carlos, Luciano, Paulo, Plínio, Anna Karolina, Marcelo, Gabriela, Lázaro, Andrea, Daniela, Keyla, Roberto, Haroldo, Emerson, Diogo, Jana e Fábio.

Aos meus professores Geraldino, de Jesus, Marcelo, Alessandro, Fernando, Alberto, Yasmin, Roosiley e Gemaël, por me ensinarem os conhecimentos teóricos necessários no dia a dia para exercer com maestria a vida pública.

Gratidão também ao meu tutor professor Juari, por ensinar na prática os preceitos necessários para gerir a coisa pública, com sabedoria e discernimento para doar o melhor de si aos usuários do serviço público.

Não posso deixar de agradecer aos professores Gabriel Nemirovsky, Élcio Benini e Romulo Cristaldo pelas indicações bibliográficas, tais como os livros dos professores Singer; Yunus; França Filho e Laville; Cançado, Tenório e Pereira, além dos artigos científicos de variados autores, complementando o meu conhecimento sobre a literatura de economia solidária, cooperativismo e gestão social em mais de 1000 laudas.

Meu agradecimento especial ao meu mestre e professor Alexandre Meira de Vasconcelos, não somente pela excelente capacidade didática, como também pela paciência e carinho ao me auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa.

Resumo

Este trabalho apresenta um roteiro para a implementação de um Banco Comunitário em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O objetivo é criar um guia prático baseado em estudos de casos de Bancos Comunitários bem-sucedidos, como o Banco Palmas e o Banco Pirê, caso local. O autor conduziu uma pesquisa de campo no bairro Bom Retiro para avaliar a viabilidade da implementação do Banco na região. Foram realizadas também entrevistas com fundadores de Bancos Comunitários e análises das atividades e serviços oferecidos por essas instituições. O trabalho também inclui uma revisão da literatura sobre gestão social, economia solidária e de impacto, empreendedorismo social. As considerações finais destacam os benefícios potenciais de um banco comunitário em Campo Grande e fornecem recomendações para a implementação futura, mediante uma descrição esquematizada de atividades sequenciais.

Palavras-chave: Banco Comunitário, Economia Solidária, Empreendedorismo Social, Campo Grande.

Abstract

This paper presents a roadmap for implementing a Community Bank in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil. The aim is to create a practical guide based on successful case studies of Community Banks, such as Banco Palmas and Banco Pirê, the last one as a local example. The author conducted field research in the Bom Retiro neighborhood to assess the feasibility of implementing the bank in the region. Interviews with founders of Community Banks were also conducted, along with analyses of the activities and services offered by these institutions. The paper also includes a literature review on social management, solidarity and impact economy, and social entrepreneurship. The final considerations highlight the potential benefits of a community bank in Campo Grande and provide recommendations for future implementation, outlined through a systematic description of sequential activities.

Keywords: Community Bank, Solidarity Economy, Social Entrepreneurship, Campo Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipo ideal de serviços solidários.....	12
Figura 2 – Modelo de cartão e celular para a circulação da moeda digital.	29
Figura 3 – Experiências negativas de Bancos Comunitários.....	32
Figura 4 – Exemplo prático do uso da moeda social em forma de cartão.	39
Figura 5 – Ciclo do consumo do Banco Palmas.....	43
Figura 6 – Exemplo de regionalização do Banco Mumbuca.....	44
Figura 7 – Divisão das sete regiões de Campo Grande.	44
Figura 8 – Divisão das regiões do Bairro Vila Nasser.	45
Figura 9 – Moradora mostrando casas construídas com o seu auxílio nas obras.	46
Figura 10 – Modelo das casas populares do Bairro Bom Retiro	48
Figura 11 – Parcelamento Bom Retiro.	48
Figura 12 – Cadastro das ações do Banco Pirê no site de Dourados.....	49
Figura 13 – Questionário aplicado no bairro Bom Retiro.	51
Figura 14 – Questionário aplicado no bairro Bom Retiro.	51
Figura 15 – Entrevista com Dona Sebastiana.....	52
Figura 16 – Entrevista com Rogério, de boné e camiseta rosa.....	54
Figura 17 – Entrevista com Joaquim Melo.....	55
Figura 18 – Entrevista com Neide dos Santos.....	61
Figura 19 – Entrevista com a presidente da Associação dos Comerciantes de Chapadão ..	65
Figura 20 – Storytelling exemplificando os procedimentos práticos do negócio.....	69
Figura 21 – Etapas para o cadastramento e implementação do projeto.....	70
Figura 22 – Estimativa de gastos da força de trabalho da cooperativa de crédito.....	71
Figura 23 – Valores estimando custos: funcionários vs empresas.	72
Figura 24 – Cenários de arrecadação para a manutenção da cooperativa de crédito.	73
Figura 25 – Visitando como homem-aranha o projeto no Bairro Bom Retiro.....	74
Figura 26 – Funções do aplicativo e-dinheiro do banco com a Moeda Digital.....	77
Figura 27 – Funções do aplicativo e-dinheiro do banco com a Moeda Digital.....	77
Figura 28 – Moeda social a ser criada pelo Banco Comunitário de Campo Grande.....	80
Figura 29 – Moradores cuidando do próprio bairro em Palmas.....	82
Figura 30 – Canvas para a implementação do Banco Comunitário de Campo Grande.	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Etapas da Pesquisa.....	5
Tabela 2 – Resumo dos Tipos de Crédito Oferecidos pelo Banco Comunitário Palmas.. ..	36
Tabela 3 – Funções do aplicativo E-dinheiro para Bancos Comunitários.....	78
Tabela 4 – Modalidades de crédito a serem oferecidas pelo BCCG.	79
Tabela 5 – Tipos de contraprestação a serem feitas pelos beneficiários do RDC	82
Tabela 6 – Cálculo da força de trabalho fixa do Banco Comunitário de Campo Grande ...	86
Tabela 7 – Cálculo da força de trabalho fixa do Banco Comunitário de Campo Grande ...	86
Tabela 8 – Cálculo da força de trabalho fixa do Banco Comunitário de Campo Grande ...	86
Tabela 9 – Planilha de custos anuais do Banco Comunitário de Campo Grande.....	87
Tabela 10 – Checklist do roteiro para a implementação de um Banco Comunitário	89
Tabela 11 – Roteiro por áreas para a implementação de um Banco Comunitário	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
SUS – Sistema Único de Saúde
ONG – Organização não-governamental
ASMOCOMP - Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento
IMF – Instituições de Microfinanças
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores das Empresas Autogeridas
EES – Empreendimentos de Economia Solidária
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
SERASA – acrônimo para "Serviços de Assessoria S.A." de Serviços Bancários
LETs – Local Exchange Trading Systems
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
AGEHAB – Agência Estadual de Habitação
SEDHAST – Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho
SISGRAN – Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande - MS
SEMADUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ONU – Organização das Nações Unidas
PcD – Pessoa com Deficiência
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
ACE – Associação Comercial de Chapadão do Sul
BCCG – Banco Comunitário de Campo Grande
RDC – Renda Básica da Comunidade
FUNSAT – Fundação Social do Trabalho de Campo Grande
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OSC – Organização da Sociedade Civil
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Contextualizações do cenário atual.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1. Análise bibliográfica.....	5
2.2 Gestão Social	6
2.3 Contextualização da Economia Solidária	7
2.3.1 História da economia solidária no mundo.....	8
2.3.2 Economia Solidária no Brasil.....	13
2.4. Cooperativismo	16
2.4.1 Cooperativismo de consumo e produção	16
2.4.2 Cooperativismo de crédito	17
2.5 Empreendedorismo social.....	21
2.6 Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD)	23
2.6.1. Graus de desenvolvimento social.....	25
2.6.2. Moeda Social.....	26
2.6.3 Bancos Comunitários ao redor do mundo	30
2.6.4. Experiências com Bancos Comunitários em Mato Grosso do Sul.....	33
2.6.5 Desafios para a instituir um Banco Comunitário de Desenvolvimento	35
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1. Objetivo Geral.....	40
3.1.1 Objetivos Específicos.....	40
3.2 Enquadramento metodológico	40
3.3 Pesquisa de campo	41
3.4. Definição do local de aplicação	43
3.4.1 Bairro Bom Retiro.....	45
3.5 Tratamento dos dados	47

3.6 Projeto de lei	48
3.7 Entrevistas semiestruturadas	50
4. DESENVOLVIMENTO.....	51
4.1 Pesquisa de Campo	51
4.2 Entrevista com João Joaquim de Melo Neto	55
4.3 Entrevista com Neide Castilho dos Santos	61
4.4 O caso de Chapadão do Sul	65
4.5 Roteiro para a implantação de um Banco Comunitário em Campo Grande/MS	73
4.5.1 Definição do local	73
4.5.2 Serviços oferecidos	76
4.5.3 Créditos oferecidos.....	78
4.5.4 Renda Básica da Comunidade.....	81
4.5.5 Captação de recursos.....	83
4.5.6 Projetos: modelos alternativos para se manter financeiramente	84
4.5.7 Valores iniciais para um projeto rentável.....	86
4.6 Roteiro para implementar o Banco: checklist e etapas	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
6. REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – PROJETO DE LEI E ESTATUTO.....	101
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIAL APLICADO NO BOM RETIRO	119

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizações do cenário atual

Entre as transformações e os avanços políticos, econômicos, sociais e ambientais que geraram mudanças significativas nas dinâmicas civilizatórias em nível global e local, tem-se o avanço do capitalismo, que se tornou dominante há tempos, conforme Singer (2002). De acordo com Yunus (2008), esta teoria econômica não apresentava respostas para resolver os problemas no mundo real, não trazia soluções concretas aos pobres para estes se libertarem da pobreza.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do bloco socialista, as últimas décadas foram marcadas pela acentuação das desigualdades sociais e recuo de programas de bem-estar social. Tal contexto abriu espaço para ideias neoliberais, que pregam medidas de austeridade e a ideia de não-intervenção estatal na economia. Essas novas formas de pensar a economia, que ganharam espaço na política e se expandiram primeiramente nos países desenvolvidos e depois nos países em desenvolvimento (SINGER; 2002; GAIGER, 2003; FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004; CURRY; CADIOGAN; GIUGLIANO, 2013; DAGNINO, 2022), onde existem demandas por outras maneiras de atender à população, em que ela é considerada não apenas contribuinte, mas cidadã em um processo democrático, com direito a ser escutada e a participar das decisões que a afetam (BIRCHALL, 1997; HADDAD, 2006; CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2022).

No Brasil, os direitos sociais, que se referem aos direitos ao trabalho, saúde, educação, entre outros, começam a ser institucionalizados a partir da década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, tendo como seu principal marco a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). A partir de então, mesmo com a força das novas ideias neoliberais vindas após a queda da União Soviética, o Brasil continuou avançando na concretização dos direitos aos cidadãos, mediante a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), marco da Constituição de 1988 e, mais tarde com a expansão de programas como o “Fome Zero” nos anos 2000. No contexto mais recente, os programas de transferência de renda são mecanismos de amenização das desigualdades que auxiliam especialmente as populações mais pobres, aumentando as possibilidades de desenvolvimento dessas

populações (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; CURRY; CADIOGAN; GIUGLIANO, 2013; RIGO; FRANÇA FILHO, 2017; MOURAO; RETAMIRO, 2021).

Surge-se então, a partir da década de 1990, traços da gestão social no Brasil, que ainda está em fase elaborativa e que se assemelha a vários conceitos da Economia Solidária. Estes traços começaram a aparecer a partir da Administração Pública Gerencial, onde o utilitarismo racional se sobrepõe a validação ética das ações, visando apenas aos objetivos. Para Paes de Paula (apud CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022), a Gestão Social traduz-se na ideia da construção de um conhecimento objetivo e dialógico societal, visando o bem da coletividade por meio de prestações positivas do governo, fundadas na cooperação e desenvolvimento do capital social (PAVLOVSKAYA et al., 2020).

Conforme Singer (2002), dentre os modelos que visam à economia solidária, os principais são formados por modelos de cooperativas, entre eles: cooperativas de consumo, produção, agrícolas ou crédito, neste último, o conceito de Banco do Povo. Esses modelos se insurgem face ao capitalismo, principalmente quando a economia é recessiva. As cooperativas de crédito e bancos comunitários que oferecem microcrédito – também chamado de microempréstimo – o fazem a uma taxa menor do que as instituições financeiras capitalistas padrões, possibilitando assim àqueles sem acesso às instituições de empréstimo convencionais a serem mutuários e iniciar pequenos negócios (AHMED; SIWAR; IDRIS, 2011; BEZBORUAH; PILLAI, 2013; GUPTA, 2014; BENNOUNA; TIKOUAT, 2016; AL-AMIN; MATHBOR, 2019).

Atualmente, há no Brasil diversos modelos de promoção ao microcrédito em caráter social, fomentados por organizações sociais ou mesmo pelo próprio Estado (ZOUAIN; BARONE, 2007; GONZALEZ; PORTO; DINIZ, 2017; KELLY; FONSECA; SAUERBRONN, 2018; OLIVEIRA, 2020b). Em suas origens, o microcrédito tinha limitações por ser fornecidos apenas por entidades não governamentais, hoje, encontra-se mais difuso por parcerias entre órgãos públicos, privados e ONGs, visando integrar lucros, sustentabilidade e inclusão social, sendo majoritariamente os clientes em forma de pessoa física (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Nesse sentido, o vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2006 - Muhammad Yunus - delineou uma narrativa convincente de como a visão padrão de renda e economia pode ser modificada para ajudar empreendedores marginalizados (KOTLER; KARTAJAYA;

SETIAWAN, 2012; HUDON; MEYER, 2016). Tudo começou em 1976, quando Yunus era professor da Universidade Bengalesa de Chittagong e levou seus alunos a um vilarejo simples do país. Os estudantes entrevistaram mulheres que faziam bancos de bambu; para comprar os materiais, elas emprestavam de agiotas com juros de mais de 10% à semana, o que as deixavam com uma pequena margem de lucro após a venda dos produtos acabados. (YUNUS, 2008; DE MORAES; NOGUEIRA; VIEIRA, 2015).

Percebendo que havia uma clara exploração financeira da força de trabalho dessas mulheres, o professor decidiu tirar do seu próprio bolso US\$ 27.00 e emprestou a 42 artesãs. Ele descobriu que com uma pequena quantia era possível não apenas ajudar essas mulheres a subsistir, mas também a sair da situação em que se encontravam. Em 1983, ele formalizou essa concessão de microempréstimos a juros baixos criando o Banco Grameen, o primeiro banco comunitário do mundo, cujos principais fundamentos são a confiança e a solidariedade. (YUNUS, 2008; AHMED; SIWAR, 2014; LIPI, 2016; CHOWDHURY *et al.*, 2021).

A economia solidária, também é observada como sendo de interesse econômico e social geral, seguindo os princípios da primazia das pessoas e do propósito social sobre o capital, da promoção da solidariedade interna e com a sociedade (LIPI, 2016; VARGAS; VEJA; PEÑA, 2017; SIQUEIRA; HONIG; MARIANO; MORAES, 2020). Em outras palavras, a economia solidária é uma área socioeconômica baseada em três eixos principais que determinam seu caráter transformador: gestão democrática e participativa; orientação para as necessidades humanas e comprometimento com o meio ambiente (CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016).

Entre os exemplos de maior sucesso desse tipo de economia no Brasil e no mundo, cita-se o Banco Palmas, que foi fundado em 1998 pelo empreendedor social João Joaquim de Melo Neto, localizado no município de Fortaleza, no estado do Ceará e gerido pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), feito da comunidade para a comunidade, sendo o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil (NETO; MAGALHÃES, 2003; DINIZ; LEITÃO, 2016). Bancos Comunitários são Instituições de Microfinanças (IMF) dedicadas ao combate à pobreza e incentivo ao desenvolvimento local, atuando em comunidades vulneráveis e com grupos que podem

encontrar dificuldade nos empréstimos de bancos tradicionais (NETO; MAGALHÃES, 2005a; RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015; RIGO; CANÇADO; SILVA JR, 2019).

Mediante a análise dos Bancos Comunitários supramencionados, o objetivo principal deste trabalho é o estudo da literatura teórica e sua harmonização visando a concretização desta ideia, já que o aspecto prático é fundamental para o sucesso, pois fornece diretrizes claras e específicas para a implementação do banco, abordando desde a definição do local até a criação de uma organização da sociedade civil (OSC) dedicada ao banco. Geograficamente, a relevância desse trabalho vai além de Campo Grande, pois o roteiro pode ser adaptado e aplicado em outras áreas comunitárias. Isso significa que outras comunidades que desejam implementar um Banco Comunitário podem se beneficiar desse guia prático, utilizando-o como referência para o desenvolvimento de suas próprias iniciativas. Dessa forma, o trabalho contribui para a disseminação e fortalecimento do modelo de Banco Comunitário, que busca promover o desenvolvimento local, a inclusão financeira e a solidariedade econômica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Análise bibliográfica

A Tabela 1 contém as etapas de realização da pesquisa para os artigos usados como fundamentação teórica das experiências ao redor do Brasil e do mundo sobre BCD. Foram selecionadas palavras-chave e por meio de operadores booleanos e símbolos de truncamento, construiu-se uma *string* de busca para as bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, com busca concentrada em artigos de periódicos e artigos de revisão, de 2011 a 2021. A concentração das buscas nas duas bases foi motivada por concentrarem um número elevado de publicações científicas revisadas por pares, além de ter um processo de indexação que facilita o processo de busca e seleção.

Tabela 1: Etapas da Pesquisa

Etapa	Detalhamento	Ferramentas
Definição da plataforma de busca	Definição das base de dados Scopus e Web of Science como instrumentos de busca.	Internet
Definição das palavras-chave a serem analisadas.	Banco Ético, Banco Social, Banco Popular, Banco Comunitário, Banco de Desenvolvimento da Comunidade, Moeda Social, Moeda Local, Moeda Virtual, Microcrédito, Microfinança, Microempréstimo, Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Empreendedorismo Social, Comunidade, Responsabilidade Social Corporativa, Alívio da Pobreza	-x-
Definição dos termos de busca e string.	bank* and (communit* OR popular OR social) AND (vuln* OR entrepren* OR "social econ*" OR "solidar* econ*" OR "social curr*" OR "social money" OR "microcredit")	Scopus e Web of Science
Recorte temporal.	10 anos (2011 a 2021)	Scopus e Web of Science
Definição dos documentos a serem estudados.	Apenas artigos publicados e foram retirados artigos duplicados; ou com foco textual não compatível com as áreas de estudo, ou seja, cujo conteúdo não dissesse respeito à experiências relatadas de bancos comunitários ou outras instituições de microfinanças semelhantes.	Scopus e Web of Science
Filtragem dos artigos	Os artigos foram selecionados por meio da leitura do título e resumos, seguida do acesso ao conteúdo completo do trabalho em um idioma de conhecimento dos autores (inglês, espanhol e/ou português) e uma leitura exploratória rápida do conteúdo dos artigos, também conhecida como <i>skimming</i> . Na sequência, foram lidos de forma acurada (<i>scanning</i>) para avaliar o conteúdo do artigo e sua relevância para a pesquisa.	Excel e Mendeley
Embasamento para os trabalhos	Com os 40 artigos, foram feitas leituras para embasamento e construção da fundamentação teórica, além do aprendizado de boas práticas e de tentativas de sucesso e fracasso em implementações dos bancos comunitários.	Word e Mendeley
Referenciação	Inserção das referências bibliográficas conforme o desenvolvido durante o trabalho.	Word e Mendeley

Fonte: Autor (2023).

2.2 Gestão Social

Desde a concepção da Constituição de 1988, os anseios da sociedade em participar não são apenas como um agente passivo do processo político e decisório, mas pautados em uma democracia cidadã, se envolvendo no destino de seu país (CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016). Apesar de tais avanços institucionais sobre a maneira de administração da sociedade democrática contemporânea, ainda se faz presente a ameaça de lideranças antidemocráticas que ameaçam os espaços de protagonismo da população, além de práticas patrimonialistas, clientelistas e voltadas ao mercado capitalista. Os autores Tenório, Cançado e Pereira (2022) definem essa participação ativa da população em busca de melhorias como Gestão Social, que:

“(...) é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último (TENÓRIO; CANÇADO; PEREIRA, 2022, p. 133).

Para Tenório, Cançado e Pereira (apud ROVIDA, 1985), o primeiro contato deste termo se tratava justamente de uma iniciativa autogestionária na Espanha, uma democracia proletária local, assim como nas fazendas coletivas soviéticas, em forma de cooperação agrícola, propriedade estatal dos meios de produção e associação agroindustrial. Eram os primeiros indícios de uma sociedade emancipada, na qual o poder se concentra na soberania do povo e nas esferas públicas culturalmente em mobilização, com associações que se distanciam do Estado e do Mercado, com enfoque na democracia deliberativa, e não apenas na representativa. Os autores citam Guerreiro Ramos (1981) que fala sobre a gestão social como uma forma que perpassa o trabalho e invade as esferas pessoais, num gerenciamento participativo e pela tomada de decisão por diferentes atores sociais.

Na mesma linha, Haddad (2006) traz que condições como o sufrágio universal, transformar a ciência em fator de produção e políticas anticíclicas keynesianas só se realizam onde o espaço é democrático/dialogico e a classe trabalhadora é consciente, conceito semelhante abordado por Cançado, Tenório e Pereira (2022), que diz que uma sociedade só é de fato republicana, quando a cultura decisória é voltada aos interesses coletivos para viabilizar a Gestão Social.

Cabe salientar que o termo “Gestão Social” não engloba apenas participação popular, terceiro setor, iniciativas de caráter ambiental e cultural, desenvolvimento dos territórios etc. Ou seja, é errôneo, segundo os autores, destacar que o que não é gestão empresarial e tradicional é gestão social. O mais correto, para Pinho (apud CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022), seria “gestão emancipadora”, que diz também que o povo tem uma incapacidade natural de atuar nos processos legislativos e cooperar entre si, sem a criação de grupos que pressionam outros. Justamente por isso, o maior desafio é fazer os mecanismos interativos serem pautados na solidariedade e na tomada de decisão coletiva, pois segundo Fischer (apud CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022), a cooperação não exclui a competição, esta pressupõe articulações, parcerias e pactos mútuos.

A seguir, apesar de moderna, veremos que a gestão social está intrinsecamente ligada com fatores da Economia Solidária, com enfoques em aprendizagem coletiva, cooperação como postulado, integração das partes e finalidades, diálogo e participação das pessoas, senda esta uma das ferramentas deste tipo de gestão, assim como a educação popular e as organizações da sociedade civil (BIRCHALL, 1997; BENINI; BENINI, 2010; MACHÍN; ALEMÁN; RODRÍGUEZ, 2017; MANDACHE, 2020).

2.3 Contextualização da Economia Solidária

A economia solidária é um modo produtivo que se contrapõe ao capitalismo, baseado na falta de cooperação, individualismo e divisão de forças, entre os que produzem o capital e entre os que o detém (NASCIMENTO *et al.* 2017). Uma solução a esse problema seria uma renda que disponibilizasse a qualquer cidadão o básico para se suprir e poder concorrer em condições no mínimo igualitárias (MOURÃO, REMATIRO, 2021). Enquanto numa empresa capitalista, por exemplo, os lucros são destinados a pagar aqueles que possuem a maior fatia das ações, em uma empresa solidária esses lucros são disponibilizados conforme a decisão aprovada por assembleia, geralmente visando a fundos sociais e educacionais, ou mesmo ao lucro, mas em proporções menores do que em uma empresa padrão (SINGER, 2002).

No modelo de economia solidária, os empregados são “patrões de si próprios” (BENINI; BENINI, 2009), que reconhecem que neste modelo há brigas internas e divisão do trabalho – já que ele continua estando inserido no contexto capitalista, a não ser que fosse na sua forma mais utópica – mas que mesmo assim, é uma alternativa melhor ao capitalismo,

pois uma autogestão *stricto sensu* pode não ser perfeita, mas é melhor “usar o chicote em si mesmo” do que ser explorado impiedosamente por um patrão. Os autores trazem conceitos expostos por Marx e Singer, de que um modelo ideal seria o empreendedorismo solidário a nível nacional ou até mundial, para que possa de fato servir de ponte ao socialismo autogestionário e impedir a alienação do ser humano de si, do seu trabalho e da sua sociabilização.

A Economia Solidária é um tipo de “interesse bem compreendido”, definido por Tocqueville (apud TENÓRIO; CANÇADO; PEREIRA, 2022) quando o bem-estar coletivo é necessário para o bem-estar individual, e que só se é possível alcançar a vantagem individual se os cidadãos trabalharem pela felicidade dos outros. Ou seja, a solidariedade é alcançada quando o que se obtém de vantagem individual também é melhor para o outro, de uma maneira sustentável, o que a difere da caridade e de esmolas por serem egoístas devido à manifestação de superioridade de um ser para com outro (GAIGER, 2003; YUNUS, 2008).

Uma das principais diferenças do modo capitalista é a maneira de gestão da empresa. Pela autogestão, são os próprios membros da empresa solidária que definem os rumos, com foco na cooperação sobre a competição (OLIVEIRA, 2017). Isso não quer dizer que não haja interesses particulares, por isso, são disponibilizadas ferramentas como fundos de capitais indivisíveis e bens inalienáveis para que os gestores não se sintam tentados a vender a empresa social por ela estar dando lucro e para que não haja preferências entre sócios e cooperadores mais antigos sobre os mais novos (SINGER, 2002).

2.3.1 História da economia solidária no mundo

Os primeiros traços de economia solidária surgiram com Robert Owen por volta de 1850, que dava condições melhores aos seus trabalhadores, como salário e escola para as crianças, vendo a produtividade da sua empresa subir com isso, e que propôs um método de reestruturação da economia pós-guerra utilizando a força bélica ociosa em aldeias cooperativas (SINGER, 2002). Surgiram-se assim os primeiros modelos cooperativistas, com sócios majoritariamente operários, quando “Tornou-se comum que grevistas, em ramos que podiam ser operados sem muita máquina, em vez de cruzar os braços, se lançassem em competição com seus empregadores à base de planos de produção cooperativa” (COLE, 1944, p. 24).

Marx (apud HADDAD, 2006) reconhece que as sementes do cooperativismo foram plantadas por Owen, que por ações, ao invés de palavras, concretizaram movimentos em fábricas cooperativas levantadas por alguns operários corajosos. Conforme a construção teórica marxista, a cooperativa deverá ser tão eficiente quanto o sistema capitalista, por meio da evolução da tecnocracia científica e da ciência moderna, que a considera um modelo transicional para o desenvolvimento da cooperativa industrial e comercial de trabalhadores, que supera a divisão do trabalho perante o capitalismo pela supressão da oposição entre capital e trabalho.

Para Marx, as experiências nos 20 anos posteriores mostraram que o trabalho cooperativo, se mantido no interior do regime capitalista, ao final o que acontece é que os trabalhadores se tornam patrões de si, mantendo o sistema exploratório, sem libertar e emancipar o trabalhador, motivo pelo qual muitos da burguesia até teciam elogios ao modelo cooperativista. Para uma mudança efetiva, as massas laborais deveriam se organizar a nível nacional. Sociedades cooperativas em união a nível do país, para Marx (apud HADDAD, 2006), é o mais próximo que se pode chegar de um comunismo “realizável”, com as cooperativas se auxiliando entre elas, com os trabalhadores detendo o poder político de fato, fugindo da sua natural indisposição ao governo e reivindicando uma reforma estatal completa, se reeducando para uma economia solidária não egoística (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Também houve a tentativa de Charles Fourier de instituir o falanstério, que seria uma comunidade suficientemente grande de pessoas que trabalhassem por suas paixões, uma espécie de coletividade social onde as remunerações seriam igualitárias, com mecanismos de freios combatendo polarização entre abastados e pobres pela redistribuição de renda, garantindo a todos um mínimo decente. Na prática, os movimentos tiveram mais forças nos Estados Unidos por seus discípulos após a sua morte, mas nenhum durou mais que cinco anos (SINGER, 2002).

É fato que os pobres precisam de empréstimos para poderem sobreviver ao desemprego, epidemias, perdas de safra, entre outros. Muitos destes, por não obterem acesso ao sistema financeiro como as parcelas mais ricas, recorrem aos agiotas e se prendem em um laço duradouro de exploração e dependência financeira, com dívidas que nunca finalizam a juros compostos (YUNUS, 2008; HULL, 2012; HOSSEIN, 2015; FARE; AHMED, 2017).

Desde o século XIX, foram registradas tentativas de instituir modelos comunitários e democráticos para organizar o consumo e a produção face ao modelo capitalista de exclusão das massas e do proletariado (GAIGER, 2003). A questão está intimamente ligada na luta pelas categorias de esquerda sobre a economia política marxista, na tentativa de instituir um modelo novo não capitalista. Porém, é perceptível a dificuldade em se instituir teorias que possam ser utilizadas na prática, que transformem um pensamento racional para o real, para a ascensão das classes subalternas (SINGER, 2002; DINIZ; LEITÃO, 2016).

Destaca-se que o caminho a percorrer não é instantâneo, mas fruto de um longo processo histórico da teoria de transição de Marx para um modo de produção sustentável. Ressalta-se que, apesar das iniciativas solidárias viverem atualmente um ponto de pico, mediante iniciativas de bancos populares, redes de trocas e moedas sociais (SINGER, 2002; NETO; MAGALHÃES, 2003, 2007; RIGO; FRANÇA FILHO, 2017), apenas algumas iniciativas de grande porte e maturidade conseguem lograr êxito, sendo que o restante tem maior característica experimental, não produzindo um real impacto, consequência das externalidades capitalistas que sufocam muitas a romper esse ciclo, que na rigorosidade da análise se torna difícil quantificar a força solidária (GAIGER, 2003).

A economia solidária guarda fortes relações com a economia camponesa, pois ambas são distintas do modelo assalariado, com a propriedade social dos meios produtivos coletivos, poder de decisão aos trabalhadores, sendo que a primeira está mais associada a um modo cooperativo, sendo a força do vínculo coletivo a responsável pelos efeitos positivos e o sucesso deste fator de empreendimento (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022). Há uma inversão do modo capitalista: enquanto neste o capital emprega o trabalho, na economia solidária os trabalhadores são quem absorvem o capital (SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2017).

A Economia Solidária pode ser entendida, como a relação de atividades de um ciclo de produção, com autogestão, cooperação, comércio justo e consumo consciente entre os seus principais pilares (SINGER, 2002). Negócios da economia solidária voltados ao crédito visam principalmente a população mais pobre, mulheres com filhos e solteiras, desempregados e outros excluídos financeiramente dos acessos aos serviços de crédito e outros tipos financeiros, pois são essas pessoas que não atenderiam aos critérios de comprovação de renda e garantias exigidas pelo sistema bancário comercial (VARGAS; VEGA; PEÑA, 2017; PURKAYASTHA; TRIPATHY; DAS, 2020).

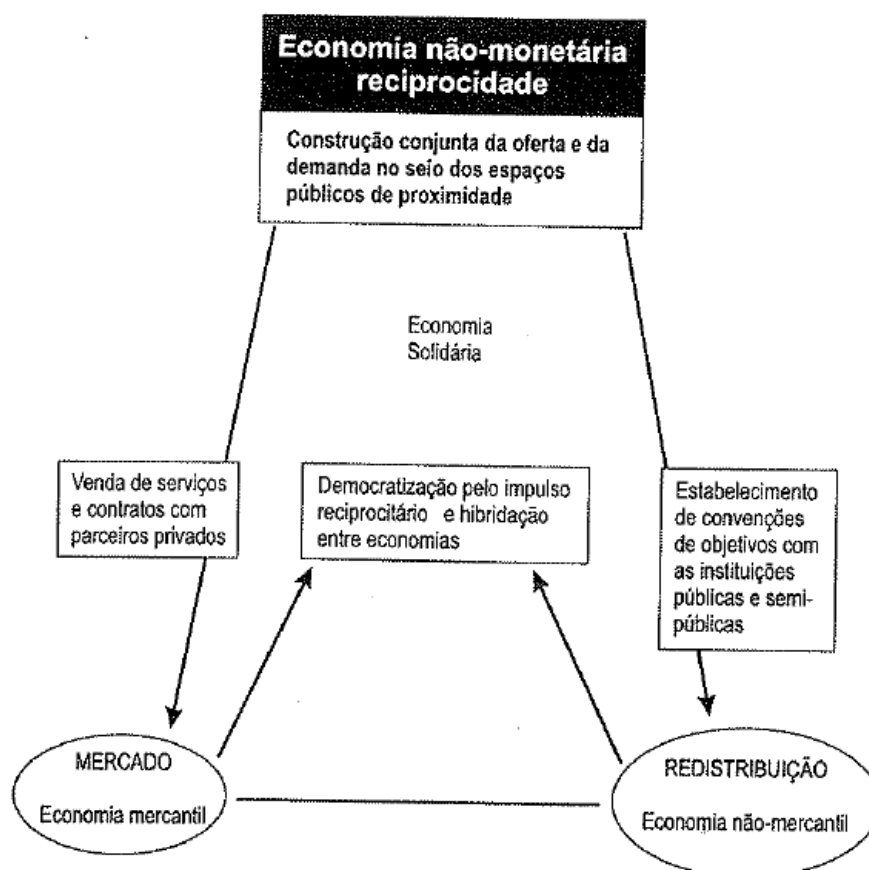
Segundo Haddad (2006), iniciativas que vão contra o capital não sucedem a não ser por legislações e pela luta na arena política, pela ação dos operários na camada da sociedade mediante conquistas sindicais, pois apenas por acordos entre os proletários e os donos dos meios de produção, resultados como redução de jornada de horas e regulamentações de iniciativas de economias solidárias não prosperariam.

Os programas de transferência e redistribuição de renda são uma das ações aplicadas ao redor do mundo, para amenização das desigualdades sociais e da pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento (CURRY; CADIOGAN; GIUGLIANO, 2013). Contudo, esses programas, com suas vantagens e desvantagens, surgem em uma lógica vertical (a partir das autoridades estatais) como forma de atender à população. Na década de 1980 começam a surgir outras iniciativas com intuito de combater a pobreza e auxiliar o desenvolvimento das comunidades, por meio de políticas de inclusão financeira. (CORDEIRO, 2020).

Na Inglaterra havia a concepção de que ricos deveriam ser “solidários” com os pobres para serem cidadãos, porém, isto se reduzia a uma mera caridade, diferentemente dos casos na França, onde a ênfase estava nas formas de auto-organização, substituindo a caridade pelo laço de voluntariado que unia cidadãos como livres e iguais, mediante organizações mutualistas, no início do Século XIX (SINGER, 2002; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022).

Autores como França Filho e Laville (2004) trazem aspectos principalmente sobre o desenvolvimento da economia solidária em seus países – Brasil e França – e dizem que ela era mais do que apenas uma tentativa de articular a economia mercantil (compras e vendas), não-mercantil (redistribuição e não-monetária, trocas e escambos), dizendo que o trabalho voluntário é essencial na aos serviços solidários, mas que de maneira nenhuma substitui o assalariado, conforme Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Tipo ideal de serviços solidários



Fonte: França Filho e Laville, 2004, p 108.

No final do século XX, ao longo do mundo, a economia solidária precisou ser reinventada, pois com a conquista de vários direitos do trabalhador pelo papel dos sindicatos, os assalariados começaram a viver um padrão de classe média, lutando pela ampliação dos direitos ao invés de combater o serviço assalariado que lhes era imposto, pois estes preferiam o papel de cidadão social, mesmo que isso implicasse subordinação aos empregadores com seus meios de produção (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; BENINI; BENINI, 2009).

A ideia principal era estabelecer ações visando o consumo justo – *fair trade* – que parte da ideia de comprar não apenas pelo individualismo, por questão de preços e qualidades, mas em função de bens sustentáveis e que auxiliam na economia circular e solidária (NASCIMENTO *et al.* 2017; RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Haddad (2006) complementa dizendo que o período pós segunda guerra dos “30 anos dourados do capitalismo” trouxe a sensação de prosperidade econômica e mitiga estratégias de luta contra um sistema de opressão, dada a “falsa” sensação de calma.

A partir da década de 1970, com o crescimento do neoliberalismo e a queda do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) e a introdução de visões gerencialistas ao longo do mundo, surgiu também a volta do desemprego massificado (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004). Com isso, os donos do capital procuraram países onde haviam pouco ou nenhum direito trabalhista, o que provocou a desindustrialização de países como o Brasil, que foram obrigados a aceitar os direitos trabalhistas flexibilizados para não passarem por instabilidades de emprego (SINGER, 2002).

Foi se insurgindo um novo cooperativismo baseado na Gestão Social (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022) com a volta dos princípios democráticos e igualitários, voltadas à autogestão e à libertação do serviço assalariado, trazendo sinais da volta da promoção de comunidades que por sua própria auto-organização buscavam melhorar seus padrões de vida e manter as tradições culturais. No Brasil, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos e universidades começaram a prestar apoio à economia solidária massivamente nos últimos 20 anos (NETO; MAGALHÃES, 2003; MOURÃO; RETAMIRO, 2021).

2.3.2 Economia Solidária no Brasil

No Brasil, segundo França Filho e Laville (2004), houve uma multiplicidade de experiências solidárias, principalmente em formas de ONGs e bancos populares, cooperativas de crédito que difundiram o microcrédito para organizações populares de amparo coletivo, que se insurgiram não somente contra o desemprego, mas por razões de interesse que vão além do modo mercantil. A crise industrial dos anos 80 trouxe cooperativas de produção e consumo tomadas pelos trabalhadores que produziam bens básicos, como pães e tecidos, algumas em níveis organizacionais bem definidos por intermédio do auxílio da Associação Nacional dos Trabalhadores das Empresas Autogeridas – ANTEAG (FRANÇA, 2011; CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016; OLIVEIRA, 2017).

Segundo Nascimento, Benini, Xavier, Mello e Cardozo (2017), uma das formas de combate a esse desemprego estrutural e combate à pobreza a partir da década de 1980 foi justamente o consumo solidário e o comércio justo, motivados principalmente para serem uma fonte complementar de renda aos cooperados, uma alternativa ao desemprego e obtenção de ganhos em um empreendimento associativo, pautados na autogestão e paridade entre os associados. Devido à dificuldade de obtenção de crédito, este é um grande desafio

aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), pois mesmo que esta seja uma alternativa ao mercado, ainda sim está inserida em um contexto capitalista (BENINI; BENINI, 2009).

Cooperativas de trabalho muitas vezes não dispunham de capitais financeiros em abundância, apenas da sua própria força laboral dos seus associados. Em meio a esses casos, surgiram “cooperativas falsificadas” que objetivavam explorar a força de trabalho, travestidas do caráter social, mas sem respeitar os direitos do trabalhador (SINGER, 2002).

Um dos exemplos de maior renome foi a criação pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) de um banco popular, o Banco Palmas, que:

“(...) financia uma série de atividades solidárias, abarcando praticamente o conjunto da cadeia socioprodutiva locais. As ações envolvem várias linhas de microcrédito destinado ao apoio de grupos produtivos atuando no campo do artesanato (palmart), de confecções (palmafashion), de material de limpeza (palmalimpe). Além de outras ações de incentivo ao consumo solidário local através de cartão de crédito (palmacard), de criação de um clube de trocas com adoção inclusive de uma moeda social no bairro (o palma\$), de coordenação de um sistema de compras coletivas e de venda dos produtos do bairro através da criação de uma loja solidária.” (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004, p. 154-155.).

Dagnino e Silva (2022) afirmam que os últimos quarenta anos foram de lutas pela recuperação e manutenção de direitos pela classe trabalhadora, que sofreu com a crise da dívida trazida pela abertura de mercado, globalização e mundialização da economia pelas práticas neoliberais, pois o desenvolvimento industrial trazido pela automação pendia a balança mais ao lado do capitalista do que ao trabalhador (HADDAD, 2006). Na contramão, práticas de Economia Solidária eram fomentadas, tais como associações autogestionárias e assunção de empresas falidas ou em recuperação pelos próprios trabalhadores, que atualmente são cerca de 80 milhões sem uma oportunidade a longo prazo.

A partir dos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo federal brasileiro passou a assumir o papel de formulador e indutor de políticas públicas voltadas para a concessão de crédito produtivo às populações de baixa renda (ZOUAIN; BARONE, 2007) tendo o Brasil sido um dos pioneiros nessa prática em relação à América Latina, especialmente na região Nordeste (NETO; MAGALHÃES, 2003; GONZALEZ; PORTO;

DINIZ, 2017; DE AGUIAR OLIVEIRA, 2020). Contudo, o setor de microfinanças no Brasil não tem alcançado tanto as parcelas mais necessitadas da população, os trabalhadores liberais e microempresários, devido ao desconhecimento sobre essas instituições e por pensarem que bancos comunitários, por terem a palavra “banco”, por exemplo, não seriam tão diferentes dos bancos comuns que visam o lucro sobre o capital (DINIZ; LEITÃO, 2016; MOURÃO; RETAMIRO, 2021).

Por isso, a economia solidária só é alcançável de fato pela disseminação da informação aos que desconhecem, à educação (MENEGETTI; BARROFALDI, 2015) e pela garantia de trabalho para todos, sem distinção de raça, sexo, etnia e fatores de empregabilidade (HADDAD, 2006; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022). Uma das ilustrações mais notórias no Brasil, segundo França Filho e Laville (2004), seria o que aconteceu na periferia de Fortaleza, que combinou as dimensões comunitária e pública para aplicar a economia solidária, feita em um processo cotidiano de transformação institucional, com indivíduos voluntariamente propensos a aplicar projetos concretos de coletividade.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi um marco para o norteamento dessa política pública no Brasil durante esses anos, com a estruturação de um conselho e um plano nacionais, pois graças a experiência adquirida entre 2003 a 2016 hoje temos vários caminhos conhecidos de suporte à economia solidária, apesar dos anos seguintes terem sido marcados por um contexto de crise socioeconômica nesse aspecto (DAGNINO; SILVA, 2022). De acordo com Chiariello (2020), a SENAES esteve ativa durante os governos do Brasil entre 2003 e 2019. Durante esse período, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada em 2003 e teve sua atuação consolidada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010 e Dilma Rousseff de 2011 a 2016. No entanto, a partir de 2017 no governo Temer, houve um desmonte gradual da SENAES, culminando em sua extinção em 2019, durante o governo de Bolsonaro; destaca-se que, com a reeleição do presidente pioneiro da iniciativa em 2023, a Secretaria foi reconstituída e anexada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2023).

Dentre estes últimos pontos, destaca-se a tentativa de criação de um marco nacional da economia solidária mediante lei, que foi barrado pela bancada rural no Senado Federal, bem como a impossibilidade legislativa dos trabalhadores assumirem seus locais de trabalho em processo de recuperação, conforme informações disponíveis no site do Senado Federal

do Brasil sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137 (BRASIL, 2017). Uma vitória em âmbito municipal foi alcançada em São Paulo com a Lei 17587/2021, que criou o Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária (Lei carinhosamente batizada de Paul Singer). Esta lei trouxe garantias legais no que tange à concretização de direitos fundamentais para que os municípios tenham acesso à dignidade de vida, estimulada pela participação e organização social, conforme preceitua a Carta Magna no Art. 174 em seu segundo parágrafo. Na lei, encontra-se espaço para a prática de finanças solidárias com programas de distribuição de renda por bancos comunitários de desenvolvimento, apoio do uso de moedas sociais e fomento da igualdade e justiça social.

Conforme Dagnino e Silva (2022), apesar das tentativas, ainda há – e sempre haverá – o interesse das elites dominantes e exportadoras sobre o capital, pois estas definem os modos de uso dos fatores produtivos, o que agrava a crise. Para os autores, soluções encontradas em seminários foram a reindustrialização empresarial e solidária com o aumento de indústrias manufatureiras e empregos sob o regime CLT, somados com um incentivo estatal a esses setores para diminuir as importações pode equalizar a balança social no longo prazo. Uma das estratégias chaves seria na qual à “rede de bancos comunitários caberá viabilizar pela via creditícia (direta e canalizada pelo Estado); e em que as moedas sociais beneficiarão também os pequenos proprietários do território.” (DAGNINO, 2022, p. 8).

2.4. Cooperativismo

2.4.1 Cooperativismo de consumo e produção

Segundo Paul Singer (2002), a cooperativa de consumo e produção é aquela constituída para que a maioria das necessidades sejam satisfeita pelo trabalho dos próprios membros prosumidores, pela autogestão, em que há democracia nas decisões e priorização do trabalho em detrimento ao capital. Para ser caracterizada como uma, ela deve garantir o princípio da “porta aberta”, isto é, a entrada de quantos sócios quiserem aderir, além do voto paritário e unitário de cada membro cooperado, permitindo assim, ganhos de escala e proliferação da associação, com o investimento do potencial lucro excessivo em favor dos próprios trabalhadores.

A maneira de conduzir as atividades era a de cogestão entre acionistas, provedores de capital e trabalhadores. A cooperativa só faz negócios com os seus associados, primando

assim o princípio da solidariedade (MACHÍN; ALEMÁN; RODRÍGUEZ, 2017). Mesmo assim, havia a recusa de crédito aos sócios desempregados, dando prioridade à sustentabilidade financeira. Além disso, eram ensinados princípios de educação financeira, visando combater egoísmos e individualismos (MENEGETTI; BARROFALDI, 2015), que os primeiros cooperadores como os Pioneiros Equitativos de Rochdale acreditavam ser frutos de uma educação errada (SINGER, 2002). Se tudo desse certo, a cooperativa se transformaria em uma Aldeia, onde todos poderiam conviver visando o bem comum, mas com a guerra civil de 1850, a iniciativa antes solidária se tornou capitalista, cortando abonos salariais a empregados e na transformação em uma firma lucrativa padrão.

Entre 1845 e 1850, surgiram também cooperativas deste tipo em diversas partes do mundo, pautadas nos princípios dos Pioneiros: “do varejo ao atacado, depois à produção própria e finalmente à criação de uma união cooperativa nacional” (SINGER, 2002, p 53). Essas cooperativas evoluíram para uma “nova onda”, que trazia a produção de alimentos, livros, editoriais e jornais comunitários, visando a inclusão das camadas menos favorecidas que se opõem ao capitalismo, com práticas democráticas e igualitárias (CORDEIRO, 2020).

Com o avanço do capitalismo pós segunda guerra mundial, as tentativas de cooperação começaram a falhar, com o surgimento de shoppings centers nas periferias, franquias e com o aumento da venda de automóveis, sendo difundidos entre as famílias, reduzindo os custos intermediários, encontrando barreiras nos custos mais baratos oferecidos pelos modelos capitalistas de empresa (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Para Singer (2002), em toda sua história, as cooperativas acabavam se esbarrando em duas barreiras: ou perdiam os seus consumidores ou renunciavam ao caráter econômico social e se transformavam em empresas capitalistas também. Conforme Birchall (1997), o cooperativismo ainda existe e não morreu, mas perdeu boa parte do seu mercado contra o grande capital, que vende no varejo e no atacado simultaneamente.

2.4.2 Cooperativismo de crédito

Na Cooperativa de Rochdale supramencionada, além de serviços de alimentação e outros bens consumíveis, também era oferecido aos trabalhadores de aplicação de dinheiros e poupança, o que não era comum ao proletariado no século XIX. Entretanto, o serviço de empréstimos ainda não fora consolidado (SINGER, 2002).

Conforme Singer (2002), seu surgimento se deu na Alemanha por volta de 1850, com Hermann Schulze e Friedrich Raiffeissen, logo após terem sido assolados por perdas de plantações de cereais e um inverno duro. Schulze fundou uma sociedade de mutualismo entre trabalhadores manufatureiros da cidade, com a aquisição de materiais em larga escala e uma associação de filantropia, onde os cooperados davam suas propriedades como garantia em forma de responsabilidade ilimitada de lema “todos por um e um por todos”, penhorando suas posses conjuntamente para poderem levantar fundos, sendo a garantia real o caráter dos membros que compunham a sociedade, sendo cada empréstimo tomado com dois membros de testemunha. Essas cooperativas começaram a ser conhecidas como Bancos do Povo. Raiffeissen teve mais destaque na área rural, com iniciativas filantrópicas para vender pão e sementes baratas, que posteriormente criou uma cooperativa de crédito rural aos agricultores para subsidiar recursos para o plantio e incrementos aos seus sítios. A garantia se dava por atestado de dois vizinhos ou bens, como gado e terras. Ambos os modelos são autogestionários, sendo este último movido principalmente pelo trabalho voluntário.

No banco do povo de Milão, criado por Luigi Luzzatti e baseado nos modelos anteriores, seus principais clientes eram pequenos comerciantes, produtores e artesãos, no mesmo estilo de crédito por garantia, onde os diretores não eram remunerados, apenas os caixas e escriturários (SINGER, 2002). O difusor destes movimentos pela América do Norte foi Alphonse Desjardins, que a partir de 1900 levou os modelos para os Estados Unidos e Canadá, mas neste caso, a iniciativa não veio dos próprios cooperadores, mas sim, de políticos que tentavam auxiliar os necessitados de crédito por meio de instituições de filantropia, com a autoajuda coletiva do norte (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A ideia principal consiste em uma união de poupadores que se juntam para poderem aumentar o seu montante e assim turbinar o acesso ao crédito por financiamento coletivo mútuo, excluindo intermediadores financeiros como bancos convencionais, sendo seus diretores pessoas da comunidade, seus próprios membros. O maior problema deste caso reside na sustentabilidade do negócio (OLIVEIRA, 2020b), pois os modelos de Schulze e Raiffeisen necessitavam de poupanças externas para poderem se manter, pois como a garantia era o “caráter geral” dos cooperativos, se muitos deles tivessem problemas financeiros, não conseguiam dar progresso ao modelo, já que a continuidade dependia do risco da autogestão, ou seja, da divisão igualitária das dos direitos e deveres dos rumos da cooperativa democraticamente econômica.

No Canadá, o cooperativismo se fortaleceu densamente na região de Quebec com créditos populares ao consumidor, ao comerciante e ao agricultor, junto com programas de auxílio à comunidade de língua francesa (BRITTO; VISANO, 2017). De acordo com Birchall (1997), o segredo do sucesso é justamente o foco em comunidades locais para reforçar a sensação de pertencimento. Vale destacar que estes modelos foram implementados em países desenvolvidos, com diferentes perspectivas em relação a modelos estruturados para países de Terceiro Mundo (SINGER, 2002).

2.4.2.1 O caso Banco Grameen

Uma das primeiras cooperativas em forma de crédito dos países subdesenvolvidos foi o Grameen Bank, criado em um contexto em que os trabalhadores do campo e da cidade necessitavam de empréstimos com altos índices de usura para produzir e não passar fome, que não resultava da falta de comida em si, mas da incapacidade de adquiri-la (DE MORAES; NOGUEIRA; VIEIRA, 2015). Yunus (2008) confrontou-se com um choque de realidade entre o que era ensinado na teoria econômica padrão e o que era visto no mundo real, dizendo que esta não conseguia explicar de fato o que acontecia. Para ele, problemas eram combustíveis para a inovação, que era alcançada fazendo justamente o contrário do que os bancos tradicionais faziam.

Foi observado por Yunus (2008) que, na aldeia de Jobra, os mais necessitados eram mulheres sem maridos, geralmente com filhos, que trabalhavam de artesãs ou na agricultura, que pegavam dinheiro com agiotas que consumiam quase toda sua margem de lucro após pagarem esses empréstimos, perpetuando a situação de pobreza e as impedindo de sair da situação de miserabilidade. Elas trabalhavam com produtos manufaturados de bambu e toda a vila não necessitava de mais de 27 dólares para se livrarem dos agiotas. Yunus decidiu fazer esse empréstimo, começando assim os primeiros passos para a implantação do Banco da Aldeia. O problema era encontrar um método em que a economia fosse circular a ponto desse próprio dinheiro não precisar ser emprestado periodicamente por atores externos à comunidade (AHMED; SIWAR, 2014; AL-AMIN; MATHBOR, 2019).

Conforme Singer (2002), a diferença principal desta iniciativa para as cooperativas de crédito alemãs é que as de Bangladesh não possuíam nenhum tipo de bem para dar em penhor ou garantia, como responsabilidade ilimitada ou individual, por isso, o começo foi desafiante para Yunus (2008), que conseguiu pelo Banco Central de Bangladesh parcerias

para estender a todo o território nacional e provar o sucesso do seu método. Muitos dos recrutados para a iniciativa do banco eram jovens que por meio do crédito encontraram um ideal para lutar.

Ao final da década de 80, empréstimos aos camponeses sem terras foram efetuados no distrito de Tangail, uma metodologia a princípio de tentativa e erro e ajustadas conforme a região, visando justamente às mulheres que eram excluídas do sistema financeiro comum. Como garantia, era usado o aval solidário, onde as mulheres emprestavam em grupo de cinco, responsáveis solidariamente pelo empréstimo feito, pois um grupo é mais coeso do que a individualidade. A experiência foi emancipatória para as mulheres clientes do banco, pois pelo Islamismo, não poderiam participar de cargos em igrejas e na política, enquanto no banco o sistema autogestionário as permitiam tomar decisões sobre empréstimos e finanças (LIPI, 2016; FARE; AHMED, 2017; CHOWDHURY *et al.*, 2021).

O Banco da Aldeia é uma cooperativa de crédito em novo tipo (SINGER, 2002), pois diferentemente das pioneiras alemãs, italianas e canadenses, os seus membros não possuíam garantias reais de bens. Enquanto os primeiros tinham um viés mais voltado à fraternidade – iguais ajudando iguais –, o Banco Grameen tinha um aspecto a mais, o de solidariedade, tirando vários de seus membros do limítrofe da pobreza (BEZBORUAH; PILLAI, 2013; CORDEIRO, 2020).

Nos bancos convencionais, os clientes são quem procuram as instituições de crédito; no comunitário, a situação é inversa. Pelos agentes de crédito de um banco comunitário, este envia seus empregados para informar aos pobres sobre o banco, que cuidam de convidar novas pessoas, assim como dos pedidos de crédito e da garantia do pagamento no tempo estipulado (MOHAN; POTNIS; ALTER, 2013). O Grameen possuía agentes de crédito, para poder informar e educar as diferenças de uma cooperativa de crédito em forma de banco em relação aos bancos convencionais, quais sejam, a preocupação com a capacidade de pagamento do mutuário, com os clientes paupérrimos, a de tornar seus depositantes e prestatários acionistas do banco, criando um círculo de inserção à economia solidária e educação cidadã, sendo uma experiência que inspirou outros programas de microfinanciamento ao redor do mundo (YUNUS, 2008).

2.5 Empreendedorismo social

Este é o modelo em que Muhammad Yunus (2008) propõe-se a discutir sua aplicação nos contextos socioeconômicos atuais, que se contrapõe ao capitalismo como uma maneira de defender uma potencial inclusão e cooperação como forma de emancipar os que trabalham, levando à desalienação dentro do próprio capitalismo. A ideia de Yunus era criar empresas que pudessem aliviar os problemas sociais existentes.

Citando a sua experiência pessoal, Yunus (2008) diz que Empreendedorismo Social é qualquer tipo de iniciativa de Economia Solidária que objetive benefícios sociais, mantendo como seu rumo também a própria autossustentabilidade, remunerando os investidores de capital, mas esta remuneração sendo aplicada no próprio crescimento da empresa. Em relação aos lucros, Yunus propõe que antes da lucratividade econômica, precisa-se pensar na lucratividade social, dizendo que os prossumidores seriam os responsáveis pelo sucesso da empresa, pois são eles que podem ajudar em relação aos problemas da sociedade escolhendo consumir de maneira sustentável. Especialmente a juventude pode aderir com mais facilidade pois querem encontrar um “estilo de vida sustentável em relação à economia, saúde, meio ambiente, generoso com os que mais necessitam e que vise à paz.” (YUNUS, 2008).

Segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2012), o negócio social é uma expressão criada por Muhammad Yunus para descrever uma empresa lucrativa e que impacta na sociedade em relação aos problemas sociais. Não é uma ONG nem uma associação filantrópica. Um negócio social é desenvolvido ao propósito social em mente desde sua concepção, mas também é possível transformar uma empresa já em andamento como um negócio social. O fator básico que determina se ela é um negócio social é o fato do objetivo social ser maior do que o objetivo de negócio e isso se refletir claramente em suas diretrizes (SIQUEIRA *et al.*, 2015; POZZEBON; CHRISTOPOULOS; LAVOIE, 2019).

“Um negócio social transfere a renda pela oferta de bens e serviços a preços mais acessíveis, além de expandir a renda com o fornecimento de bens para aqueles que não conseguiriam no mercado comum, gerando assim, mais atividade econômica da sociedade pouco atendida pelos meios de mercado” (KOTLER, KARTAJAYA E SETIAWAN, 2012, p 162,163).

A ajuda do Estado será um fator importante para o movimento das cooperativas de produção, por uma série de motivos: O primeiro é que os trabalhadores não dispõem de capital nem de propriedades que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro. O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido. Portanto, para concorrer em condições de igualdade com estas firmas, as cooperativas de produção precisam do apoio do poder público (GUPTA, 2014; DINIZ; LEITÃO, 2016; CULL; DEMIRGÜÇ-KUNT; MORDUCH, 2018).

Conforme autores como Singer (2002), França Filho e Laville (2004), para que pudesse ocorrer uma isolamento efetiva da economia solidária da economia capitalista, seria preciso a integração em rede das comunidades para que o consumo e a produção se tornassem circular e que os bens ofertados pelas cooperativas de produção, crédito e consumo não fossem tão inferiores.

Ou seja, para que a economia solidária deixe de ser apenas um remédio às mazelas da sociedade produzidas pelo capitalismo, com sustentabilidade para poder se manter por si só – ou seja, ser um Empreendimento Econômico Solidário –, ela teria que obter níveis de eficácia da produtividade semelhantes ao do modo econômico visando o capital, e não apenas para resolver problemas paliativos de desemprego, exclusão social e marginalização. Afinal, é um processo dificultoso para que cooperativas agrícolas e feiras de empreendedorismo solidário consigam combater grandes redes de hipermercados, por exemplo (SINGER, 2002; NASCIMENTO *et al.*, 2017; SIQUEIRA, 2020).

Um termo que guarda semelhança ao de empreendedorismo social é aquele definido no Decreto 11.646/2023, cunhado como economia de impacto, que busca justamente o equilíbrio entre o aspecto financeiro e sustentável, juntamente com a inclusão comunitária. Sobre o proposto neste trabalho, destacamos a semelhança também desta com os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, um exemplo de empreendimento social localizado entre o setor de mercado e o de entidade do terceiro setor: Tanto a economia de impacto quanto os bancos comunitários compartilham a característica de buscar resultados financeiros positivos enquanto promovem impacto social e/ou ambiental positivo. Apesar dessas semelhanças, é importante notar que a economia de impacto é um conceito mais amplo que

abrange diversos setores, enquanto os bancos comunitários estão mais diretamente relacionados ao setor financeiro e à prestação de serviços financeiros locais (BRASIL, 2023)

2.6 Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD)

O conceito de BCD guarda fortes relações com a ideia de Bancos do Povo e com o de desenvolvimento da economia local. Ele é diferente dos Bancos Cooperativos, que são constituídos pela união de várias cooperativas de crédito. Além do microcrédito produtivo e para consumo, o banco comunitário busca fomentar a economia local mediante de feiras de negócios, clubes de escambo, moedas sociais, entre outros. Bancos Comunitários são dedicados ao combate à pobreza e incentivo ao desenvolvimento local, atuando em comunidades vulneráveis e com grupos que podem encontrar dificuldade nos empréstimos de bancos tradicionais (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004; INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016; OLIVEIRA, 2020a).

O fomento à economia local e o fortalecimento da comunidade é justamente um dos objetivos da Estratégia Nacional de Economia de Impacto, que preconiza em seu Art. 4º a ampliação da oferta de capital, o apoio ao desenvolvimento de negócios e fomento aos empreendimentos de impacto, a interligação entre investidores, doadores e empreendedores, etc (BRASIL, 2023), já que uma instituição bancária só funciona se houver giro de caixa e recursos para o seu funcionamento mediante microcrédito, bolsas e auxílios (RIGO, FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

O Microcrédito – também podendo ser chamado de microfinança ou microempréstimo – é uma maneira viável e justa de se combater a pobreza e promover a inclusão social, especialmente em análise sob as políticas públicas implementadas latino-americanas desde o início do século (GONZALEZ; PORTO; DINIZ, 2017). O objetivo é promover a igualdade social e o exercício da cidadania ampla, pois os que geralmente necessitam do microcrédito são aqueles que não são reconhecidos institucionalmente nas lutas sociais (RIGO, FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Conforme relatório feito pelo Banco Central em 2020, observou-se uma redução de mais de 5% nas movimentações ativas de microcrédito em todas as áreas (comercial, projetos, rural e pessoal), frutos de políticas contracionistas do governo vigente à época. Ressalta-se que, por haver uma menor incidência de juros e maior objetividade social, a taxa

de inadimplência é baixa, o que não superou 9%, dentre todas as modalidades salariais, sendo os maiores tomadores aquelas pessoas de faixa de renda de 1 a 2 salários-mínimos. Esta é uma forma de crédito direcionada a bancos comerciais e aos bancos comunitários.

Voltando aos bancos comunitários, temos que são:

“(...) serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores” (NETO; MAGALHÃES, 2009, p. 12.).

Se analisarmos as perspectivas do cenário no Brasil, o desenvolvimento de uma economia solidária veio de lutas de classes e experiências com a própria comunidade. A partir dos anos 90, vários grupos de pessoas isoladas socialmente partiram para a luta na busca de direitos e de serem reconhecidas, mediante a criação de entidades de direito público, fundações sociais, que se tornaram aliadas dos governos locais na busca por efetivação das políticas públicas sociais e com isso, a criação dos BCD (SINGER, 2002; NETO; MAGALHÃES, 2003; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

O Professor Joaquim Melo (2003) ainda destaca que existe a diferença entre Bancos Comunitários Tradicionais e Bancos Comunitários Públicos, sendo o primeiro aquele autogerido pela própria comunidade, sem a intervenção estatal em forma de incentivos e subsídios, e o segundo aquele instituído por intermédio de lei municipal, estadual ou federal, apto a receber recursos de uma Secretaria ou Ministério competente da pasta. O professor ressalta que é mais comum essas iniciativas de lei ocorrerem no âmbito municipal, justamente pelo fato do banco comunitário ter caráter local, do desenvolvimento de um polo específico da comunidade, geralmente começando em um bairro, ou seja, numa área menor que um município.

Contudo, esses bancos, quer sejam municipais ou comunitários em essência, precisam praticar os preços e taxas de juros menores ou no mínimo próximas às de mercado,

pois o consumo solidário só se estabelece se houver vantagens aos que comprem também, mesmo que não financeiras (sociais, ambientais, culturais), pois se os preços praticados forem muito diferentes – a maior – dos usuais, o consumo de crédito cai rapidamente, já que não é viável competir com mercados globalizados que obtém ganhos escalares pelo grande montante de capital a se emprestar e pela automação das suas funções (SINGER, 2002; MARSH, 2015).

Segundo Diniz e Leitão (2016), os BCD vieram por meio das reflexões da comunidade, que percebiam que o bairro onde residiam era carente de recursos não pela falta de dinheiro em si, mas pela fuga dele. Ao comprar de multinacionais, hipermercados e outros polos da região central, o dinheiro não circulava pelo bairro, não gerando, portanto, riqueza interna e desenvolvimento local. Aspectos culturais estão intrinsecamente ligados aos padrões de comportamentos da população, que levam aos cidadãos a não terem essa consciência comunitária (CORDEIRO, 2020).

Hossein (2015) diz que os BCD são como “bancos de ponta-cabeça”, por fazer empréstimos com pouco lucro a empresários excluídos, dando a possibilidade de crédito aos marginalizados, sentido inverso dos bancos tradicionais. Na mesma linha, Singer (2002) diz que os bancos comunitários são “antibancos”, pois fazem ao contrário destas instituições: não consultam os cadastros de devedores como o SPC e o SERASA, e se preocupam com as condições de quem pega emprestado, que sejam pessoas que necessitam de auxílio. Enquanto o banco comum busca o lucro e o acréscimo de dividendos aos acionistas, os BCD buscam o desenvolvimento da sua região, já que os acionistas são a própria comunidade. Quanto mais a população se encontra desenvolvida socialmente, mais os sentimentos de união, empoderamento, autoconfiança e solidariedade são despertados (AHMED; SIWAR; IDRIS, 2011; HULL, 2012; BEZBORUAH; PILLAI, 2013; OLIVEIRA, 2020).

2.6.1. Graus de desenvolvimento social

Conforme Neto e Magalhães (2003), no que diz respeito aos quatro graus de desenvolvimento social, os autores estabelecem níveis de liberdade financeira e econômica das famílias pelas seguintes fases:

- a) Fase de assistência – famílias que estão em condições miseráveis, na busca apenas por comida e auxílios governamentais, com pouca instrução e capacitação;

- b) Fase de subsistência – Aqueles que vivem de pequenos serviços e subempregos, como pequenos produtores e artesãos, onde seus proventos mensais nem sempre suprem suas necessidades;
- c) Fase de sustentabilidade – É onde os negócios da pessoa já encontram certa perenidade, o equilíbrio no curso das operações normais de negócios de um empreendimento. É a partir daqui que os créditos convencionais das instituições bancárias comuns são liberados;
- d) Produção em escala – quando o empreendimento já está em larga escala, em nível industrial, que participa não somente do mercado financeiro, mas de coalizões políticas na defesa de seus interesses.

Os BCD focam principalmente a partir da fase de subsistência, já que a intenção é gerar a emancipação do cidadão. Aqueles que ainda se encontram na fase de assistência necessitam serem trabalhados para entenderem o real motivo de um banco comunitário, que não é apenas um “empréstimo fácil e barato”, mas sim, um bem que girará a comunidade e seus negócios, gerando empregos internos, atividades culturais e fomento ao crescimento humano e social (NETO; MAGALHÃES, 2005).

2.6.2. Moeda Social

Um dos primeiros relatos históricos de uma moeda de troca paralela à oficial foram as notas de trabalho, em que as unidades eram medidas em horas laborais. Essa tentativa foi feita como uma arma dos operários para disputar o mercado contra seus empregadores. Esse modelo surgiu na bolsa do Comitê Sindical de Londres, no qual os trabalhadores sindicalizados de várias produtoras cooperativas utilizavam para formular um comércio contra o lucro parasitário, excluindo os lucros industriais na composição de seus valores (SINGER, 2002). Este primeiro momento no começo do século XIX foi conhecido como “cooperativismo revolucionário”, no qual várias greves e também lockouts ocorreram face à tentativa de emancipação dos trabalhadores, tendo estes sido derrotados por imposições dos empregadores aliados ao governo, que desmontou a maioria dos sindicatos e sociedades de cooperação.

Outras iniciativas foram a *Local Exchange Trading Systems* (LET), criada em uma vila Canadense em 1983, para amenizar efeitos de crise econômica e dar continuidade ao consumo daquela região. Semelhantemente, os *Time Dollars* surgiram em 1980 nos Estados

Unidos, na tentativa de aliviar a falta de serviços provocados pela diminuição do Estado de Bem-estar Social (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Segundo os autores:

“(...) Os diferentes contextos e usos de moedas sociais e complementares no cenário nacional e internacional têm estimulado estudiosos em buscar compreender as especificidades de cada experiência e as características concernentes a um movimento que parece existir em prol do uso de moedas sociais como instrumento de desenvolvimento local ou de contestação político-ideológica.” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p 171).

Para Rigo, Cançado e Silva Júnior (2019), as moedas sociais possuem vertentes utilitárias e não-utilitárias: a primeira, de funcionarem como papel econômico, regulamentando meios de troca em territórios onde não é disponibilizado a moeda padrão, para satisfazer necessidades e utilidades; a segunda, construir relações de confiança mútua entre os integrantes desse sistema, que para isso, demandam de aceitação social, criando assim, identidades culturais.

Segundo Neto e Magalhães (2005a), um dos vários contextos de uso das moedas sociais é para o uso nos clubes de troca, que são inovações recém-aplicadas na economia de solidariedade, que consistem em pessoas desempregadas que põem os seus bens e serviços para serem cambiados por outros bens e serviços, que resolvem seus problemas pela criação de uma moeda própria, tais como foram a hora de trabalho nos primeiros modelos cooperativos, uma espécie de real solidário (SINGER, 2002). O clube vota para escolher uma taxa de câmbio, geralmente com paridade em relação à moeda corrente do país. Para implementar essas trocas periódicas, são realizadas feiras, gerando um mercado interno para consumo próprio, priorizando também trocas e experiências culturais por novos contatos e amizades, mediante cooperativas de produção e consumo (NETO; MAGALHÃES, 2007; RIGO; CANÇADO; SILVA JR, 2019; OLIVEIRA, 2020a).

Este modelo foi bem difundido na Argentina, pelo fato da moeda oficial (pesos argentinos) ser lastreada em dólar, dependendo da entrada deste para o aquecimento da economia. Nestes casos, o papel da economia nos clubes torna-se essencial, pois a moeda local supre a falta da moeda oficial (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Segundo Neto e Magalhães (2003), eles perceberam que sua iniciativa do

Banco Palmas – assim como a de outros BCD - começam de iniciativas como pequenos grupos de troca de mercadorias, que resultam em dois problemas:

- a) A maioria das famílias visam a aquisição de alimentos nestes tipos de grupo, sendo que ninguém era produtor do ramo alimentício, então não havia a comercialização;
- b) Muitos produzem os mesmos itens, o que gerava a repetição e o acúmulo de artesanatos, entre outros.

Segundo o Instituto Banco Palmas (2016), foi criada primeiramente a Moeda Palmares, fruto de várias reuniões semanais, como processo de empoderamento da comunidade. O que começou com um clube de trocas, logo depois foi destinado a todo o bairro para justamente tentar sanar este problema. Além disso, foram criados mecanismos de segurança contra a falsificação para uma maior adesão dos comerciantes, bem como um sistema de lastro para adequações do sistema monetário com as regras do Banco Central.

Para se resolver tanto o problema da fuga de capital dos bairros aos centros, quanto de administração dos recursos de dentro do bairro e do clube de troca, foram também dadas aulas sobre economia, educação financeira e consumo solidário, sensibilizando por meio de vídeos, histórias e uma mudança cultural feita para rotacionar os produtos pela própria moeda. Foi observado que após o comportamento ser difundido, mesmo com o desuso da moeda social, o comércio na região continua se mantendo elevado, como no caso do Banco Palmas (MENEGETTI; BARROFALDI, 2015; RIGO; FRANÇA FILHO, 2017).

A ideia era aumentar a relação entre o clube de prosumidores – que são aqueles que produzem e consomem, na cadeia do ciclo comunitário. Essa é uma das ferramentas utilizadas para a manutenção do capital gerado pela comunidade, utilizadas em diversos lugares do mundo em forma de moedas virtuais, físicas ou sistemas de trocas locais (FARE; AHMED, 2017; RIGO; CANÇADO; SILVA JR, 2019; SIQUEIRA et al., 2020; MOURAO; RETAMIRO, 2021; BANCO MUMBUCA, 2022).

Figura 2 - Modelo de cartão e celular para a circulação da moeda digital.



Fonte: Instituto Banco Palmas (2016).

Hoje, a moeda utilizada pelo banco fortalezense Palmas é a “palma”, lastreada ao real, sendo que 1 (uma) palma equivale a 1 (um) real. O uso de formas alternativas de troca incentiva os moradores e empreendedores a consumirem bens no mercado local (comércio, lazer, matéria prima etc.) fazendo com que o capital circule e cresça dentro da comunidade.

“No entanto, no caso das moedas sociais brasileiras criadas por BCD, a maioria se restringe a circular em territórios empobrecidos, notadamente pequenos municípios, bairros ou comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores etc.). Apesar de algumas experiências possuírem nítida orientação política e ideológica ligadas à economia social e solidária, à valorização da reciprocidade e mesmo à crítica ao modo de vida do sistema capitalista atual, o objetivo primeiro do uso destes circulantes locais associado ao microcrédito é de desenvolvimento local.” (RIGO; CANÇADO; SILVA JR, 2019, p. 311).

Em um caso prático feito pelos autores Rigo e França Filho (2017), mostrou-se que boa parte das moedas sociais do Banco Palmas concentra-se em empreendimentos maiores, no caso em estudo, em quatro mercadinhos locais, devido à facilidade de compra de alimentos primários e em um posto de gasolina. Ressalta-se que foi observado um paradoxo entre o fraco fluxo monetário social e uma forte rede de aceitação, pois o consumo local não diminuiu, pois foi identificado no Conjunto Palmeira uma legitimação da moeda e do comportamento de consumo solidário entre os moradores, onde “ficou evidente que a instituição conseguiu construir uma rede de aceitação da moeda no território baseada na relação” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p 189-190). De acordo com Skinner (1998), é

preciso primeiramente condicionar o comportamento para que um indivíduo crie a habitualidade de fazê-lo, por isso a necessidade da moeda social a princípio, já que é mediante o chicote (punições) e a cenoura (recompensas) que a visão behaviorista enxerga que a modelação do comportamento é possível (LAMPREIA, 1992).

O incentivo ao empreendedorismo e atividades socioeconômicas locais como parte das iniciativas de economia social e solidária já se provou altamente eficiente para o desenvolvimento da autonomia local das pequenas comunidades e sociedades (OLIVEIRA, 2020a), envolvendo grupos historicamente excluídos em processos decisórios e incentivando a agência e empoderamento deles. Cabe olhar atentamente aos processos previamente estabelecidos e à literatura existente para avaliar a efetividade, acertos e erros dos processos (FARE; AHMED, 2017).

Atualmente, diversas instituições desse tipo estão ativas pelo mundo, atuando em comunidades e ofertando empréstimos para o desenvolvimento da economia local. No Brasil, temos 120 Bancos Comunitários cadastrados na rede de bancos (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2022).

2.6.3 Bancos Comunitários ao redor do mundo

Historicamente, principalmente em países orientais, o patriarcado e a divisão social do trabalho tornaram as mulheres um grupo economicamente marginalizado, sem acesso aos fundos e formação necessários para se inserir no mundo do empreendedorismo. Diversos BCDs optam por estabelecer políticas internas para fornecer o capital necessário para o empreendedorismo feminino como forma de auxiliar o desenvolvimento, o empoderamento e a autonomia das mulheres (AHMED, SIWAR, IDRIS, 2011; BEZBORUAH, PILLAI, 2013; AHMED, SIWAR; 2014; CHOWDHURRY et al., 2021).

O estudo de Lipi (2016) demonstra a importância de avaliar com profundidade as políticas econômicas aplicadas. O estabelecimento de instituições de microfinanças deve ser acompanhado da participação popular para evitar que seus efeitos se tornem negativos sobre a comunidade. As condições e processos históricos e as características culturais locais são elementos tão importantes quanto as condições financeiras ao estabelecer um modelo e plano de ação e, quando não há diálogo entre a instituição e a comunidade, os efeitos negativos podem escalonar chegando a casos de violência, exclusão e preconceito.

Um estudo feito por Al-Amin e Mathbor (2019) mostrou o empoderamento de gênero que o crédito trazia a mulheres bengalesas, que foram criadas em um ambiente de opressões pelo islamismo e pela *Purdah*, um costume do qual as mulheres só tem valores se acompanhadas pelos homens. O estudo feito pelos autores mostrou que essas construções culturais não puderam ser quebradas pelos programas de microcrédito. Normalmente, a cultura e as tradições da sociedade rural não permitiam que as mulheres se movimentassem livremente na sociedade como e como quisessem. Hena Begum, entrevistada por Al-Amin e Mathbor (2019) relatou que:

“Crédito matou minha liberdade. Ele não ajudou a aumentar minha liberdade de movimento na sociedade. Hoje, eu tenho que abaixar minha cabeça. Meu marido permanece sempre em um estado pensativo por causa disso. Às vezes, meu marido não me dá dinheiro para as parcelas. Eu tenho que ficar dentro de casa por vergonha da sociedade e não posso sair. Crédito é uma maldição. Ele tem que ser pago mesmo que vendendo sangue. Eles [funcionários das ONGs] fazem ‘ameaças legais’ para induzir o pagamento. Nós pagamos as parcelas em dia, por causa do medo da polícia e da intimidação social” (AL-AMIN; MATHBOR, 2019, p.268).

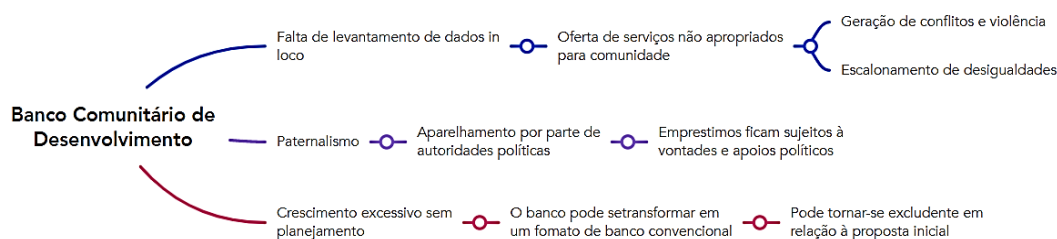
Hossein (2016) aponta os problemas da pessoalidade e do aparelhamento das instituições de microfinanças por indivíduos e grupos com interesses próprios. Chamada de política do *Big Man*, a autora se refere a um conjunto de práticas identificadas por ela no Caribe, em especial na Jamaica, onde atores políticos utilizam as instituições de microempréstimos como fonte de capital político, oferecendo facilidades econômicas em troca de apoio político e eleitoral, o que é conhecido como clientelismo. Parte desses efeitos também foram observados em Trindade (HOSSEIN, 2015), onde a interferência governamental causou o aparelhamento da instituição por apoiadores de grupos políticos.

Em Trindade ocorre o aumento da crítica ao sistema de microcrédito dominado pelo Estado, que cooptava aqueles que obtiveram crédito a apoiarem certas formações político-partidárias. O processo de construção de um BCD de forma vertical (partindo de autoridades para atender à população) não é necessariamente negativo (SIQUEIRA; HONIG; MARIANO; MORAES, 2020), mas necessita de uma ampla quantidade de ferramentas para garantir o seu funcionamento de forma devidamente transparente e autônoma, para que não se torne uma ferramenta de capitalização de poder político.

Hull (2012) discorre sobre os danos que a ideologia neoliberal e o imaginário do “empreendedor” causaram para as comunidades da África do Sul que buscam microempréstimos em seus negócios. O crescimento não planejado de instituições voltadas para o desenvolvimento local pode levar a instituição a se portar como uma instituição convencional, se afastando dos princípios propostos inicialmente, como explicado pela autora (HULL, 2012, p. 117).

Os exemplos escolhidos são referências das principais questões apresentadas pela literatura sobre os cuidados e problemas que as instituições podem encontrar em seu caminho, sendo que diversos casos ocorrem em outros países com maior ou menor grau de similaridade da Índia, Bangladesh, Marrocos entre outros (AHMED; SIWAR; IDRIS, 2011; BEZBORUAH; PILLAI, 2013; GUPTA, 2014; BENNOUNA; TIKOUAT, 2016; AL-AMIN; MATHBOR, 2019). Por meio da Figura 3 observa-se de forma concisa os principais problemas demandados pelos BCD na atualidade.

Figura 3 – Experiências negativas de Bancos Comunitários



Fonte: Autor (2023).

Esses e outros são exemplos da importância do estabelecimento de conexões amplas e constantes entre a comunidade e a instituição. Mesmo as medidas utilizadas como critério de avaliação de impacto e eficiência variam entre locais como Canadá e Brasil conforme demonstrado por Britto e Visano (2017) ao demonstrar que as métricas e sistemas de avaliações tradicionalmente utilizadas por sistemas do Sul Global, ou mesmo que de outros lugares do Norte Global não são suficientes para avaliar especificidades de projetos locais.

2.6.4. Experiências com Bancos Comunitários em Mato Grosso do Sul

Existem cadastrados três Bancos Comunitários existentes em Mato Grosso do Sul (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2022), que são:

- a) Banco Ita, que teve início em 2012 no assentamento Itamarati, município de Ponta Porã;
- b) Banco Pire, que iniciou seus trabalhos em 2006, cadastrando-se à Rede Brasileira de Bancos Comunitários em um bairro da periferia de Dourados chamado Vila São Braz;
- c) Banco Pantanal, localizado no município de Anastácio, que não foi possível obter maiores informações na literatura sobre ele.

2.6.4.1 Banco Pire

O Banco Comunitário Pire está localizado em um bairro periférico do município de Dourados que corresponde a primeira experiência de banco comunitário do estado. Começou em meados dos anos 2004, com a instituição Mulheres em Movimento, que auxiliam mulheres na economia solidária e à viabilização de seus trabalhos, com recursos apenas voluntários. Em julho de 2006, o Banco Palmas prestou assessoria para implantar essa ideia como um banco, que se cadastrou da Rede Brasileira de Bancos Comunitários com o nome Banco Pire, e a moeda PiraPire (OLIVEIRA, 2017; NANTES, 2021).

Localizado em um bairro da periferia chamado Vila São Braz e visando o atendimento aos socioeconomicamente vulneráveis, o banco teve dificuldades com força de trabalho no início, por não poder custear e não poder contar com o voluntariado em regime permanente (NANTES, 2021). Com as duas pessoas que o idealizaram, o projeto se manteve, formado por um conselho de 10 pessoas, entre elas membros da comunidade, visando a horizontalidade das relações. Por meio do site da Secretaria Municipal de Assistência Social de Dourados, há uma relação dos empreendimentos que aceitam a PiraPire, bem como aqueles que recebem subvenções do governo municipal nesta moeda, privilegiando a própria comunidade do Bairro São Braz (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Oliveira (2017), os principais gastos da instituição são os de custeio, como: aluguel, água e luz. Os recursos utilizados para crédito somente são liberados quando de

volta ao caixa, não gerando assim a instabilidade econômica, mas não podendo aumentar o potencial de auxiliados, vivendo majoritariamente de doações e almoços beneficentes, bingos, bazares, entre outros. Prestam crédito produtivo, para fortalecer microempresas e profissionais liberais; crédito comercial, para pequenos comerciantes e vendedores; e crédito de consumo aos moradores para suprir as necessidades.

Fazem a modalidade de consórcio, ou cooperativa, com valores de R\$3000,00 Pirapires. Para aqueles que não são diretamente socios, o limite é de R\$1500,00 Pirapires, todos com juros de 1% ao mês, com inadimplência baixíssima. Mesmo assim, o banco sofre com a escassez de recursos, pois mesmo havendo uma sede própria, é uma instituição que não é fomentada por recursos públicos, pois:

“(...) Atualmente contando apenas com o recurso financeiro disponibilizado pela Entidade Mulheres em Movimento, o Banco vem sofrendo para poder desempenhar o seu trabalho que conta apenas para os colaboradores voluntários, devido ao recurso financeiro limitado, não podendo desenvolver seu trabalho de maneira mais significativa por não ter mais parcerias (NANTES, 2021; p. 22).

2.6.4.2 Banco Ita

Os moradores do Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, criaram em 2012 o Banco Ita, voltado para o fomento pequenos empreendimentos e incentivar a produção. Esta foi a segunda iniciativa do tipo em Mato Grosso do Sul. O banco pretende promover o desenvolvimento local, mediante integração de crédito, consumo, produção e comércio, sendo os serviços financeiros geridos pela própria comunidade, o que estimula o crescimento econômico (PONTA PORÃ, 2012; OLIVEIRA, 2017).

A iniciativa visa dar auxílio às pessoas de baixa renda, para obterem auxílios financeiros de produtos em maquinários, especialmente para a agricultura familiar. O Banco Ita iniciou suas atividades com o capital de R\$ 2.500 (OLIVEIRA, 2017). Da mesma maneira que o Banco Pire é gerido por uma associação, o Banco Ita é gerido pelo Ateliê de Ideias (PONTA PORÃ, 2012).

Segundo Oliveira (2017), o Banco é formado por um comitê que analisa os pedidos de crédito, composto de 7 pessoas que aprovam ou não as requisições. O banco também é formado por um agente de crédito e um de desenvolvimento, que são remunerados quando

há excedente. Composto por quase 3000 famílias de pequenos agricultores, se baseiam na metodologia do Pire, que começou suas atividades em 2012 com cerca de R\$ 2500. Possuem critérios como moradores de pelo menos 1 ano, e buscam rotacionar o crédito: aqueles que já pegaram mais de 3 vezes devem aguardar os outros que ainda não usufruíram.

A principal produção do assentamento é alimentícia: pães, queijos, bolos, hortifrutigranjeiros, que são oferecidos em feiras solidárias no assentamento ou de porta em porta, sendo adquiridos pela moeda social Ita ou por trocas, além de compartilharem maquinários entre si, promovendo reais traços de economia solidária. Apesar de haver poucos gastos operacionais, pois estão em um local cedido pela prefeitura de Ponta Porã, também sobrevivem por meio de doações de pessoas físicas, bazares, feiras livres e outros meios de arrecadação. O banco atende cerca de 360 famílias, sendo que mais de 50% ficam na lista de espera (OLIVEIRA, 2017).

2.6.5 Desafios para a instituir um Banco Comunitário de Desenvolvimento

De posse dos exemplos acima, foram observadas algumas semelhanças entre os dois Bancos Comunitários de Mato Grosso do Sul, sendo que:

- a) Todos sofreram com a falta de força de trabalho constante, pois não havia remuneração fixa aos dirigentes e nem aos agentes creditícios dos bancos;
- b) Todos tinham dificuldade de gerar rendimentos para manter as operações e aumentar as famílias atendidas por crédito;
- c) Todos sofreram dificuldades para conscientizar comerciantes, produtores e a população em geral de aceitar as moedas sociais, ou quando aceitavam, de circularizar as moedas sociais e fomentar a sua propagação;
- d) Todos possuem a maioria de seu caixa como sendo doações de pessoas físicas, raramente jurídicas, que se mantinham por bazares, bingos, almoços beneficentes e outras maneiras de angariar recursos.

Ou seja, por mais que a iniciativa de Economia Solidária fosse válida, na prática, o negócio não é autossustentável financeiramente, o que nos leva ao próximo tópico.

2.6.5.1 Dificuldades econômico-financeiras

O mais difícil para um banco comunitário é se manter competitivo face a outros bancos que cobram juros de mercado (KELLY; FONSECA; SAUERBRONN, 2018). De acordo com o site do BNDES, enquanto os juros de empréstimos tradicionais estão em torno de 6% ao mês, as taxas de juros mensais de microcréditos devem ser a menor quanto podem, não podendo passar de 4% ao mês, considerando-se já todos os encargos, conforme estabelecido pela Resolução n.º 4.854, de 24.09.2020.

Porém, Neto e Magalhães (2005) indicam uma taxa de juros entre 1% a 3% – a exemplo do Banco Riosol, também de Fortaleza – pois para os bancos comunitários terem condições de concorrer com instituições financeiras normais sem oferecer a mesma estrutura, é preciso uma taxa atrativa, como a do município de São Gonçalo do Amarante, que pela Lei Municipal 1564/2021 instituiu como teto de juros a taxa SELIC anual – por volta de 13,75% ao ano. O próprio Banco Grameen praticava uma taxa de juros de 20% anualmente, ou seja, 1,66% mensais (YUNUS, 2008). A Tabela 2 foi retirada do trabalho de França (2011), que fez entrevistas junto ao pessoal do Banco Palmas, de Fortaleza.

Tabela 2 – Resumo dos Tipos de Crédito Oferecidos pelo Banco Comunitário Palmas.

Linha de financiamento em circulante local	Quem pode acessar	Valor máximo em moeda social (em R\$)	Prazo de pagamento	Taxa de administração
Crédito produtivo	Qualquer morador do bairro que tenha uma proposta produtiva viável	1.000,00	6 meses	1% do total emprestado
Crédito consignado	Qualquer trabalhador de instituições/empresas cadastradas	300,00	30 dias	1% do total emprestado
Crédito direto ao consumidor	Qualquer morador do bairro	300,00	60 dias	1% do total emprestado
Crédito para de contas de água e luz	Qualquer morador do bairro	60,00	30 dias	-

Fonte: França (2011)

Várias linhas de crédito podem ser colocadas, inclusive em transferência de caixa condicional. Exemplo: famílias em extrema vulnerabilidade que não tem condições nem de arcar com um empréstimo de R\$ 60,00, podem receber auxílios mensais se os filhos estiverem com média acima de seis na escola, se um dos membros for doador de sangue, se algum membro da família auxiliar em ações comunitárias de limpeza, entre outros (CURRY; CADIOGAN; GIUGLIANO, 2013; MACHÍN; ALEMÁN; RODRÍGUEZ, 2017).

Para que o empréstimo seja efetuado, vizinhos devem ser consultados sobre a responsabilidade daquele que deseja ser mutuário. Segundo Meneghetti e Barrofaldi (2015) os primeiros empréstimos devem ser de pequeno valor, junto com a ministração de cursos por funcionários do banco, sob aspectos educacionais, para ensinar os moradores locais a empreender e gerirem o próprio negócio.

Os empréstimos funcionam pelo princípio da confiança mútua: o morador do bairro requisita um valor. Se ele paga em dia, consegue mais linha de crédito. Para este tipo de empréstimo social, é necessário que haja agentes que vão na casa das pessoas e ofereçam, primeiro porque poucos sabem do caráter diferenciado dos empréstimos sociais, segundo porque muitos tem a baixa autoestima para sequer visitar a instituição do banco comunitário e obter mais informações (HULL, 2012; MOHAN; POTNIS; ALTER, 2013; HOSSEIN, 2015; DINIZ; LEITÃO, 2016).

Segundo Costa e Jakob (2018) e Pozzebon, Christopoulos e Lavoie (2019), a fase mais difícil do banco comunitário é a sua implementação. Para isso, não basta apenas “abrir o banco comunitário”, precisa preparar de antemão todo o psicológico educacional das famílias, transferir as boas práticas e as consequências que um banco em longo prazo poderia trazer ao conjunto habitacional, gerando assim, a memória organizacional (CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016; MACHÍN; ALEMÁN; RODRÍGUEZ, 2017). Neto e Magalhães (2005) afirmam pela sua experiência prática que o ideal é implantar o banco em três meses e passar mais três meses realizando diversos ajustes, pois com o banco em operação, as pessoas da comunidade conseguem ver algo palpável e gera mobilização muito mais facilmente do que se o banco somente estiver no campo da teoria. Assim, a comunidade fica mobilizada, participa das reuniões e capacitações, se insere no âmbito social. Com apenas ideias e teorias, só haveria falta de motivação, confiança e credibilidade.

Pelo supramencionado, muitos bancos comunitários não conseguem se sustentar sozinho, necessitando de subvenções governamentais ou ajudas de outras entidades do terceiro setor, assim como de patrocínio de empresas privadas, desde que sustentavelmente corretas (MARSH, 2015; CULL; DEMIRGÜÇ-KUNT; MORDUCH, 2018). A Lei Federal nº 9.249/1995, por exemplo, autoriza pessoas jurídicas a deduzirem doações em até 2% do lucro operacional a entidades civis sem fins lucrativos no Brasil. As entidades beneficiárias

devem prestar serviços gratuitos à comunidade local, caso este que se enquadra justamente em um dos objetivos do Banco Comunitário.

É preciso tomar cuidado, no entanto, para que o Banco Comunitário não deturpe seus princípios em troca da sobrevivência, que não ceda a favores de empresas apenas por serem subsidiadas por elas, ou atenderem a favores de grupos políticos por receberem termos de fomento do governo, pois se um BCD nascer com o intuito de favorecer empresas e políticos ao invés de promover a educação, autogestão e emancipação do trabalhador, o “Comunitário” estaria apenas no nome (HOSSEIN, 2016; MANDACHE, 2020).

Kelly, Fonseca e Sauerbronn (2018) dizem que é preciso equalizar a busca pelo microcrédito da comunidade carente com a autossustentabilidade do programa. Em bancos pequenos, na fase de iniciação, ainda existem barreiras de acesso, pois é impossível conceder microempréstimos a todos que procuram. Nesse aspecto, é preciso balancear a sustentabilidade financeira da instituição também. Lavoie e Raufflet (2012) analisaram o impacto da instituição de microfinanças Crediamigo e da Vivacred, e obtiveram experiências de que há baixa capacidade de reembolso financeiro, mostrando os desafios de um banco para repor seus créditos em um país emergente.

2.6.5.2 Confiança na instituição e na comunidade

A parte mais difícil se reside no pagamento do microempréstimo feito pelo banco comunitário, pois suas atividades já não visam o lucro, e se ainda não forem bem geridas mediante a inadimplência, o banco estaria fadado ao fracasso. Siqueira et al. (2015) dizem que a confiança das pessoas na instituição e da instituição nas pessoas facilita as operações de crédito, o desenvolvimento de pequenas empresas na comunidade local e a adimplência. Na mesma linha, De Moraes, Nogueira e Vieira (2015) comparam semelhanças entre o Banco Grameen de Bangladesh e de casos do Brasil, mostrando suas diferenças, embora também mostrem a essência seja a mesma: incentivar a comunidade a ter melhorias com respeito à cultura local, e esse respeito é o que gera a confiança (RANGEL; SILVA, 2016). Em contraste com bancos convencionais que geram lucro aos investidores e acionistas e não dão voz aos clientes, os Bancos Comunitários têm governança democrática e fornecem bons serviços aos seus membros, optando por uma economia de solidariedade (PAVLOVSKAYA et al., 2020).

A confiança também faz com que a comunidade não seja apenas usuária dos serviços do banco comunitário, mas também participe nos processos, propagadora da ideia, buscando agregar desde lojistas interessados em aderir ao programa como também para fazer o uso correto da moeda social, trazendo esperança sobre solidariedade, mutualismo e participação, gerando mudança cultural e fortalecendo o tecido social (BENNOUNA; TKIOUAT, 2016; RODRÍGUEZ; ELORZA; VÉLEZ, 2018; OLIVEIRA, 2020).

Figura 4 - Exemplo prático do uso da moeda social em forma de cartão.



Fonte: Instituto Banco Palmas (2016).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem o objetivo de sustentar metodologicamente o presente trabalho científico por meio da apresentação dos procedimentos utilizados para alcançar os resultados que atendam aos objetivos gerais e específicos.

3.1. Objetivo Geral

Elaborar um roteiro para a implantação de um banco comunitário em Campo Grande/MS.

3.1.1 Objetivos Específicos

- a) Fazer um estudo de caso no bairro Bom Retiro, mediante entrevistas e análises aos moradores da região, para verificar a viabilidade de implantação do Banco.
- b) Realizar entrevistas semiestruturadas com fundadores de bancos comunitários.
- c) Elaborar um roteiro e um checklist com as atividades a serem feitas para se criar um banco comunitário com maior probabilidade de sucesso

O principal objetivo deste trabalho é elaborar um roteiro para a implementação de um Banco Comunitário em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, mediante a análise das atividades desenvolvidas pelo pioneiro Banco Palmas e pelo Banco Pirê (o único atualmente em funcionamento no nosso estado), pelo lançamento de uma pesquisa quali-quantitativa aos seus gestores, visando estabelecer um projeto piloto para compreender melhor os lados que serão beneficiados por esse projeto (famílias auxiliadas, comerciantes e a comunidade do bairro em geral), além disso, fazer uma revisão das lições aprendidas sobre as instituições de microcrédito, especialmente em forma de bancos comunitários, tanto a nível nacional quanto em experiências globais.

3.2 Enquadramento metodológico

O presente estudo tem natureza exploratória, uma vez que objetiva não só coletar dados bibliográficos sobre o tema “banco comunitário”, mas também de realizar pesquisa em campo, sobre a opinião das pessoas em relação à essa instituição, para entregar um

produto, qual seja, o roteiro para a implantação do banco. (GIL, 2002; PROVDANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à coleta de dados utilizou dados primários e diretamente da fonte, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e de campo. O presente trabalho apresenta natureza de estudo exaustivo e aprofundado de um objeto de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002).

A abordagem do problema de pesquisa se enquadra como quali-quantitativa, visto que a dimensão qualitativa está na observação da análise bibliográfica sobre o assunto, das experiências com Bancos Comunitários ao longo do mundo. A dimensão quantitativa está presente na aplicação de questionários semiestruturados elaborados pelo próprio autor. (PROVDANOV; FREITAS, 2013).

3.3 Pesquisa de campo

O pesquisador fez, *in loco*, a aplicação de um questionário com perguntas norteadoras sobre as condições socioespacial, de moradia e trabalho dos indivíduos entrevistados.

Devido a possíveis limitações, como data das visitas, tempo hábil para a realização das perguntas de casa em casa, presença de pessoas nas residências durante as entrevistas e outros fatores limitantes, espera-se obter uma amostra das 136 residências e com base nelas executar as estimativas e probabilidades para toda a população.

Neste momento, será aplicado o questionário conforme o Apêndice B, sendo que algumas perguntas serão de interesses sociais, tais como:

- a) Qual o gênero da pessoa entrevistada?
- b) Quantas pessoas tem na casa (incluindo você)?
- c) Em sua família quantas pessoas são maiores de idade?
- d) Quantas pessoas estão atualmente estudando?
- e) Na sua casa possui alguma pessoa com deficiência?
- f) Na sua casa possui algum idoso?

g) Qual a renda média familiar?

h) Você tem interesse em participar de um programa de investimento econômico focado no seu bairro?

O poder de ouvir o pertencimento socioespacial dos entrevistados que serão contemplados é que as características de um Banco Comunitário estarão niveladas conforme a necessidade da comunidade e à empatia com os empreendedores. Entre essas características, segundo o Banco Palmas (2016) podemos citar as seguintes:

- Seus tipos de crédito fomentam a economia solidária com base em prossumidores, promovendo o desenvolvimento interno do território;
- Auxilia os empreendedores com base em estratégia de comércios locais, tais como feiras livres e organizadas, lojas solidárias, centros comerciais etc.;
- Atuação em áreas caracterizadas pela exclusão das pessoas do sistema financeiro padrão e desigualdades sociais;
- Busca-se atingir pessoas socioeconomicamente vulneráveis, tais como mães solteiras, beneficiários de programas assistenciais, desempregados, entre outros;
- Busca angariar fundos, na obtenção de subvenções justificadas pelas suas práticas de utilidade social.

Figura 5 – Ciclo do consumo do Banco Palmas



Fonte: Instituto Banco Palmas (2016).

3.4. Definição do local de aplicação

Conforme experiências da Associação Banco Comunitário Popular de Maricá (BANCO MUMBUCA, 2022), o primeiro passo é subdividir a cidade em regiões, e dentre elas, selecionar os bairros ou conjunto de bairros a serem atendidos por polos do banco. Para que a iniciativa tenha mais probabilidade de sucesso, é preciso escolher uma região periférica onde os moradores já tenham uma relação entre si de intersubjetividade (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022).

Figura 6 – Exemplo de regionalização do Banco Mumbuca



Fonte: Banco Mumbuca (2022)

Conforme Mapoteca da Secretaria do Estado de Mato Grosso do Sul, há uma subdivisão da cidade em 7 regiões urbanas:

Figura 7 – Divisão das sete regiões de Campo Grande



Fonte: Sedhast (2021)

Dentre elas, foi decidido fazer o questionário na Mata do Segredo, mais especificamente em três parcelamentos do Bairro Vila Nasser (SISGRAN, 2022), retratados na Figura 8:

- a) Bom Retiro (1º polígono de cima para baixo) – Por ser um bairro em que muitos se enquadram na “fase de assistência e subsistência”, já que as famílias são oriundas de ocupações em condições precárias.

de engenheiros e profissionais da prefeitura. A medida foi fácil de implementar pois estes já eram acostumados a colaborarem entre si com projetos de reciclagem ainda na Cidade de Deus. Hoje, os beneficiários trabalham também com reciclagem, com a manutenção de uma horta comunitária e projetos de recreação às crianças da comunidade aos sábados.

Conforme a Agência Municipal de Notícias de Campo Grande (2021), mais de 600 pessoas foram beneficiadas, em parceria com o Governo do Estado, mediante a capacitação pelo primeiro canteiro-escola do gênero no país, ensinando os ofícios de pedreiro, pintor, carpinteiro, azulejista, encanador, eletricista, entre outros. “Reconhecido nacionalmente como projeto inovador pela ODS Brasil (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ação Casa Pronta já consta no recém-criado banco de práticas inspiradoras em todo o território nacional.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2019).

Figura 9 - Moradora Luzia Vicente da Silva mostrando casas construídas com o seu auxílio nas obras



Fonte: Prefeitura de Campo Grande (2021).

O bairro foi inclusive citado no trabalho de Nantes (2021) sobre uma iniciativa de empreendedorismo social:

“Um exemplo é o bairro de Bom Retiro, uma pequena comunidade localizada na cidade de Campo Grande, MS, onde a partir do envolvimento do poder público e os programas habitacionais ocorreram mudanças numa pequena comunidade, que

viviam em situações degradantes (residências feitas de lonas) e com os respectivos órgãos públicos: prefeitura, assistência social, e o governo do estado do Mato Grosso do Sul juntamente com a comunidade pôde conquistar a sua própria residência, meios de transportes e uma área de lazer por meio de um projeto em conjunto (NANTES, 2021; p. 11).

Conforme a Agência de Habitação Estadual de Mato Grosso do Sul (AGEHAB, 2021), no bairro Bom Retiro são 136 unidades habitacionais em formato de casa popular, entregues a ex-ocupantes de invasões que viviam em condições precárias. Birchall (1997) trouxe um exemplo Canadense de que, em 1994, muitas associações de crédito mútuo se expandiram fortemente, muitas vezes em áreas de extrema pobreza como por exemplo em conjuntos de habitação públicos.

Figura 10 – Modelo das casas populares do Bairro Bom Retiro



Fonte: Agehab (2021)

3.5 Tratamento dos dados

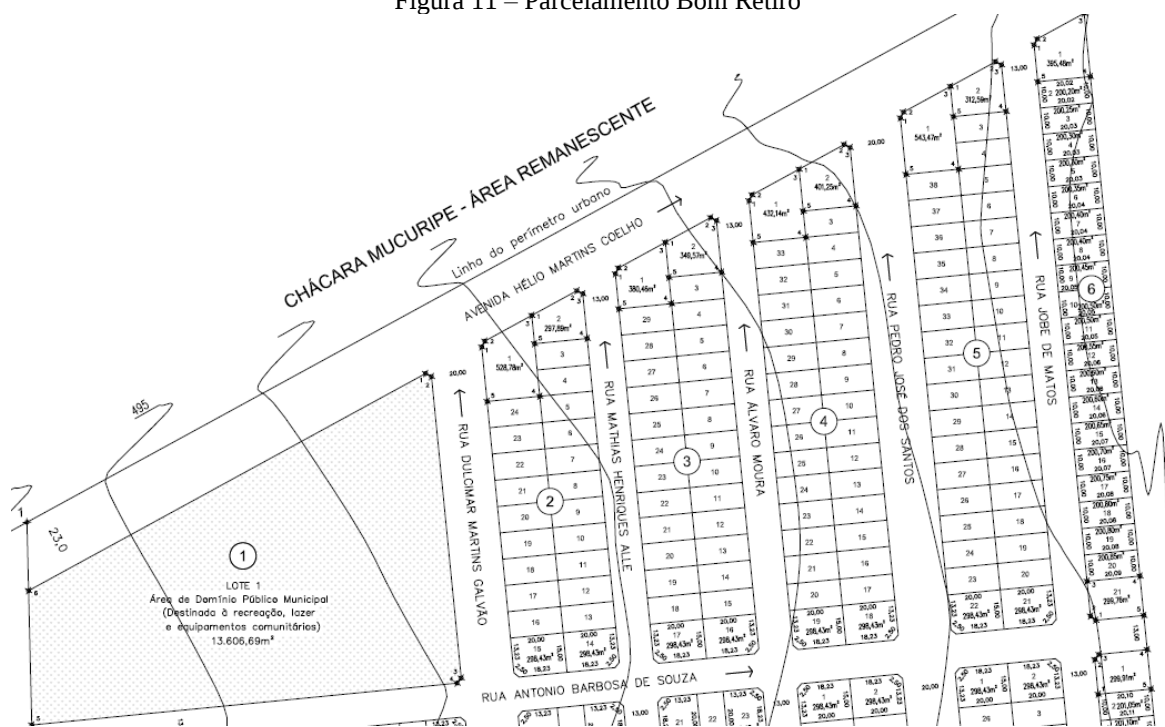
Espera-se fazer o questionário com amostras aleatórias de moradores da Bom Retiro – que seriam os principais prossumidores pilotos do Banco Comunitário de Campo Grande – para conhecer a realidade daqueles que ali vivem e traçar as metas a fim do ideal funcionamento do Banco Comunitário da região.

Mediante os dados em mãos, serão analisados aspectos como renda per capita, quantidade média de membros por família e escolaridade, para determinar as ações educativas a serem feitas com a comunidade, como feiras de troca, cursos profissionalizantes, cursinhos para ENEM, mostras culturais, analisando assim quais as reais lacunas sociais a serem preenchidas.

Espera-se observar também a futura credulidade e confiança tanto dos mutuários quanto dos comerciantes sobre o real impacto de um banco comunitário no bairro, se a instituição financeira realmente geraria mais empregos, ou uma mudança social palpável.

A figura 11 é representada por um triângulo retângulo, cujos moradores do parcelamento Bom Retiro se encontram.

Figura 11 – Parcelamento Bom Retiro



3.6 Projeto de lei

Para que o banco possa atuar, é necessário que haja autorização legal do ente federativo em forma de lei municipal, estadual ou federal, além do cadastro bancário junto ao Banco Central do Brasil, que pode ser feito por inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica em adesão à plataforma E-Dinheiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020; INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016).

O município de Maricá, por exemplo, instituiu a Lei 2448/03 que dispõe sobre “o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá.”, que estabelece o ordenamento administrativo para a criação de um BCD, bem como da criação de um fundo popular para seu custeio, entre outros aspectos legais e operacionais. Para o município de Campo Grande, será necessária uma lei nos mesmos moldes, aprovada e sancionada pelo prefeito municipal.

O município de Dourados possui, por meio da Secretaria de Assistência Social, parceria o Banco Pirê, que possui lista da relação de empreendimentos financiados pelo banco, bem como dos comércios que aceitam pagamento em PiraPirê (sua moeda social).

Figura 12 – Cadastro das ações do Banco Pirê no site de Dourados



Fonte: Secretaria de Assistência Social de Dourados (2023).

Pela fundamentação teórica, sabemos que é preciso cuidado com parcerias públicas para a criação do banco, para não gerar a dependência do governo e fazer o projeto ser utilizado para fins políticos. Entretanto, sem um patrocinador que queira investir para que o banco não fique apenas no campo teórico, é difícil de concretizar a ideia.

Por isso, ao se criar o projeto de lei, é preciso deixar explicitado os limites de atuação do banco, bem como a forma de eleição dos seus gestores e sua temporariedade, para que o interesse coletivo e comunitário não venha a ser destoado.

3.7 Entrevistas semiestruturadas

Serão realizadas também entrevistas com dois líderes de Bancos Comunitários do Brasil: Neide Castilho dos Santos (Banco Pire) e João Joaquim Neto (Banco Palmas) – que é um tipo de diálogo visando obter informações com um roteiro de formulação prévia, variando entre perguntas fechadas e abertas, para o entrevistador captar a essência da informação e deixar o entrevistado livre em relação aos tópicos questionados (MINAYO; 2015).

Por meio das entrevistas, espera-se conhecer as realidades para a implementação de um Banco Comunitário, os casos de sucesso e fracasso, os pontos positivos e negativos e demais abordagens. Vale lembrar que este trabalho tem por objetivo estabelecer um roteiro prático para a implementação de um Banco Comunitário no município de Campo Grande, então, casos empíricos de tentativas desta modalidade fazem-se necessários para que o projeto tenha maiores chances de viabilidade e sucesso.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Pesquisa de Campo

Das 136 residências, foram entrevistadas 26, o que corresponde a 19% das famílias locais. Mediante perguntas e caminhadas *in loco* de casa em casa.

Figuras 13 e 14: Questionário aplicado no bairro Bom Retiro



Fonte: Autor (2023).

De posse dos dados levantados, foram as seguintes constatações:

- a) Todas as famílias com filhos e com PIB *per capita* menor que o salário mínimo;
- b) A média de moradores por casa é de 4,6 pessoas, sendo 7 e 9 os maiores números;
- c) 5 das 26 famílias (19%) possuem alguma pessoa com deficiência. A mesma proporção de famílias é formada por mães solteiras.
- d) 12 das 26 residências (46%) possuem pelo menos uma pessoa com emprego, 5 delas de carteira assinada;
- e) 20 famílias das 26 (77%) possuem o CadÚnico, sendo que estas fazem parte de algum programa de renda do governo federal, estadual ou municipal;
- f) Na faixa de R\$0 a R\$1000,00 - 9 famílias de 3 a 7 membros, apenas uma mulher morando sozinha. Todos recebem algum tipo de auxílio governamental.
- g) Na faixa de R\$1000,00 a R\$2000,00 - 13 famílias de 3 a 7 membros, apenas uma sendo só o casal.
- h) Na faixa de R\$2000,00 a R\$3000,00 - 3 famílias, com 4, 5 ou 9 pessoas.
- i) Acima de R\$ 3000,00 - 1 família de 6 pessoas.
- j) Mais de 80% das famílias ganham menos de R\$ 2000,00, um salário mínimo e meio.

Todas as famílias gostaram da ideia do Banco, como a de Dona Sebastiana, que por entrevista em vídeo, nos permitiu entrar em sua casa e contar um pouco da história dos moradores, que conseguiram as casas habitacionais como fruto de lutas coletivas.

Figura 15: Entrevista com Dona Sebastiana



Fonte: Autor (2023).

Após a explicação do projeto e dos conceitos sobre economia solidária, foram abertas perguntas mais abrangentes, para conhecer melhor a realidade da comunidade:

1) Dona Sebastiana, a senhora acha que Economia Solidária e uma iniciativa de um Banco Comunitário no bairro podem mudar a realidade daqui?

R: Eu acho sim moço. Muitas famílias aqui estão devendo “pro” banco, eu mesmo cuido da igreja aqui no fundo da minha casa aos fins de semana e queria ver o espaço crescer. Hoje trabalho de diarista mas às vezes não consigo “fechar” diárias o suficiente. Já fui vendedora de roupas, ia de van pro Paraguai e trazia minhas compras, mas a pandemia me fez gastar todo o dinheiro para repor as peças e desde então não tenho mais conseguido juntar, porque todo mês é aquela história né? Água, luz, comida...

2) E a senhora acha que se houver a concessão de crédito para as pessoas daqui, elas pagariam?

R: A nossa vizinhança é bem unida, sabe? A gente conquistou esse espaço graças a um ajudando outro. O presidente Rogério ensinou a gente a lutar: quando tinha votação “para” dar andamento na construção daqui, ele conseguia com algum político fretar um ônibus e levar a gente para prefeitura, fazer protestos... Uma ideia dessas, e que Deus te abençoe por isso viu, eu acho que daria certo. Ninguém ia querer perder uma oportunidade dessas e “usar errado” fazendo com que não desse certo.

3) A senhora sabe que existem algumas modalidades, como o crédito comercial, para justamente fazer você voltar a vender roupas, por exemplo, e para subsistência, daqueles que estão desempregados. Nesse último, você acha importante haver algum tipo de contraprestação?

R: Eu acho que nada pode ser de “mão beijada”. Se for funcionar como um Bolsa Família também tem que ter critérios. É uma forma de levar o projeto a sério, tem que ter regras para “se” cumprir. “Nós” sendo ajudados e podendo ajudar, fazendo mutirão de limpeza no bairro, pintando escolas. Assim as outras pessoas veem que a gente não é “vagabundo”.

No começo da noite, conseguimos visitar o líder da comunidade Rogério, que nos acolheu e relatou que após a construção das casas, muitos vizinhos se ajudaram com força de trabalho para fazer reformas de melhoria (como na casa dele). Ele nos contou que há os vizinhos “tranqueiras”, mas que estes são poucos, geralmente os que chegaram recentemente, fruto de vendas das casas por contrato de gaveta.

Rogério também disse que só conseguiu melhorias porque envolveu a comunidade na área política: “Quando o Marquinhos (ex-prefeito) veio entregar a chave das casas para gente, eu fiz questão de discursar, falar da luta e agradecer o apoio e parceria da prefeitura e do governo do estado, a gente sabe que político precisa disso. Eu expliquei para todos desde quando estávamos na Cidade de Deus, muitos de nós não gostavam da política, mas eu disse que só por ela que a gente conseguiria sair daquela realidade”.

Ele ressaltou que, com sua Kombi, consegue pegar verduras de doações pro bairro, que compartilham mantimentos básicos como arroz e feijão quando faltam para alguma família: “graças a Deus, eu consigo me virar, mas muitos aqui têm problemas familiares, é mãe que não tem com quem deixar o filho, aí fica difícil de arrumar emprego fixo né? Mas se a gente não for pela gente, quem vai ser?” ressaltou ele.

Figura 16: Entrevista com Rogério, de boné e camiseta rosa



Fonte: Autor (2023)

Conforme explicitado na fundamentação teórica, percebe-se que a comunidade caminha para o que Tenório, Cançado e Pereira (2022) definiram como a gestão social, que entenderam que não basta apenas escolher representantes (democracia representativa), mas também participar ativamente da formulação de políticas públicas (democracia deliberativa). Além disso, também para o que Haddad (2006) explicou, que sem a participação na arena política, não há mudanças efetivas na realidade da sociedade mais desamparada.

A faixa de renda das famílias – que varia em média de 1 a 2 salários-mínimos – é a mesma que se mostra como a principal tomadora de microcréditos conforme relatório de 2020 do Banco Central, com baixa taxa de inadimplência. Percebe-se que as famílias se situam na fase de subsistência, algumas com empregos fixos e outras com trabalhos e prestações de serviços esporádicos e instruções suficientes para gerar uma real emancipação do cidadão, que é o grau ideal para a implantação de um Banco Comunitário, conforme Neto e Magalhães (2003).

4.2 Entrevista com João Joaquim de Melo Neto

A entrevista com o professor Joaquim durou quase uma hora, feita pelo aplicativo Google Meet no dia 20 de dezembro de 2022, com as seguintes perguntas:

Figura 17: Entrevista com Joaquim Melo



Fonte: Autor (2023)

1. Quando surgiu o banco, qual o contexto do bairro, quais os valores em caixa disponíveis?

Surgiu em um bairro chamado Conjunto Palmeiras, bairro construído e organizado após um despejo. O bairro vivia grande pobreza, então organizaram uma pesquisa simples com três perguntas: “O que você consome, onde você compra e qual a marca dos produtos?” Falaram com mais ou menos 600 pessoas e identificaram que se movimentava 2 milhões de reais em circulação, mas 90% desse valor era gasto fora do bairro, aí surgiu a ideia de se criar um banco com a finalidade de estimular o consumo no próprio bairro. Começaram pedindo 2 mil reais emprestado para começar as operações e criaram o cartão Palma Card e emprestavam esse dinheiro para pequenos produtores locais e esse dinheiro circulava em consumo apenas no bairro. Hoje, de acordo com ele, são 153 bancos dentro da rede E-dinheiro.

Joaquim ressaltou que, durante a pandemia, foram distribuídos 20 milhões de reais recebidos de doações. Pessoas que recebiam essas doações tinham a opção de comprar digitando o CPF no celular do comerciante quando não possuíam um smartphone.

2. Qual a primeira coisa a ser feita se uma pessoa ou grupo de pessoas quiser instalar um banco comunitário em sua região ou cidade?

Recentemente, de uns 4 anos para cá, começou-se a fazer uma “separação” entre bancos comunitários “raiz” que surgiram a partir de suas próprias comunidades e os bancos comunitários “municipais” que surgiram a partir da criação de leis municipais e com incentivo financeiro público.

“Hoje basicamente isso é um fato bem recente de 3, 4 anos para cá que é o fato dos bancos que surgem pelas prefeituras. Então hoje quando a gente fala de banco comunitário no Brasil a gente separa, só para efeito pedagógico, em banco comunitário “raiz”, que é criado pela associação de moradores, como foi o banco Palmas, como é a maioria. E aqueles que a gente chama de banco comunitário Municipal que até 4 anos atrás não existia no Brasil e agora já existe, que é aquele banco comunitário criado por lei municipal”

No caso do banco “raiz” ele recomenda começar organizando uma assembleia entre os moradores, usar o aplicativo Palmap como apoio para construção de um mapeamento da comunidade. O Banco precisa de uma unidade gestora e de um CNPJ.

Devem se questionar “quais são os problemas que o banco vai resolver?” e a partir dessa resposta planejar ações focadas para solução desses problemas e em seguida ir atrás de recursos. Depois, devem enviar uma carta para rede de bancos comunitários, solicitando a entrada na rede nacional e permitindo uso das plataformas, ferramentas digitais e treinamentos oferecidos gratuitamente. Como hoje a tecnologia permitiu a operação do banco comunitário via aplicativo, isso facilitou muito a execução e criação de novos bancos.

Para a modalidade de Banco Municipal é necessária uma lei que deve ser aprovada na câmara municipal, após realizar uma chamada pública para selecionar uma organização social com experiência em moeda social. Dependendo da prefeitura esse processo pode ser mais ou menos participativo, podendo ter audiências públicas e reuniões abertas ou não. Ele complementa que cada comunidade vive uma experiência diferente, podendo ser algo mais rápido e fácil ou mais demorado e complexo.

3. Em relação ao banco comunitário “raiz” e o banco comunitário municipal que é feito por uma lei, tem alguma diferença? Um pode receber crédito da prefeitura e o outro não, um pode receber doação como sendo entidade do terceiro setor? Tem alguma diferença entre eles que seja crucial?

Nos dois modelos de banco a forma e características da moeda digital e seu uso são as mesmas. O que muda é o modelo de gestão de um banco “raiz” é regulada pela comunidade local, valores e taxas são geridos e destinados pela comunidade. O do banco municipal é gerido pela lei que organiza valores, formas e objetivos de uso, destinação das taxas pagas. Essa governança e gestão do banco podem ser participativas nos dois modelos.

“Então, governança e gestão, elas podem ser participativos os dois “né”? Eu diria que a maior diferença é: no formato de criação, na gestão da moeda social na destinação da moeda social e na finalidade dos lucros, das taxas, das tarifas arrecadadas, que no Banco Municipal o prefeito regula isso e no Banco Comunitário a comunidade que decide. No mais as coisas são bem parecidas, as características da moeda são as mesmas.”.

4. E agora em relação ao planejamento e organização, ao histórico do banco pela sua experiência: Quais foram os momentos desses pontos que você acha que foram os melhores acertos ou os piores erros? Certos desafios que vocês passaram, coisas que você pensou “cara o banco já começou muito bem

fazendo isso”, coisas que vocês demoraram para aprender. Conta um pouco dessa experiência do Banco Palmas.

Um acerto foi ter focado muito na identidade da construção do banco, criação de marca e identidade muito forte. O modelo de governança por conselho gestor foi uma ação assertiva por ser muito participativa. A adaptação do banco às tecnologias foi também um grande acerto, pois manteve a metodologia e com as tecnologias ganhou-se facilidade e baixo custo. A capacidade de inovação e adaptação ao momento e temas e desafios importantes para cada época também foram acertadas.

Pontos que ele considerou desafios foram de ter demorado para se adequar às regulamentações, passaram muito tempo enfrentando processos do Banco Central quando poderiam já ter se adaptado no começo, tendo um marco regulatório próprio. Citou também alguns projetos que não deram muito certo e que ele acredita ser algo normal. Ele citou que após regulação com o banco central eles começaram a ter bancos comunitários municipais.

Falou em focar nos serviços que são oferecidos por um banco. No começo o banco comunitário era quase tudo, organizava cooperativas, fazia projetos de cultura, organizava protesto em favor do bairro e operava quase como uma “agência de desenvolvimento”, as coisas ficavam muito misturadas e não havia o foco nas funções do banco em si. Hoje eles operam como um consórcio e separam cada uma dessas ações.

Outro ponto muito importante é a sustentabilidade do Banco, que essa ideia de pelo Banco Comunitário ter o objetivo de um desenvolvimento social ele não deveria ter lucro. Hoje ele vê que o banco deve sempre buscar a sua sustentabilidade financeira, nem que isso demore, mas deve ser sempre uma meta.

5. Como fazer a comunidade se envolver num projeto do crescimento do banco e meio que quebrar essa mentalidade individualista das pessoas para o banco dar certo?

Joaquim fala que esse sempre foi e é um desafio conseguir construir esse ambiente de participação e mentalidade popular e que isso tem muito a influência do local onde esse banco está sendo criado, em muitos locais eles precisam enfrentar desafios e conseguir enfrentar em algumas situações a milícia, o tráfico e crime organizado.

Mutirões comunitários é uma ação que ajuda, fazer uma limpeza, pintar um local, com o objetivo de criar esse sentimento de pertencimento e resultado, mostrar como a organização é capaz de resolver os problemas da comunidade. Eles também se organizam através de “conselhos de bairro” onde eles vão ouvindo as necessidades dos moradores e escolhem de forma não burocráticas 2 a 3 pessoas para representar as necessidades daquele bairro e uma vez por mês realizam um encontro com todos esses representantes.

O Banco tem que ser capaz de organizar processos que não sejam necessariamente institucionais que gerem pertencimento, empoderamento às pessoas da comunidade. Procurar a criação de instrumentos de participação que sejam simples, pois a burocracia tende a desestimular a participação das pessoas. Eles procuram desenvolver suas ações sempre com muito humor e diversão, tentando deixar as ações e reuniões mais leves e mais cativantes.

6. Quais são hoje as fontes de recurso do banco comunitário Palmas, os recursos vêm da própria comunidade ou se tem auxílio do governo? O que você recomenda para novos bancos comunitários se tornarem independentes financeiramente? Você possui alguma alternativa de geração de recurso além das próprias taxas dos juros cobrados? Se sim, quais?

Joaquim responde que todos seus rendimentos vêm do oferecimento dos seus serviços, na área bancária, pagamento de contas, taxas de uso de cartão, venda de serviços de seguro, recarga de celular e serviços em parceria com a Caixa Econômica. Tendo uma equipe enxuta e diversas formas de rendimentos eles conseguem manter o banco e a plataforma funcionando.

Ele recomenda que novos bancos procurem desenvolver um planejamento estratégico onde seja identificado o objetivo do banco e como e quais formas de captação de recursos eles terão, sempre visando a autonomia financeira e a adaptação do planejamento com o passar do tempo.

Uma outra forma de captação de recursos que o Banco Palmas possui é o trabalho de consultoria na sua maioria das vezes oferecido para as prefeituras que querem implementar bancos comunitários em suas cidades e utilizar serviços do aplicativo E-dinheiro. Ele cita

que Natura e Avon são empresas privadas que utilizam os serviços do banco para pagamento de serviços e benefícios a seus funcionários.

7. Você acredita que de alguma maneira parceria políticas com o governo federal ou prefeitura, ou parcerias empresariais podem ser prejudiciais ao banco de alguma maneira?

Joaquim ressalta que, pelo contrário, o orçamento público deve ser disputado pelos bancos comunitários. Ele cita uma situação de uma prefeitura que pagava benefícios a seus funcionários através de uma empresa privada, eles ofereceram a mesma funcionalidade através do banco comunitário por um valor menor e conseguiram ganhar a licitação.

Além disso, ele diz que os bancos comunitários fazem bem para o povo, para os pequenos comércios e para a prefeitura pois aumenta a arrecadação. Ele ressalta que os bancos comunitários devem procurar as políticas públicas, seus recursos e parcerias, como também buscar parcerias privadas.

8. Com base na sua experiência, o que você acha que faz as pessoas pagarem os empréstimos? Qual é o tempo médio que elas pegam? Quais são as linhas de crédito oferecidas?

Joaquim fala que a política de crédito de cada banco se adapta à realidade e aos recursos de cada localidade, e que esse trabalho de definição de linhas de crédito deve estar relacionado a necessidade de consumo do local, modelos de negócio e rendimentos do local, que essa linha de crédito deve estar focada em satisfazer a necessidade e demanda do mercado local.

Sobre os juros dos empréstimos, ele recomenda que sejam cobrados juros o mais baixo possível conforme a disponibilidade de recursos do banco, se adaptando assim a sua realidade financeira. Se tiver muito dinheiro disponível para emprestar, pode cobrar juros menores, se tiver pouco, pode aumentar mais o valor dos juros. Sempre mantendo o objetivo social e de sustentabilidade. Lembrando que esses valores devem estar sempre abaixo do valor do mercado convencional, que ele considera até 3%.

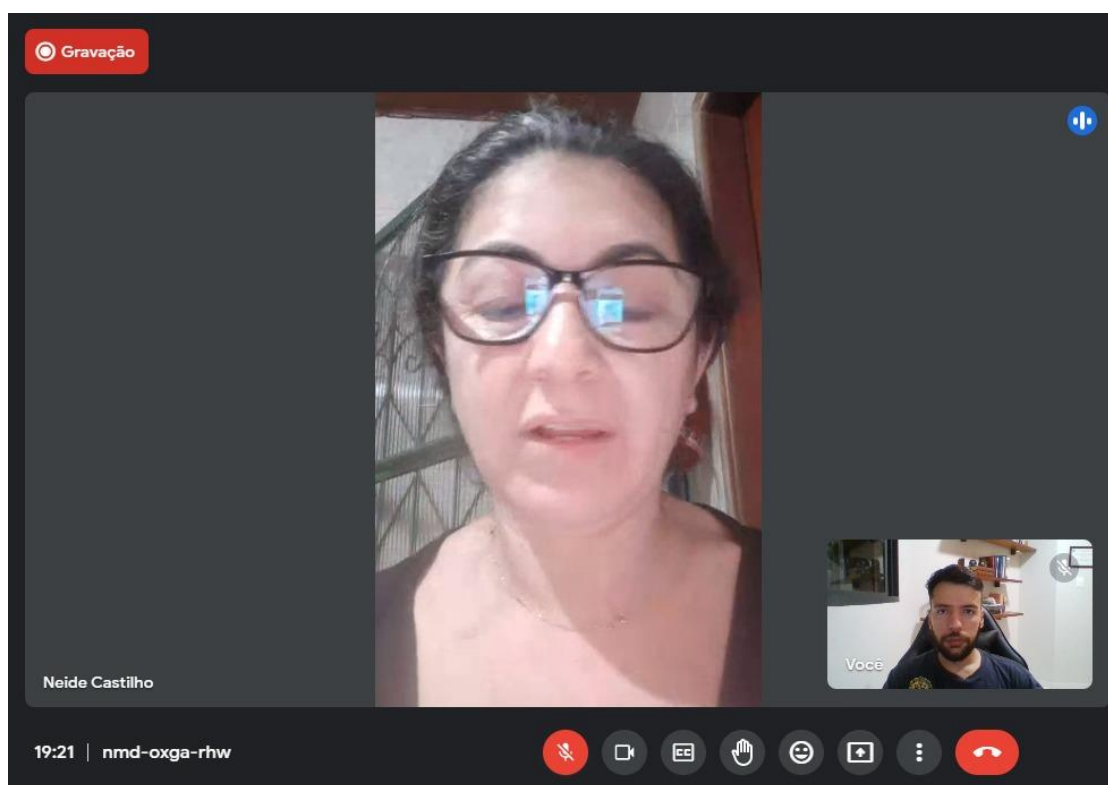
Cita também que o Banco Palmas possui um software de gestão de carteira de crédito para ajudar os bancos comunitários a conseguir fazer boa gestão desses valores e

pagamentos. A má gestão da carteira de crédito é um dos fatores que mais prejudica os bancos comunitários. Falou também que em poucos casos ele coloca os devedores no SPC/SERASA ou até abre processo judicial contra devedores. Essas ações mais agressivas de cobrança só são usadas quando eles identificam que a pessoa pegou o crédito e tem condições de pagar, mas não paga por desacreditar na credibilidade do banco ou por achar que nada irá acontecer com ela se não pagar.

4.3 Entrevista com Neide Castilho dos Santos

A entrevista com a Neide durou quarenta minutos e foi realizada no dia 28 de março de 2023. Ela foi mais objetiva ao responder as perguntas, mas deixou um espaço final para conversa informal.

Figura 18: Entrevista com Neide dos Santos



Fonte: Autor (2023)

1. Quando surgiu o banco e em qual contexto?

Quando surgiu, a iniciativa não era um Banco Comunitário. Em 2004, ela criou uma entidade chamada “Mulheres em Movimento” que fazia o trabalho de crédito e acompanhamento dos empreendimentos das mulheres e trabalhou dessa forma por 2 anos até conhecer o Joaquim do Banco Palmas e o projeto em Fortaleza. A partir disso ela e as demais mulheres começaram a se organizar para virarem um banco.

Em 2007 foi fundado o Banco Pire e sua moeda social (PiraPire), que opera dentro da entidade Mulheres em Movimento. Juridicamente, o banco está inserido na entidade “Mulheres em Movimento”. Funcionaram inicialmente através de doações recebidas por irmãs religiosas da comunidade para fazerem trabalhos, ações e concederem microcrédito.

2. Quais foram os primeiros passos para se organizarem e abrir um banco comunitário?

Neide cita que o principal, além de uma organização mínima dos membros, é ter um grupo que acredite na proposta, considerando isso como mais importante do que ter um recurso inicial. Esse grupo tem a função de conseguir a participação e aceitação da sociedade, que é essencial, sendo que a parte financeira pode ser conquistada a partir disso.

3. Quais foram os pontos onde mais houve erros e acertos?

Ela cita que quando viraram um banco comunitário existiam poucas experiências em outros locais nas quais elas pudessem se espelhar e que nesse processo de desenvolvimento tiveram muitos erros e acertos, que acabaram por aprender empiricamente, na prática.

Um dos erros foram iniciar o banco no centro da cidade, na tentativa de atender Dourados inteira e que com o tempo perceberam que foi um erro estratégico, que o banco comunitário deveria focar em uma região mais limitada e mais próxima a comunidade.

4. Com base na sua experiência, como podemos fazer a comunidade se envolver com o Banco Comunitário? Quais as dicas para fazer a comunidade se envolver e focar no comerciante local?

Ela cita ser um desafio conseguir gerar essa conscientização da comunidade e que no começo eles tinham uma moeda social física com o objetivo de manter os recursos na comunidade. Neide cita também que essa experiência não foi de completo sucesso e que

enfrentou uma dificuldade muito grande na cultura e na mentalidade das pessoas para um projeto como esse, culpando fatores intrínsecos do capitalismo, dizendo que somente mudando a forma de viver para dar totalmente certo, pois as pessoas precisam *“trabalhar no almoço para pagar a janta”*.

Também existia o desafio de ser uma moeda física e isso envolve uma questão de logística e cuidado dos participantes. Com a chegada da plataforma digital do e-dinheiro, ficou mais fácil de alcançar outras pessoas, pois mesmo sendo virtual, a moeda social é necessária para o empreendimento dar certo. Ela diz que essa moeda traz empoderamento *“olha, eu tenho meu dinheiro, dinheiro da comunidade!”*, que há vínculos que perpassam somente o financeiro, como o participativo e inclusivo.

5. Existe alguma outra fonte de recursos além das doações ou há parcerias com o poder público? Vocês se consideram independentes no quesito financeiro, digo, o próprio banco se sustenta?

Como a entidade tem sede própria, ela diz que consegue manter as portas abertas, mas não existem ainda outras fontes de custeio a não ser doações. A entidade Mulheres em Movimento até possui um vínculo com a Secretaria da Agricultura Familiar, por meio da prefeitura, visando fomentar a economia solidária em Dourados. Elas conseguem um espaço no centro para comercializar seus produtos entre si e a população, além de oferecer cursos, mas nada financeiro.

Neide destaca que há alguns anos havia alguns projetos a nível federal para criação e fomentação desses Bancos, que subsidiavam verbas para a contratação de funcionários. Hoje, ela diz prestar apenas serviços voluntários, que continua lutando pelo projeto e que por isso, não consegue alcançar resultados maiores, pois precisa trabalhar para conseguir a própria renda e ressalta que se a comunidade assumir de fato o projeto o resultado virá.

6. Você acha que parcerias governamentais podem ser prejudiciais ao banco de alguma maneira?

“Aí vai depender dos gestores do banco né? Eu acho que até é uma obrigação do poder publico incentivar de alguma forma o banco comunitário, e se ele tomar alguma outra

direção sem ser a original, vai depender de quem está na direção. Não tem problema aceitar recursos públicos, contanto que isso não interfira nos objetivos e trabalhos do banco!”

Ela diz que se feito de maneira correta, faz com que o banco fortaleça e cresça. Neide nos trouxe a notícia de quem o Banco Ita está tentando voltar às atividades, pois com o fim dos projetos a nível federal, as pessoas procuraram outras funções para exercer e o banco ficou sem uma gestão responsável e ela tem esperanças de que com o atual governo voltem as iniciativas de fomento aos bancos comunitários.

7. E em relação ao Banco Pantanal, você tem alguma notícia das suas atividades?

Neide disse que há tempos o Banco Pantanal está inativo, provavelmente por falta de recursos e pessoal. Ela diz *“não é que os bancos Ita e Pantanal finalizaram suas atividades, mas eles foram paralisados, por não haver pessoas que conseguiram gerir e levar o banco para frente, pois infelizmente os nossos bancos comunitários daqui do MS não são economicamente sustentáveis. Só do voluntariado fica difícil, né? Atuando mesmo a nível estadual, somente o nosso.”*

8. Após as perguntas, ela quis continuar para um bate-papo informal:

Juntos, por nossas experiências próprias, chegamos à conclusão de que somente a caridade não “tira” ninguém da situação atual, que é preciso lutar por justiça social e mudanças. Apesar de já haver muitos artigos e livros sobre bancos comunitários, quase não há na literatura experimentos práticos que mostrem o caminho de sucesso para um banco.

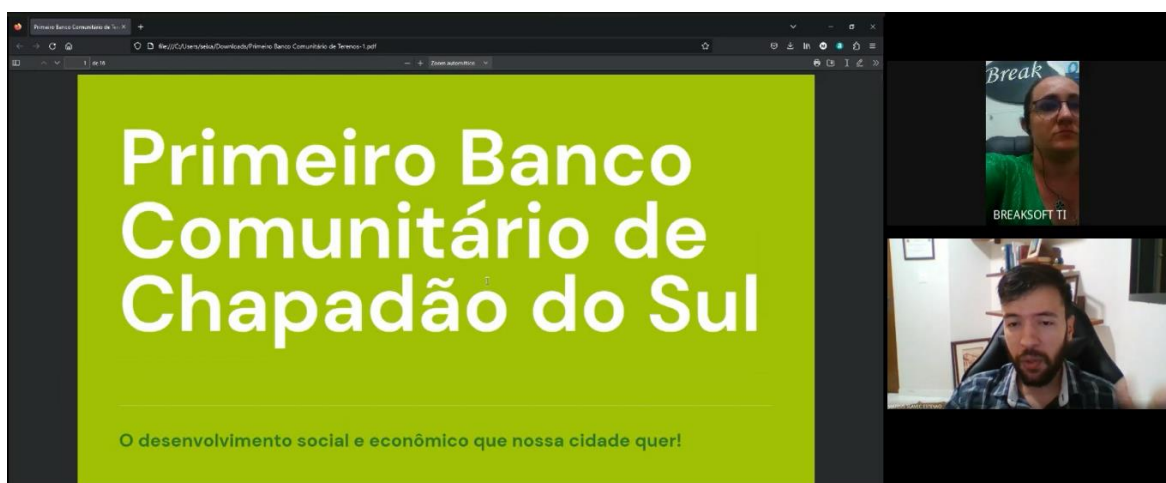
Concluimos também que os maiores desafios são a mudança de pensamento dos membros da sociedade para a coletividade e a sustentabilidade financeira de um Banco Comunitário. O benefício social não pode excluir o financeiro, pois a força de trabalho voluntária é precária. Ela citou um exemplo:

“Já tivemos uma pessoa que era caixa do banco e que aqui que ficou por 6 meses, na esperança de “fecharmos” um edital. Quando ela se formou na faculdade, agradeceu a oportunidade, mas disse que não dava mais certo de continuar aqui. Ela toparia, sei lá, nem que fosse ganhar dois salários-mínimos, pois o trabalho é gratificante. Eu, se ganhasse isso, estaria 24h em função do banco”.

Ela disse que quando os bancos estavam ativos, eles já chegaram a se reunir algumas vezes, na tentativa de fortalecer uma Rede Estadual de Bancos Comunitários, e quem sabe com a criação de uma iniciativa destas em Campo Grande possa reacender uma esperança, e espera voltar a entrar em contato comigo em outras oportunidades, se colocando à disposição para quaisquer dúvidas e informações.

4.4 O caso de Chapadão do Sul

Figura 19: Entrevista com a presidente da associação dos comerciantes de Chapadão do Sul



Fonte: Autor (2023).

Mediante a apresentação das ideias de um Banco Comunitário aqui na cidade de Campo Grande, um amigo participante da força tarefa de implementação apresentou a ideia para a presidente da Associação Comercial de Chapadão do Sul (ACE). Foram realizadas duas sessões de Google Meet, sendo a primeira para explicar passos iniciais e a o roteiro prático, com valores e atividades a serem desenvolvidas.

Na primeira sessão, a presidente da ACE disse que nunca tinha ouvido falar da iniciativa, então foi apresentado a ela uma breve contextualização sobre Economia Solidária e Bancos Comunitários em forma de 16 slides, com as seguintes informações:

- I. **O que são Bancos Comunitários?** Um banco comunitário é uma instituição com objetivo de inclusão financeira e bancária a populações de baixa renda. Além disso, promove o desenvolvimento econômico da comunidade local mediante ações de

economia solidária e moedas sociais. Como consequência, o banco comunitário torna o sistema financeiro mais democrático.

- II. **Programa de redistribuição de renda. Qual o nosso objetivo?** Auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade através de bolsas pagas em moeda social que só podem ser consumidas em pequenos comércios parceiros do seu próprio bairro, fazendo assim um desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas.
- III. **Programa de redistribuição de renda. Qual o projeto?** Bolsas com valor de até 300 reais em moeda social por família pelo período de 6 meses. As famílias beneficiadas terão o compromisso de uma contrapartida que gere desenvolvimento pessoal ou comunitário. Essa moeda social só pode ser consumida em pequenos comércios locais.
- IV. **Programa de redistribuição de renda. 2 por 1:** Através dessa redistribuição via moeda social, o dinheiro investido cumpre seu propósito duas vezes. Uma quando ajuda famílias necessitadas e outra quando fortalece e desenvolve a economia local do bairro e seus pequenos comércios, aumentando a renda, mantendo e gerando novos empregos.
- V. **Programa de redistribuição de renda. Como é executado?** Fazemos a arrecadação dos recursos para o projeto de redistribuição de renda. Após, realizamos os cadastros das famílias que serão beneficiadas nos bairros, como também o dos pequenos comércios. As famílias cadastradas recebem a moeda social todo mês, e depois de consumirem nos comércios as empresas podem sacar a moeda social em real.
- VI. **Programa de redistribuição de renda. Como funciona a tecnologia?** As contas tanto das famílias quanto das empresas são cadastradas no aplicativo do banco. As transferências e pagamentos podem ser feitos através do próprio aplicativo ou através de cartão físico. Essa tecnologia é que nos permite restringir o consumo por bairro ou região.
- VII. **O que temos de especial?**
 - Duplo valor** – Todo dinheiro investido cumpre sua função social duas vezes. Ajudando as famílias e as pequenas empresas ao girar a economia local.
 - Controle do consumo** – A moeda só pode ser consumida em empresas cadastradas, dando maior segurança.
 - Injeção econômica** – Garantia de que todo valor investido será 100% direcionado a economia local.

Fortalecer a economia – Todo dinheiro vai parar na mão de micros e pequenos empresários dos bairros.

Fator multiplicador – Em tese, cada um real investido equivale como dois reais dentro dessa estrutura.

Combater desigualdades – Valor pode ser usado para necessidades essenciais e para o desenvolvimento das famílias.

VIII. O que os dados têm a dizer?

98% dos entrevistados consideram que o Banco Palmas contribui para o desenvolvimento do Conjunto Palmeira

90% declararam que o Banco Palmas contribuiu para a melhoria de sua qualidade de vida

26% aumentaram a renda familiar devido à ação do Banco Palmas

22% conseguiram trabalho por meio do Banco Palmas

Após a apresentação, a presidente suscitou algumas dúvidas, que foram prontamente respondidas:

1. É possível criar um banco comunitário sem a participação do poder público?

“Sim, a estrutura e objetivo a qual opera um banco comunitário pode acontecer através de iniciativa popular, pública ou privada, podendo cada um acontecer independente da participação do outro. Em algumas situações, os Bancos são puramente geridos por alguma associação da comunidade, como no caso do Banco Palmas; em outras, iniciativas populares e poder público caminham juntos, como é o caso do Banco Comunitário da Maricá, do Rio de Janeiro.”

2. Nas cidades onde os bancos estão implantados, toda iniciativa é pública ou existe alguma privada?

“Na grande maioria dos casos, os Banco Comunitários são criados via terceiro setor ou poder público. Hoje, em parceria com a plataforma e-dinheiro (Banco Palmas) existem poucas iniciativas de moeda social que são geridas por empresas privadas, em sua maioria são criadas para pagar a funcionários programas de benefícios.”

“A rede brasileira de bancos comunitários comporta os dois tipos de bancos. O próprio Banco Palmas é tradicional, ou seja, não há recursos públicos, não paga programas sociais da prefeitura, diferentemente de Maricá, que paga a renda básica, programas emergenciais, entre outros.”

3. Quais são os requisitos principais para que consigamos implantar esse Banco Comunitário aqui em Chapadão do Sul?

“É necessário o cadastro na plataforma e-dinheiro para começar qualquer operação que use uma moeda digital em um banco comunitário. Esse cadastro é simples e pode ser feito direto no CNPJ da empresa. Para parte operacional, o banco precisaria de uma força tarefa maior durante sua implementação, para ajudar na divulgação do projeto e cadastro das pequenas empresas e funcionários beneficiados, após isso ele conseguiria operar com 1 a 3 funcionários dedicados a novos cadastros e tirar dúvidas dos participantes.”

“De maneira objetiva, para implantar o banco é preciso um local físico, um agente de crédito, um bancário e um consultor, podendo estas funções serem acumuladas a depender do tamanho. Com essa pequena estrutura para uma cidade como Chapadão do Sul, já é possível viabilizar o cadastro de pessoas para operarem a moeda social.”

4. Vocês conhecem algum Banco Comunitário que seja gerido por associação comercial? Há algum óbice para isso? Pois tenho interesse em oferecer a estrutura e todos os custos operacionais.

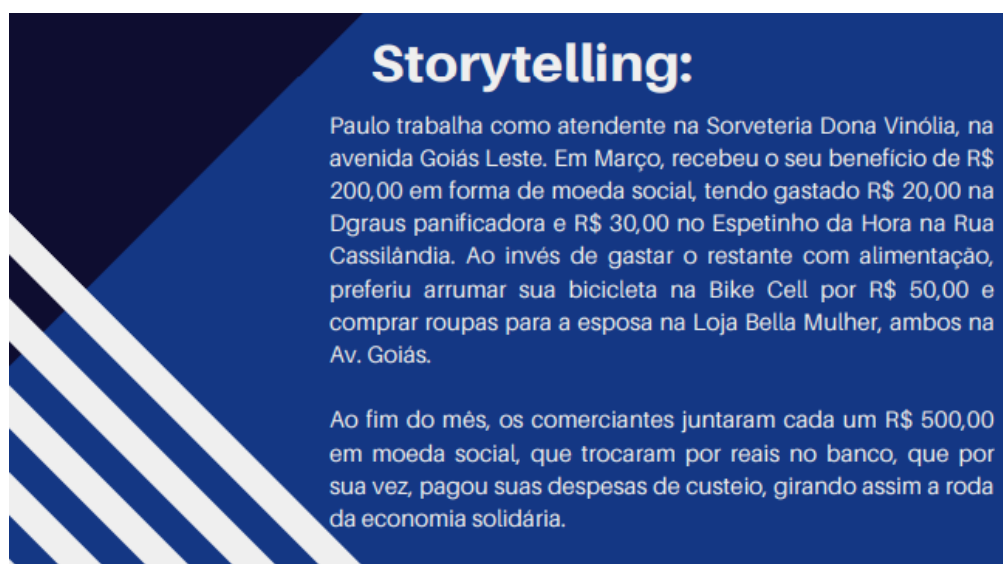
“No momento, não conhecemos nenhuma experiência de banco comunitário que funcione junto a uma associação comercial. Não existe nenhum impedimento para que seja implementado, desde que o objetivo e ações do banco visem beneficiar a população. A existência de uma estrutura, rede de contatos e experiência profissional de uma associação comercial na verdade fortalece e facilita a criação e implementação de um banco comunitário na cidade, que já nasceria tendo um grande parceiro.”

“Quanto ao fato de a associação ser comercial, não há problema nenhum, pois ela visa representar os interesses dos comerciantes, sem finalidade lucrativa.”

Ao final da apresentação, a presidente entendeu a lógica, mas disse que o que ela desejava era beneficiar os membros da associação em si. Sua ideia é, por meio da plataforma e-dinheiro e com uma moeda social virtual, fazer com que os benefícios de alimentação dos funcionários fossem pagos em forma de cartão ou aplicativo, vinculando os estabelecimentos associados para receberem a moeda, evitando assim pagar altas tarifas de vale alimentação das empresas usuais de mercado, como a Alelo e a Sodexo.

Foi apresentado então, em uma nova reunião, um plano para que na verdade, fosse instituída uma cooperativa de crédito, como um pagador dos benefícios de alimentação e outros usos nas empresas locais, mas com taxas menores ou iguais, para manter o crédito girando localmente.

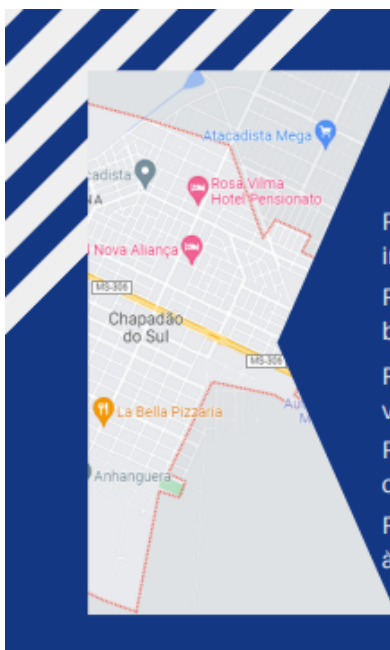
Figura 20: Storytelling exemplificando os procedimentos práticos do negócio



Fonte: Autor (2023)

Apresentamos um roteiro simplificado das principais etapas para implementação do projeto. Começou-se pela apresentação e cadastro das empresas que irão oferecer os benefícios para seus funcionários, após isso, cadastrariamos as empresas da cidade que irão receber o benefício como pagamento. Em seguida, tendo os funcionários sido capacitados, os beneficiários inseridos no sistema do banco e orientados de como realizar os pagamentos via aplicativo, o projeto já entraria em fase de execução.

Figura 21: Etapas para o cadastramento e implementação do projeto



Passo a passo para implementação do projeto:

- Passo 1 - apresentar programa de benefícios para as empresas in loco por meio de visitas guiadas e planejadas;
- Passo 2 - cadastrar os comércios que aceitem pagar os benefícios aos funcionários em moeda social;
- Passo 3 - cadastrar os comércios que aceitem receber os valores em moeda social;
- Passo 4 - dar treinamento aos gestores para que entendam como funciona a plataforma e dinheiro e sistemas de câmbio;
- Passo 5 - abrir uma sala comercial do Banco Comunitário junto à Associação Comercial de Chapadão do Sul.

Fonte: Autor (2023)

Disponibilizamos uma análise de custos para implementação e manutenção do projeto, sem considerar gastos materiais com local e contas, visto que a ideia é que a cooperativa pudesse operar inicialmente dentro da própria associação comercial. Nela, consideramos a estrutura central no projeto tendo 3 funcionários. Um para realização de atendimento receptivo e funções administrativas, outro para ação ativa de ampliação da rede e solução de problemas e um para serviços de consultoria e acompanhamento *in loco* da implementação e inovação do projeto. Os valores foram discutidos e propostos pela presidente da Associação, considerando a realidade da força de trabalho local e o nível de responsabilidade dos cargos:

Figura 22: Estimativa de gastos da força de trabalho da cooperativa de crédito



Quantidade de funcionários	Valor mensal	Valor bimestral	Valor semestral	Valor anual
Atendente/Administrativo	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 8.400,00	R\$ 16.800,00
Supervisor/Responsável	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00
Consultoria de Implementação	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 36.000,00
Total	R\$ 6.400,00	R\$ 12.800,00	R\$ 38.400,00	R\$ 76.800,00

Fonte: Autor (2023)

Com objetivo de criar um negócio social sustentável, avaliamos três alternativas de captação de recursos: Taxa de transação do aplicativo, Taxa administrativa por beneficiário, taxa administrativa para empresa parceira.

- I. **Taxa de transação do aplicativo:** o aplicativo e-dinheiro, o qual é usado pela grande maioria dos bancos comunitários, possui uma taxa cobrada no momento em que o dinheiro é convertido da moeda social local para o real. O valor dessa taxa é de no mínimo 2% e é acordado junto ao banco comunitário, onde sempre 50% do valor arrecadado da taxa vai para o e-dinheiro cobrir seus custos e o outros 50% volta para o banco comunitário de origem. Nessa situação consideramos um valor de 2,5% retornando para o projeto.
- II. **Taxa administrativa por beneficiado:** Essa taxa é a principal forma de arrecadação de recurso encontrada, sendo um valor fixo pago pela empresa para cada funcionário que irá receber o benefício cadastrado. No atual estudo fizemos simulações considerando um valor de 5 ou 10 reais pago pela empresa.
- III. **Taxa administrativa empresa parceira:** valor fixo a ser pago mensalmente pela empresa parceira, para se manter no ecossistema do benefício. Baseamos nosso modelo de negócio visando a sustentabilidade do projeto e sem sobrecarregar demais uma mesma parte dos envolvidos. Empresas que oferecem serviços de benefícios

como Alelo e Sodexo focam seu rendimento 100% em taxas cobradas das empresas que aceitam os cartões como forma de pagamento. No nosso caso, tentamos redistribuir esse valor entre os envolvidos visando não sobrecarregar o pequeno comércio que deve se beneficiar desse ecossistema.

Figura 23: Valores estimando custos: funcionários vs empresas

Métodos de custeio			
Arrecadação via aplicativo			
Ticket médio a 200 reais			
Beneficiarios	100 (R\$ 20.000,00)	200 (R\$ 40.000,00)	500 (R\$ 100.000,00)
Taxa Venda (2,5%)	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.500,00
Taxa conversão (1%)	R\$ 200,00	R\$ 400,00	R\$ 1.000,00
Arrecadação:	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00	R\$ 3.500,00
*valor separado do que é descontado pelo aplicativo			
Arrecadação via taxa administrativa (beneficiario)			
Beneficiarios	100	200	500
Taxa administrativa empresa (R\$ 5,00)	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.500,00
Taxa administrativa empresa (R\$ 10,00)	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 5.000,00
Arrecadação via taxa administrativa (empresa parceira)			
Empresas	30	50	
Taxa (R\$ 30,00)	R\$ 900,00	R\$ 1.500,00	
Taxa (R\$ 50,00)	R\$ 1.500,00	R\$ 2.500,00	

Fonte: Autor (2023)

Vale ressaltar que isto foi somente uma simulação feita para percepção do modelo de negócio, em reunião com responsável pela associação foi reforçado que modelo de negócio deve ser encaixar com valores e serviços já oferecidos pela associação a sua comunidade de beneficiados.

A partir dessa estrutura de arrecadação montamos algumas simulações considerando combinações de valores desses rendimentos. Valores acima de R\$ 76.800,00 ao ano já alcançavam a rentabilidade do negócio. Nos valores calculados nessa simulação, conseguimos alcançar a sustentabilidade do projeto em cenários onde tivermos a partir de 500 funcionários sendo beneficiados com nosso projeto na cidade, a partir de 30 empresas cadastradas com taxa mensal de R\$ 30,00.

Figura 24: Cenários de arrecadação para a manutenção da cooperativa de crédito

Cenários de arrecadação			
Arrecadação total (Tx. Benef. 5/Tx Empr.30x30)			
	Mensal	Semestre	Ano
Beneficiários (100) / Empresa 30 + Aplicativo	R\$ 2.100,00	R\$ 12.600,00	R\$ 25.200,00
Beneficiários (200) / Empresa 30 + Aplicativo	R\$ 3.300,00	R\$ 19.800,00	R\$ 39.600,00
Beneficiários (500) / Empresa 30 + Aplicativo	R\$ 6.900,00	R\$ 41.400,00	R\$ 82.800,00
Arrecadação total (Tx. Benef. 10/Tx Empr.50x50)			
	Mensal	Semestre	Ano
Beneficiários (100) / Empresa 50 + Aplicativo	R\$ 4.200,00	R\$ 25.200,00	R\$ 50.400,00
Beneficiários (200) / Empresa 50 + Aplicativo	R\$ 5.900,00	R\$ 35.400,00	R\$ 70.800,00
Beneficiários (500) / Empresa 50 + Aplicativo	R\$ 11.000,00	R\$ 66.000,00	R\$ 132.000,00

Fonte: Autor (2023)

Após reunião de apresentação do modelo de negócio foi informado que proposta seria analisada para após ser apresentada para corpo diretor da associação. Um mês depois, associação retornou, mas disse que no momento não possuía caixa suficiente por já estar com as receitas comprometidas no corrente ano, e que analisaria a proposta para 2024.

4.5 Roteiro para a implantação de um Banco Comunitário em Campo Grande/MS

4.5.1 Definição do local

Conforme aprendido nas entrevistas e na fundamentação teórica, é preciso escolher um local de regiões territoriais não muito grande a princípio, não maior do que um bairro ou uma região territorial.

Para que a iniciativa tenha maiores probabilidades de sucesso, necessita-se de que já exista um processo de mobilização local, ou que este seja ensinado aos membros da comunidade, pois em iniciativas de Economia Solidária a educação é um dos fatores mais importantes para o sucesso da empreitada.

Além disso, faz-se necessário haver uma entidade do terceiro setor responsável pela gestão do banco, gestão essa não de membros de fora da comunidade, mas do próprio círculo

social, bem como a disponibilidade de um espaço físico e infraestrutura básica aportada por um parceiro local.

Foi visitado um projeto evangelístico da comunidade do Bom Retiro, em que todos os sábados são ensinadas lições sobre bíblia e fé. Aproveitamos para aprender um pouco da situação local e auxiliar com doações.

Figura 25: Visitando como homem-aranha o projeto no Bairro Bom Retiro



Fonte: Autor (2023)

O espaço é gerido pela “Dona Inês”, figura conhecida no bairro. O local possui um banheiro, uma sala geral e uma cozinha. Perguntamos a ela se seria possível a cedência do local ou mesmo a divisão das contas para o espaço funcionar durante a semana como um Banco Comunitário de Campo Grande.

Inês questionou como seria o funcionamento, onde demos os seguintes exemplos:

Dona Jacira vendia verduras de porta em porta, acabou conhecendo o BCCG (Banco Comunitário de Campo Grande), gostou das palestras e mesmo relutante, pegou R\$300 de Capivaras (nome da moeda social) para comprar uma tendinha, placa e prateleiras para vender verduras na frente de casa, além de um celular para fomentar as redes sociais, e o sustento da casa passou a ser a receita das verduras, que mensalmente nos dava uma cestinha com frutas e verduras, além de ter pago R\$306 no outro mês, sendo esses 6\$ o juros mensal do empreendimento.

Dona Odete com sua filha grávida de 16 anos não via muita esperança, até que conheceu o BCCG e não quis pegar o empréstimo R\$500 de primeira, pois emprestar parecia simples, mas como iria pagar? Um dos agentes creditícios a visitou, disse para se despreocupar e perguntou o que faria com o dinheiro. Dona Odete a filha disse que comprariam linhas de costura e tecidos para trabalhar com crochê, pois já tinham experiência nisso. Uma pequena fábrica próxima comprava os seus produtos para incrementar a produção, o que as deu segurança de vender não somente ao local como uma renda fixa também, pagando assim os R\$500\$ em 2 meses a 2% de juros, totalizando R\$510. Ao final, doaram um crochê com o nome do banco, que colocamos na entrada da sede.

Nilson machucou a mão com uma makita, estava há 4 meses parado, gastando todo seu dinheiro que outrora utilizou para problemas de saúde e cirurgias. Para voltar ao trabalho, requisitou R\$700 Capivaras ao BCCG para comprar pallets e madeiras pinus, como também serra copo e furadeira. O Banco Comunitário prontamente emprestou, que recebeu o valor de R\$770 de volta, com 2% de juros ao mês em 5 meses, e ainda ganhou uma mesa de pallet.

Ela disse que adorou a ideia e espera que realmente possamos utilizar o local para trazer esses serviços ao bairro, pois muitos precisam.

4.5.2 Serviços oferecidos

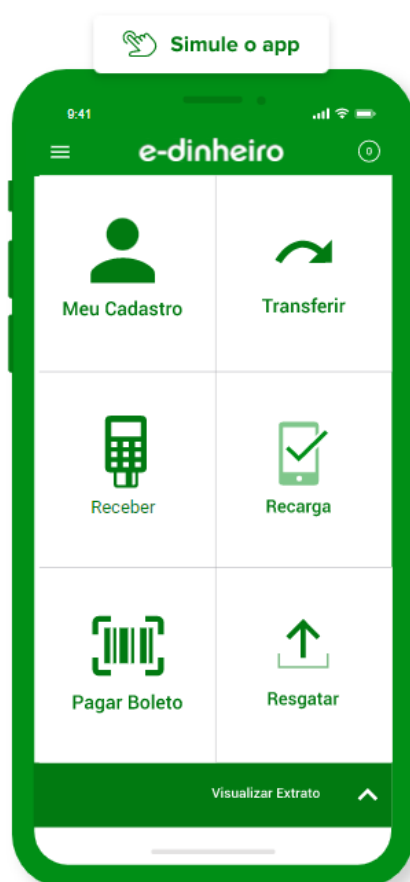
Enquanto Banco Comunitário, podemos oferecer diversos serviços, que vão desde serviços de “lotérica”, como pagamento de boletos, recarga de celular, entre outros, além de serviços de banco como saque, transferência, empréstimos, venda de seguros e programas de redistribuição de renda.

Cada serviço oferecido é uma forma a mais de rentabilização do banco, porém também gera em contrapartida um investimento maior em estrutura e/ou equipe. Para isso é muito importante que seja feito uma análise de quanto o banco terá como capital inicial e da comunidade a qual o banco vai ser aberto para suprir suas necessidades. Ressalta-se que a região do Bom Retiro não possui lotérica ou mercado próximos (menos de 10 quadras) que ofereça serviços de boleto e recarga de celular, por exemplo, por isso, se torna interessante o investimento na prestação desses serviços, tais como:

- Recarga de celular;
- Seguro de vida;
- Correspondente bancário;
- Capacitação profissional;
- Pagamento de boletos;
- Pagamento da folha de empresas privadas do bairro, de todo o salário ou do auxílio alimentação;
- Caixa eletrônico;
- Cessão de microcréditos e programas de Redistribuição de Renda.

Estes serviços serão oferecidos pela plataforma E-dinheiro, da qual todos os bancos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários fazem parte. É um aplicativo possível de ser baixado para celulares Android e IOS, com todas as funcionalidades presentes tanto para comerciantes quanto para a comunidade em geral.

Figuras 26 e 27 – Funções do aplicativo e-dinheiro do banco com a Moeda Digital



Fonte: Instituto Banco Palmas (2016).

O modelo de receita para os Bancos Comunitários está sujeito a evolução e crescimento da plataforma E- dinheiro. Assim que vão sendo identificados os produtos de maior impacto e potencial de retorno financeiro o modelo de receita será formatado/adaptado para alavancar esse potencial social e financeiro. Atualmente, as taxas cobradas são:

Tabela 3 – Funções do aplicativo E-dinheiro para Bancos Comunitários

Serviços	Taxas
Função LOGIN E CADASTRO	Gratuito
Função DEPOSITAR	Gratuito
Função PAGAR	Gratuito
Função TRANSFERIR	Gratuito até 100 transferências mensais. Tarifa adicional de R\$ 1,00 por transferência
Função COBRAR	Gratuito até 30 cobranças mensais. Tarifa adicional de R\$ 1,00 por cobrança
Função EXTRATO	Gratuito
Função RESGATE	1% do valor sacado (exceto até o 5º dia útil do mês)
Função CONTA SALÁRIO	Gratuito
Função COMPRAS NO COMÉRCIO	2% do valor da compra
Função RECARGA DE CELULAR	2% a 3% dependendo da operadora
Função SEGUROS	15% do valor da apólice
PAGAMENTOS DE BOLETO:	
Até R\$ 200,00	R\$ 1,00
R\$ 201,00 a 4.000,00	R\$ 2,50
R\$ 4001,00 a 7.000,00	R\$ 3,50
R\$ 7001,00 a 9.000,00	R\$ 5,00
R\$ 9001,00 a 15.000,00	R\$ 10,00
Acima de 15.000,00	R\$20,00

Fonte: Instituto Banco Palmas (2016)

4.5.3 Créditos oferecidos

Sem exigir um fiador, sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito, ou comprovação de renda, a confiança institucional tem que ser buscada e preservada. A principal fonte de confiança do agente creditício são os empréstimos tomados em conjunto de 5 pessoas, que se responsabilizam solidariamente pelo pagamento, além dos depoimentos de vizinhos. Ora, se quatro de cinco vizinhos disseram que a pessoa que deseja o crédito não honra com as obrigações, tem costumes pródigos, não tem responsabilidades em pagar o que pega emprestado, há de se levar em consideração esta informação pelos agentes bancários. As principais formas de prestação de serviços creditícios estão elencadas conforme a tabela abaixo:

Tabela 4 – Modalidades de crédito a serem oferecidas pelo BCCG

Linha de financiamento em circulante local	Quem pode acessar	Valor máximo em moeda social (em R\$)	Prazo de pagamento	Taxa de administração
Crédito emergencial	Feito para a pessoa quitar uma conta atrasada, ou comprar um gás, arroz, feijão e outros mantimentos.	100,00	2 meses	Sem juros
Crédito trabalhador	Trabalhadores investirem na sua profissão, como a compra de madeiras para um carpinteiro (matéria-prima), ou uma furadeira para um técnico de ar-condicionado (materiais)	500,00	6 meses	2% a.m.
Crédito empresa	Para reforma e expansão dos negócios, ou a um salão de beleza para comprar mais cadeiras, ou também para uma loja de roupas comprar mais insumos.	2000,00	12 meses	2% a.m.
Crédito moradia	Para reformas essenciais na residência, como telhado, banheiro, fossa, instalação de água e compra de padrão de luz	700,00	6 meses	1,5% a.m.
Crédito saúde	Para despesas como remédios, consultas e cirurgias, voltadas principalmente ao público idoso e PcD	500,00	4 meses	1,5% a.m.
Crédito mobiliário	Para a compra de móveis e eletrodomésticos necessários.	600,00	4 meses	1,5% a.m.
Crédito agrícola	Para comprar sementes, insumos e maquinários para a agricultura familiar	2000,00	12 meses	2% a.m.

Fonte: Autor (2023)

Para concessão do crédito será realizado um estudo de viabilidade do negócio pelos Agentes de Crédito do Banco Comunitário de Campo Grande, que farão o acompanhamento dos empreendimentos, podendo inclusive montarem tendas e barracas ao lado do banco para os requerentes comercializarem seus produtos.

Os bancos comunitários oferecem dois tipos de créditos: um em moeda real e outro em moeda social (capivaras). Quando oferecido para empresários para comprar maquinários que não são produzidos pela própria comunidade, por exemplo, o empréstimo é feito em reais. Quando o produto ou serviço pode ser adquirido pelo comércio local, o empréstimo é feito em moeda social.

Os benefícios serão pagos em Moeda Social condicionando que os beneficiários façam suas compras nos comércios locais do bairro. Isso promove o fortalecimento da economia local e das relações comunitárias. Por se tratar de “Moeda Social” o beneficiário

não poderá “sacar” o benefício, já os comerciantes podem trocar moeda social por Reais (R\$).

Figura 28 – Moeda social a ser criada pelo Banco Comunitário de Campo Grande



Fonte: Autor (2023)

Para as transações que ocorrem dentro do bairro, os pagamentos são realizados diretamente no celular do comerciante. O celular do comerciante lê o Cartão Digital Capivara do beneficiário ou recebe diretamente do celular do usuário. Para receber, é necessário um smartphone, sendo que para vendas a taxa administrativa é 2% do valor da compra, voltadas à manutenção do banco e do sistema.

Com esse dinheiro, o comerciante pode fazer compras em outros comércios do bairro que aceitem a moeda social, pagar funcionários, boletos e faturas, fornecedores, colocar crédito no celular e outros serviços oferecidos na plataforma E-dinheiro. Funciona como uma espécie de conta bancária pré-paga. Para operações de resgate, que seria transferir da conta digital do Banco Comunitário para uma conta corrente de um banco comercial, é cobrado 1% do valor resgatado.

Espera-se poder beneficiar as várias camadas da sociedade, entre elas os pequenos produtores rurais e agricultores familiares, empreendedores informais e trabalhadores

autônomos, micro e pequeno empresários, ex-usuários de drogas e ex-presidiários, desempregados e mães solteiras.

Além das concessões de microcrédito, será feito também a concessão de auxílio em forma de Renda Básica, visando as famílias mais necessitadas, com bolsas de R\$300,00, onde a contraprestação não será financeira (ou seja, o retorno do valor), mas sim, à coletividade, explicado logo abaixo.

4.5.4 Renda Básica da Comunidade

Dentre as famílias do Bom Retiro, foi constatado por pesquisa que aproximadamente 30% do espaço amostral possui renda de até R\$1000,00. Para estas famílias, não é interessante oferecer microcrédito mediante empréstimos, mas sim, que o retorno seja feito em serviços voltados à comunidade. O programa RDC (Renda Básica da Comunidade) poderá ser feito justamente para auxiliar estas famílias em extrema dificuldade.

A ideia aqui é o fortalecimento da economia solidária na comunidade. A ideia é começar um projeto piloto para auxiliar cerca de 40 famílias do bairro. Dependendo da disponibilidade de recursos, poderemos ampliar para um maior número de famílias.

O Programa voltado para famílias que vivem em extrema pobreza tem 04 componentes:

- a) Renda Básica no valor de R\$300,00 mensais para cada família;
- b) Capacitação profissional mediante cursos em parceria com o município;
- c) Educação financeira em economia solidaria;
- d) Crédito para subsidiar um negócio produtivo.

Figura 29: Moradores cuidando do próprio bairro



Fonte: Instituto Banco Palmas (2016)

As contraprestações poderão ser de diversos tipos, entre elas:

Tabela 5 – Tipos de contraprestação a serem feitas pelos beneficiários do RDC

Mutirões de limpeza	Semanalmente, os mutuários do Renda Básica da Comunidade farão serviços em prol do bairro, tais como limpezas de canteiro central, pintura de meio fio e escolas, em parceria com a Prefeitura local.
Doação de sangue	Trimestralmente, aos que fazem parte, poderá a contraprestação ser feita com doação de sangue, contanto que isso seja desejado pelo morador e que ele satisfaça as condições.
Filhos da educação	Às famílias, a contraprestação também poderá ser feita pela exigência dos filhos menores de 18 anos de presença na escola, além de uma média mínimo de 6 pontos, com a aprovação do ano letivo.
Doação de leite	Para as mães que queiram, pode ser satisfeita a contraprestação pela doação de leite materno ou amamentadora para outras mães que não possuem leite.

Fonte: Autor (2023)

A capacitação profissional será opcional, contudo, os agentes de crédito e membros do banco irão motivar as famílias a se profissionalizarem, ajudando a superar situações de miséria. A ideia é poder ter um representante da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT) junto ao banco semanalmente para divulgar as vagas nos cursos de profissionalização e emprego.

4.5.5 Captação de recursos

Existem algumas formas de captação de recurso para um Banco Comunitário e elas vão permitir ou não o banco prestar alguns serviços. Programas como o de redistribuição de renda seguido dos empréstimos são os que mais exigem recursos altos para uma execução com bons resultados.

Dinheiro Público: É possível receber verba pública a partir da construção de uma lei e termo de parceria com a prefeitura ou governo do estado. Desta forma, a prestação de serviços à região é feita seguindo diretrizes e metas estabelecidas nessas parcerias. É comum que essas parcerias sejam para prestação de serviços de redistribuição de renda e microempréstimos, como também em algumas situações o banco comunitário pode ser usado para pagamento de benefícios dos funcionários públicos e até mesmo de seus salários.

Privado: Também é possível conseguir captar recursos via iniciativa privada. Você pode encontrar financiamentos nacionais ou internacionais de fundos que tem foco em combate a pobreza e extrema pobreza ou que possui o objetivo de desenvolvimento de microempresas através do microcrédito. O dinheiro de origem privada pode ser menos burocrático que a verba pública, porém tende a ser em valores menores e por menor duração de financiamento.

Taxas e serviços: O Banco também gera recursos através das taxas cobradas nas prestações de serviços como conversão da moeda digital para dinheiro real, taxa de pagamento de boletos e recarga de celular e venda de seguros. Conforme a movimentação do banco esse valor pode variar, mas como o valor das taxas é pequena é muito improvável que seja o suficiente para você manter os custos de operação.

Projetos: A geração de recursos através de projetos desenvolvidos dentro ou a partir do banco comunitário. Organizar eventos de economia solidária, colocar a venda produtos ou serviços dos quais são oferecidos dentro do banco para sua comunidade como por exemplo venda de alimentos, serviços de costura, prestação de serviços de cursos oferecidos. Essa é uma forma com bons resultados, pois ao mesmo tempo que você capta recursos para o banco você também fornece renda aos comunitários participantes desses projetos.

4.5.6 Projetos: modelos alternativos para se manter financeiramente

A intenção de um Banco Comunitário não é apenas creditícia, mas fazer o círculo da Economia Solidária girar internamente. Por meio de projetos dentro do bairro, recursos são angariados e a comunidade se desenvolve. Pensamos nos seguintes modelos adaptados de outros Bancos em existência:

Projeto CapiCultura - Oferecimento de curso de danças (hip hop, house, axé, ballet, tango, house, etc), curso de pintura (grafite, pintura de quadros, muros, etc) e cursos de musicalização (violão, teclado, bateria, guitarra, canto, etc.) com os professores pagos meio período com uma bolsa de meio salário-mínimo da moeda social Capivaras, a serem custeadas pelo banco e/ou pelos alunos.

Projeto CapiBusão - Parceria com o poder público municipal para o aceite da moeda social Capivaras do banco como forma de pagamento às passagens de ônibus municipais. Podem ser recarregados também os cartões de passe ou comprado tickets avulsos.

Projeto CapiTech - Programação (montar um colaborativo, venda de sites, *web design* etc.), com os professores pagos conforme a rentabilidade da venda dos serviços dos alunos em Capivaras.

Projeto CapiFeira - feiras livres a serem programadas semanalmente para vendas de produtos da agricultura familiar, artesanatos e trocas de serviços, sendo a Capivara a única moeda aceita. É possível também programar uma compra coletiva (agasalhos, por exemplo), para reduzir os custos e obter vantagens de mercado. As tendas serão fornecidas com a estrutura do próprio banco.

Projeto CapiCursos - mecânica, construtor, padeiro, confeitoiro, barbeiro, manicure, pedicure, entre outros, com os professores pagos meio período com uma bolsa de meio salário-mínimo da moeda social Capivaras. Serão oferecidos também cursos gratuitos em caráter não-profissionalizante, como de educação financeira, trânsito, direitos do consumidor, entre outros.

Projeto CapiJurídico - advogados autônomos que prestam serviços à instituição em prol dos beneficiados, como aquisição do LOAS, processos de divórcio, separação de bens,

violência contra a mulher, guarda dos filhos, aposentadoria e demais assistências aos hipossuficientes. Todo o trabalho sendo remunerado em Capivaras.

Projeto CapiClean - Criação de produtos de limpeza, como sabão, detergente, amaciante, cera líquida, para venda à comunidade e aos órgãos públicos por dispensa de licitação.

Projeto CapiFashion - Loja comunitária com as roupas produzidas pelos alfaiates e costureiras do bairro, disponíveis à venda para o público, com o atendente pago meio período com uma bolsa de meio salário-mínimo da moeda social Capivaras

Projeto CapiAluno - Curso de ENEM aos jovens do ensino médio do Bairro meio período, com os professores pagos meio período com uma bolsa de meio salário-mínimo da moeda social Capivaras.

Projeto CapiMutirão - Em parceria com o poder público municipal, utilizar a força de trabalho dos beneficiários do Renda Básica da Comunidade, cedendo a força de trabalho de serviços públicos essenciais, tais como: limpeza de praças e canteiros centrais, reparo de meio-fio, pintura de escolas e faixas de pedestre etc.

Projeto CapiCicla - Projeto que pode criar a cultura de reduzir, reutilizar e reciclar, entregando latinhas e garrafas plásticas ao banco, que funcionaria como um ponto de reciclagem do bairro, pagando pelos materiais em moedas sociais.

Projeto CapiSeguro - em casos de morte, desemprego ou acidente com danos definitivos (invalidez permanente).

Programa CapiEstágio - capacitação profissional para jovens de 18 a 23 anos terem a oportunidade de trabalhar nos comércios do bairro e aprenderem uma profissão. O valor pago pelos comerciantes seria em forma de Capivaras.

Programa CapiTrampo - moradores da região local são encaminhados ao mercado de trabalho, com vagas de emprego postas à disposição por empregadores do bairro, com relação de horários, salários e outros detalhes. A lista pode ser consultada via site do Banco ou presencialmente na sede.

Programa jovens agentes creditícios - curso para treinar os jovens a trabalharem no banco e para o banco como agentes externos, orientando comerciantes e moradores quanto ao uso das moedas digitais, utilização do crédito e giro local da economia.

4.5.7 Valores iniciais para um projeto rentável

Para o nosso estudo empírico, serão buscados recursos a nível federal, mediante a parceria de deputados, intermediando na recém-reinaugurada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que compõe a estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na direção do secretário Gilberto Carvalho.

Foram feitas estimativas de gastos, especialmente com os dois Agentes que operam o banco: o creditício e o de caixa. Para eles, foram estabelecidas faixas salariais de R\$ 1500,00, que geraram a seguinte tabela:

Tabelas 6,7 e 8 – Cálculo da força de trabalho fixa do Banco Comunitário de Campo Grande

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (MDO fixa)													
1	2	3	4	7	8	9	10	11	12	13	15	16	17
Nº	QUANT	CARGO	SALÁRIO		13º SAL	FÉRIAS	FÉRIAS	VALOR TOTAL	FGTS	I.N.S.S.	Vale Transporte	TOTAL	ENCARGOS
ORDE M			UNITÁRIO	TOTAL	1/12	1/12	1/3		8%	29%			(16 - 7)
1	1	Agente de Crédito	1.500,00	1.500,00	125,00	125,00	500,00	2.250,00	120,00	435,00	204,60	3.009,60	1.509,60
2	1	Agente de Caixa	1.500,00	1.500,00	125,00	125,00	500,00	2.250,00	120,00	435,00	204,60	3.009,60	1.509,60
TOTAL	2		3.000	3.000	250	250	1.000	4.500	240	870	409	6.019	3.019

CÁLCULO DO VALE TRANSPORTE MENSAL								
Nº	QUANT.	CARGO	SAL. BASE		VALE TRANSPORTE		CUSTO	
			UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL	EMPREGADO (6%)	EMPRESA
1	1	Agente de Crédito	1.500,00	1.500,00	204,60	204,60	90,00	114,60
2	1	Agente de Caixa	1.500,00	1.500,00	204,60	204,60	90,00	114,60
							-	-
TOTAL	2	-	-	3.000,00	409,20	409,20	180,00	229,20
NOTA: 2 vales por dia, 22 dias úteis (44 vales por mês) a R\$ 4,65								

RESUMO						
RESUMO DA FOLHA	MENSAL			ANUAL		
	SALÁRIOS	ENCARGOS	TOTAL	SALARIOS	ENCARGOS	TOTAL
Administrativo	3.000,00	3.019,20	6.019,20	36.000,00	36.230,40	72.230,40
TOTAL	3.000,00	3.019,20	6.019,20	36.000,00	36.230,40	72.230,40

Fonte: Autor (2023)

Pelas contas, os gastos anuais com os dois funcionários efetivos do banco ultrapassam pouco mais de R\$ 72.000,00. Ressalta-se que estes serão os únicos a receberem valores pelo banco, pois pelas experiências práticas vimos que a força de trabalho voluntária é precária. Conforme a ideia seja implementada e o banco obtenha sucesso tanto social quanto financeiro, há de se analisar a possibilidade de contratação de mais pessoas.

Assumindo que o local será cedido pela dona Inês e serão divididos gastos médios de água, luz e outros insumos os valores para operações mensal e anual estão descritos logo abaixo:

Tabela 9 – Planilha de custos anuais do Banco Comunitário de Campo Grande

PLANILHA DE CUSTOS ANUAIS			
Item	Discriminação	Valores Mensais	Valores Anuais
1	Água	100,00	1.200,00
2	Luz	200,00	2.400,00
3	Internet e Telefone	120,00	1.440,00
4	Material de expediente e escritório	150,00	1.800,00
5	Salários e Ordenados (MO fixa)	6.019,20	72.230,40
6	CUSTOS FIXOS MONETÁRIOS	6.589,20	79.070,40
7	Bolsas do Renda Básica da Comunidade	12.000,00	72.000,00
8	CUSTOS DE PROJETO	12.000,00	72.000,00
	CUSTOS FIXOS TOTAIS	18.589,20	223.070,40
9	Concessão dos diversos tipos de crédito	11.410,80	136.929,60
42	Custos Anuais Totais	30.000,00	360.000,00

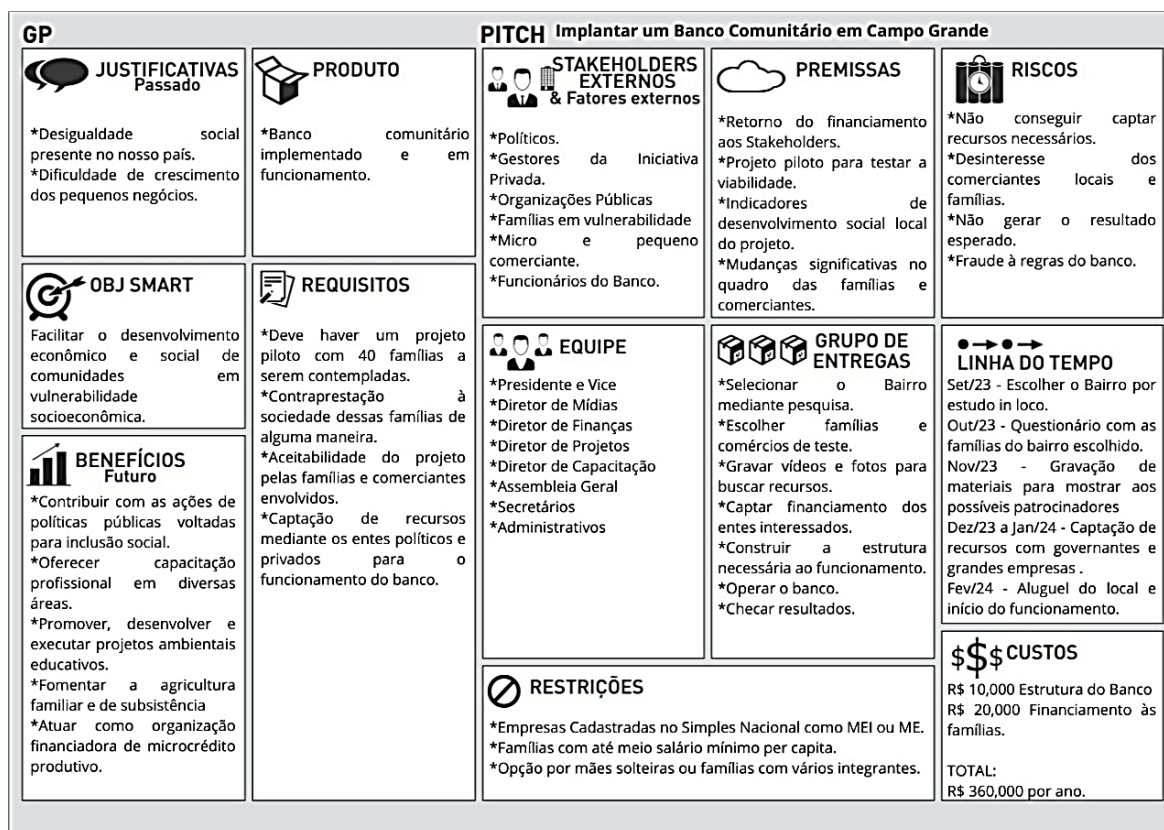
Fonte: Autor (2023)

Com os custos fixos anuais de quase R\$ 80.000,00 para manter o banco, é possível oferecer crédito no valor de R\$ 11.410,80 e oferecer 40 bolsas de Renda Básica da Comunidade no valor R\$ 300,00 aos mais necessitados.

Para a rentabilidade do banco, o valor de R\$ 360.000,00 anual seria necessário ao seu mantimento, que será adquirido tanto por doações do poder público e particulares, quanto pelas atividades do próprio banco: juros sobre os empréstimos, taxas de resgate, de transações, entre outros.

Com os dados acima, foi elaborado o seguinte Canvas resumindo o roteiro a ser apresentado a deputados e aos membros da Secretaria Nacional de Economia Solidária posteriormente:

Figura 30 – Canvas para a implementação do Banco Comunitário de Campo Grande



Fonte: Autor (2023)

4.6 Roteiro para implementar o Banco: checklist e etapas

O checklist detalhado abaixo serve para a implementação de um Banco Comunitário do estilo tradicional. Para um Banco Comunitário Municipal, é preciso realizar os seguintes passos anteriores:

1. Aprovação da Lei Municipal – Cria o Programa Social e o Banco Municipal/Comunitário
2. Chamamento Público para Seleção de uma Entidade Gestora (organização da Sociedade Civil-OSC).

3. Assinatura do Termo de Colaboração com a OSC

Ressalta-se que utilizando o modelo supracitado, o chamamento ocorre por inexigibilidade de licitação, pois inviabiliza outros possíveis concorrentes que não obteriam cadastros junto ao Banco Central. A seguir, os passos são descritos.

Tabela 10 – Checklist do roteiro para a implementação de um Banco Comunitário

Existir um processo de mobilização e organização comunitária: procurar um bairro que já tenha familiaridades de intersubjetividade e ajuda mútua.
Estabelecer com membros dessa comunidade um comitê gestor, para definir as funcionalidades e práticas do banco, aprovação de crédito e gerência do empreendimento social.
Criar uma organização da sociedade civil (OSC) especialmente para este fim, que utilizará a ferramenta E-dinheiro que inclui um arranjo de pagamento digital em cartão, aplicativo e internet banking.
Adquirir um espaço físico para funcionar como a sede do banco.
Adquirir mobiliário e recursos para o fundo de crédito.
Possuir pelo menos 2 funcionários a serem custeados ou pelos rendimentos do banco ou por cessão de órgãos públicos, um para ser o agente de caixa e outro o agente de crédito.
Capacitar a equipe técnica do banco, ensinando práticas de convívio social, manipulação da plataforma e-dinheiro e das redes sociais do Banco Comunitário.
Definição de um planejamento estratégico, visando os objetivos do Banco a longo prazo.
Criar estratégias de marketing para difundir a ideia do Banco na comunidade, visando gerar a confiança mútua e solidariedade entre os membros.
Estruturar os programas de microcrédito, estabelecendo os tipos e faixas de valores, taxas de juros mensais e contraprestações aos beneficiários de bolsas e rendas
Treinamento constante dos agentes de crédito e diretoria do banco, bem como a difusão de práticas educacionais como cursos, mesas redondas, cirandas e rodas de conversa sobre educação financeira e práticas solidárias.
Visitação aos comércios de porta em porta, para agregar microempresários a aceitarem a moeda social como forma de pagamento, mostrando as vantagens do dinheiro circular dentro da comunidade.
Estabelecer diretrizes de comunicação para gerar sensação de pertencimento junto ao Banco, tanto dos empresários como dos mutuários, para que ninguém queira fazer o mau uso.
Revisão anual das estratégias, elaboração dos resultados alcançados e prospecções para o futuro do Banco.

Fonte: Autor (2023)

Separando por áreas, criamos também um roteiro com as atividades programadas e os resultados a serem alcançados, comuns a qualquer iniciativa de criação de um Banco Comunitário:

Tabela 11 – Roteiro por áreas para a implementação de um Banco Comunitário

Áreas	Atividades	Resultados
Parte jurídica	- Criação da sociedade civil. - Confecção do estatuto. - Eleição da diretoria. - Registro dos atos constitutivos em cartório.	Associação Banco Comunitário de Campo Grande, estruturada como Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, voltada à educação financeira, economia solidária e concessão de microcréditos, com registro em cartório e CNPJ regular.
Parte institucional	- Capacitação da equipe técnica, dos agentes de crédito e da diretoria nas ferramentas tecnológicas, de gestão e da plataforma e-dinheiro. - Elaboração de um plano estratégico de gestão e governança. - Campanhas nos bairros Bom Retiro, Vila Dedé e Santa Luzia para dar publicidade, comunicação e visibilidade ao Banco. - Estruturar o programa de concessões de microcrédito: tipos de metodologia, faixas de crédito conforme uso, treinamento dos agentes do banco e educação financeira e solidária aos membros da comunidade (palestras, cirandas, mesas redondas etc.). - Aquisição de sede própria, bem como doações para constituição do fundo de crédito e construção física do Banco Comunitário de Campo Grande.	Banco Comunitário de Campo Grande, com sede própria e equipada. Equipe técnica treinada, programada e engajada para o sucesso do Banco.
Parte prática	- Visita aos comerciantes de porta em porta. - Confecção de materiais publicitários para entrega, bem como adesivagem dos comércios com a logo e o número do Banco. - Reuniões nos bairros com empresários e população - Criação de estratégia para despertar sensação de pertencimento com o banco: “Banco Comunitário de Campo Grande, esse é da Cidade Morena, nosso patrimônio!”. - Promoção de feiras semanais para vendas de produtos (clubes de trocas) e eventos de relacionamentos com os membros da comunidade. - Abertura de contas no Banco de forma fácil, desburocratizada e simples. - Agilidade no atendimento presencial e virtual. - Assiduidade nos pagamentos e auxílio nas transações realizadas com o banco.	Credibilidade consolidada a uma rede credenciada de prossumidores. Sucesso econômico e social do banco, com práticas autogestionárias. Retorno às origens da ideia do banco, para nunca descaracterizar seus propósitos.

Fonte: Autor (2023)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, foi possível aprender na literatura desde as primeiras iniciativas de economia solidária no mundo até as evoluções para a sociedade contemporânea. Dentre elas, estão os Bancos Comunitários e as Moedas sociais, que surgiram justamente com a tecnologia social e a partir das próprias comunidades para enfrentar problemas de exclusão dos padrões financeiros e a fuga da renda para fora da comunidade.

A ideia foi inovar: não apenas um trabalho revisando os conceitos gerais de economia solidária e bancos comunitários, mas uma tentativa prática de implementação na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Foi identificada uma possível comunidade com relações fortes entre si e a boa recepção dos membros do bairro Bom Retiro à ideia.

Para que o projeto saia do papel, são necessários montantes condizentes com a realidade local, pois foi visto e explicado que somente ideias não levam a práticas reais. Espera-se que com a ajuda do poder público e a captação de recursos federais seja possível por a ideia em prática ainda em 2024, pois com a cedência de um espaço, a contratação de dois funcionários, a criação de uma diretoria para o banco que seja moradora e que vivencia o que a comunidade passa e insumos como água, luz e outros necessários, já é possível implementar uma tentativa de mudança.

Foram utilizados, conforme as experiências da literatura e entrevistas a gestores de bancos que estão em operação, possibilidades de um sistema bancário comunitário capaz de ser colocado em prática, com estimativas numéricas reais. Além disso, foi feita uma análise em Chapadão do Sul para a manutenção da economia local e o dinheiro circulando entre associados, o que mostra que ainda no Século XXI este é um anseio da comunidade: o de práticas diferenciadas do sistema capitalista comum.

Com base neste trabalho, algumas ideias de pesquisas futuras podem ser sugeridas:

- Estudo comparativo entre diferentes modelos de bancos comunitários em diferentes regiões geográficas, analisando suas características, desafios e impactos na comunidade.

- Análise do papel do poder público na implementação e sustentabilidade de bancos comunitários, investigando as parcerias e políticas de apoio governamentais, diferenciando principalmente Bancos Comunitários Tradicionais de Municipais.
- Avaliação do impacto socioeconômico dos bancos comunitários em comunidades específicas, considerando indicadores como geração de emprego, inclusão financeira e desenvolvimento local.
- Investigação das estratégias de captação de recursos utilizadas pelos bancos comunitários, explorando alternativas além das taxas de juros cobradas, como parcerias com empresas locais, *crowdfunding* e programas de responsabilidade social corporativa.

Essas sugestões de pesquisas futuras focam principalmente na análise de aspectos práticos do tema “Banco Comunitário”, objetivo principal deste trabalho, voltado à curricularização do ensino público superior e para ideias de teses e dissertações de Mestrados e Doutorados Profissionais em Administração Pública, ou mesmo para artigos científicos de revistas.

6. REFERÊNCIAS

AGEHAB. Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul. Mais moradias serão entregues e nova realidade é inaugurada; conheça os aspectos do Bom Retiro. Disponível em <<https://www.agehab.ms.gov.br/mais-moradias-serao-entregues-e-nova-realidade-e-inaugurada-conheca-os-aspectos-do-bom-retiro/>> Acessado em: 09 de novembro de 2022

AHMED, F.; SIWAR, C. Impact of microcredit programme on poverty alleviation: A comparative study in Bangladesh and Malaysia. **Advances in Environmental Biology**, v. 8, n. 7, p. 2487–2496, 2014.

AHMED, F.; SIWAR, C.; IDRIS, N. A. H. Contribution of microcredit for improving family income of the rural women in Panchagarh district of Bangladesh. **Australian Journal of Basic and Applied Sciences**, v. 5, n. 5, p. 360–366, 2011.

AL-AMIN, M.; MATHBOR, G. M. Agency, empowerment and intra-household gender relations in Bangladesh: Does market-oriented microcredit contribute? **Asian Journal of Women's Studies**, v. 25, n. 2, p. 258–284, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Microcrédito Estudo Especial nº 79/2020 – Divulgado originalmente como boxe do Relatório de Economia Bancária (2019).; Brasília: **Conselho da Comunidade Solidária**, 2020.

BANCO MUMBUCA. Aquecendo a economia solidária e o desenvolvimento sustentável através de moedas sociais digitais como meio de pagamento. (s,d) Disponível em <<https://www.bancomumbuca.com.br/>> Acessado em: 03 de novembro de 2022

BENINI, E. G.; BENINI, E. A.; As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Revista OS. Vol. 17 No. 55**, 2010.

BENNOUNA, G.; TKIOUAT, M. Stochastic model of microcredit interest rate in Morocco. **Risk Governance and Control: Financial Markets and Institutions**, v. 6, n. 4Continued2, p. 268–273, 2016.

BEZBORUAH, K. C.; PILLAI, V. Assessing the Participation of Women in Microfinance Institutions: Evidence From a Multinational Study. **Journal of Social Service Research**, v.

39, n. 5, p. 616–628, 2013.

BIRCHALL, J. The International Co-operative Movement. Manchester, **Manchester University Press, 1997.**

BNDES; Microcrédito – Condições ao Microempreendedor. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-microcredito-empreendedor> Acessado em: 11 de novembro de 2022

BRASIL. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1995.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19249.htm Acesso em: 26 de novembro de 2023

BRASIL. Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 ago. 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11646.htm. Acesso em: 26 de novembro de 2023

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 - Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>. Acesso em: 26 de novembro de 2023

BRITTO, N.; VISANO, B. S. Building community capacity: Self-assessment performance metrics for Canadian microcredit programs. v. 93, n. I, p. 259, 2017.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R.; Gestão Social: Epistemologia de um paradigma. **3ª Edição Revista e Atualizada, MC&G, Universidade Federal do Tocantins, 2022.**

CHIARIELLO, C. L. Universidade Federal da Grande Dourados. "A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária". **Revista ORG & DEMO, Marília**, v. 21, n. 2, p. 97-116, jul./dez. 2020. ISSN 1519-0110.

CHOWDHURY, F. N. et al. Social Business in An Emerging Economy: An Empirical Study in Bangladesh. **JOURNAL OF ASIAN FINANCE ECONOMICS AND BUSINESS**, v. 8, n. 3, p. 931–941, 2021.

COLE, G. D. H. A Century of Co-operation. Manchester Cooperative. **Union Ltd., 1944.**

CORDEIRO, B. O.. Global mobility of microfinance policies. **Policy and Society**, p. 19-35, 2020.

CORREIA-LIMA, B. C.; RIGO, A. S.; SANTOS, M. E. P. DOS. Memória organizacional e construção de identidade: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 4, p. 235–245, 2016.

COSTA, B. A.; JAKOB, K. Loan prepayment and default analyses of a US regional community development financial institution. **Enterprise Development and Microfinance**, v. 29, n. 2, p. 133–144, 2018.

CULL, R.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; MORDUCH, J. The microfinance business model: Enduring subsidy and modest profit. **World Bank Economic Review**, v. 32, n. 2, p. 221–244, 2018.

CURRY, M. S.; CADIOGAN, A. T.; GIUGLIANO, R. G. Brazil's bolsa familia and the Philippines' "4Ps" CCT programs: Considering south-south cooperation for social protection. **Asia-Pacific Social Science Review**, v. 13, n. 1, p. 1–15, 2013.

DAGNINO, R.; SILVA, L. F.; A Economia Solidária no Brasil: comentários sobre a discussão em curso. **INAPP**, 2022.

DE AGUIAR OLIVEIRA, B. M. Palmas social money, old instruments, new solutions: A sociological analysis of money . **Psicoperspectivas**, v. 19, n. 2, 2020.

DE MORAES, E. C.; NOGUEIRA, A. M.; VIEIRA, R. M. D. L. Banco Grameen e Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma Análise Comparativa. **Journal on Innovation and Sustainability. RISUS ISSN 2179-3565**, v. 6, n. 3, p. 127, 2015.

DINIZ, F.; LEITÃO, H. V. Entrepreneurship and social innovation in training and human capital development: The case of the bank palmas. **Economy of Region**, v. 12, n. 3, p. 865–874, 2016.

FARE, M.; AHMED, P. O. Complementary Currency Systems and their Ability to Support Economic and Social Changes. **Development and Change**, v. 48, n. 5, p. 847–872, 2017.

FRANÇA, V. A. A metodologia dos Bancos Comunitários e a geração de capital social: um estudo exploratório das comunidades do Conjunto Palmeiras e Granja Portugal. **Acervo da Universidade Federal do Ceará**. 2011

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. Economia solidária uma abordagem internacional. **Porto Alegre: UFRGS Editora**, 2004.

GAIGER, L.I.G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4º edição. **Editora Atlas**, São Paulo, 2002

GONZALEZ, L.; PORTO, L.; DINIZ, E.H. Microcrédito produtivo no Brasil: histórico recente e condicionantes de desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 72. 2017, p. 193-213

GUPTA, A. Business and globalisation the new face of micro lending in India: A case study. **International Journal of Business and Globalisation**, v. 12, n. 4, p. 485–495, 2014.

HADDAD, F. Sindicalismo, cooperativismo e socialismo. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2006.

HOSSEIN, C. S. Government-owned micro-bank and financial exclusion: A case study of small business people in east port of Spain, Trinidad and Tobago. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 40, n. 3, p. 394–410, 2015.

HOSSEIN, C. S. “Big Man” politics in the social economy: a case study of microfinance in Kingston, Jamaica. **Review of Social Economy**, v. 74, n. 2, p. 148–171, 2016.

HUDON, M.; MEYER, C. A Case Study of Microfinance and Community Development Banks in Brazil: Private or Common Goods? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 45, p. 116S-133S, 2016.

HULL, E. Banking in the bush: Waiting for credit in South Africa’s rural economy. **Africa**, v. 82, n. 1, p. 168–186, 2012.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana. 2016. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/> Acessado em: 05 de novembro de 2022

KELLY, V. L. DE A.; FONSECA, A. C. P. D. DA; SAUERBRONN, F. F. O papel social do microcrédito: estudo sobre o projeto CDD – Cidade de Deus. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 77, p. 1–24, 2018.

KOTLER, P, KARTAJAYA, H, SETIAWAN, I. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro, **Elsevier**: 2012.

LAMPREIA, Carolina. As propostas anti-mentalistas no desenvolvimento cognitivo: uma discussão de seus limites. 1992. Tese (Doutorado em Psicologia) - **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.**

LAVOIE, F.; RAUFFLET, E. Crediamigo: partnering with Vivacred? **Emerald Emerging Markets Case Studies**, v. 2, n. 8, p. 1–14, 2012.

LEI MUNICIPAL Nº 1.564 DE 19 DE MARÇO DE 2021 – Institui o Programa de Microcrédito Produtivo e Economia Solidária no Município de São Gonçalo do Amarante/CE. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1lQF2IOALDH9qcuH9ZmkGfYQ-GnBNw9Y79/view> Acessado em: 11 de novembro de 2022

LIPI, R. K. Dignity and empowerment: An exploration of the microcredit experiences of women in rural Bangladesh. **Journal of International Women's Studies**, v. 18, n. 1, p. 230–259, 2016.

MACHÍN, O. L.; ALEMÁN, J. A.; RODRÍGUEZ, C. R. Enfoques sobre la economía social y solidaria. **Cooperativismo y Desarrollo: COODES**, v. 5, n. 2, p. 137–146, 2017.

MANDACHE, L.-A. The Road Back to Serfdom: Solidarity Economies on the Periphery of Fortaleza, Brazil, 1970–2016. **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 4, p. 190–205, 2020.

MARSH, T. D. Reforming the regulation of community banks after dodd-frank. **Indiana Law Journal**, v. 90, n. 1, p. 179–235, 2015.

MENEGHETTI, R.; BARROFALDI, R. Práticas Efetivas em Educação Matemática no

contexto de um banco comunitário/Effective practices in mathematical education in the context of a community bank. **Bolema**, v. 29, n. 53, p. 809–827, 2015.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento. **14ª. Ed. São Paulo: Hucitec**, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Economia Solidária. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

MOHAN, L.; POTNIS, D.; ALTER, S. Information systems to support “door-step banking”: Enabling scalability of microfinance to serve more of the poor at the bottom of the pyramid. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 33, n. 1, p. 423–442, 2013.

MOURAO, P. R.; RETAMIRO, W. Community development banks (CDB): a bibliometric analysis of the first 2 decades of scientific production. **Environment, Development and Sustainability**, v. 23, n. 1, p. 477–493, 2021.

NANTES, G. B. F.; Empreendedorismo Social: o desempenho do Banco Comunitário na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. **Repositório UFGD**, 2021

NASCIMENTO, T.C; BENINI, E,G; XAVIER, L. F.; MELLO, G, S.; CARDOZO, B. D.; Limites Econômicos da Economia Solidária: uma análise a partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). **Anais do I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, 2017.

NETO, J. J. M.; MAGALHÃES, S. PLIES – Plano Local de Investimento Estratégico. Fortaleza, **Editores independentes do Instituto Banco Palmas**, 2003.

NETO, J. J. M.; MAGALHÃES, S. Banco Comunitário e cooperativa de crédito: Uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza, **Editores independentes do Instituto Banco Palmas**, 2005.

NETO, J. J. M.; MAGALHÃES, S. O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira. **Fortaleza, Conjunto Palmeira**, 2005

NETO, J. J. M.; MAGALHÃES, S. Bancos comunitários. **Documento gerado durante o II**

encontro da rede brasileira de bancos comunitários, realizado de 18 a 21 de abril de 2007.

OLIVEIRA, E. G.; Crédito solidário e moedas sociais na perspectiva do desenvolvimento local participativo: potencialidades e limitações frente ao capitalismo e suas contradições. Dissertação de Mestrado. **Repositório UFMS**, 2017

OLIVEIRA, B. M. DE A. La moneda social Palmas, viejos instrumentos, nuevas soluciones: Un análisis sociológico del dinero. **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad**, v. 19, n. 2, 2020a.

OLIVEIRA, A. J. G. DE. Microcredit and Development: a comparative analysis between Brazilian and Italian experiences. **Cambio-Rivista Sulle Trasformazioni Sociali**, v. 10, n. 19, p. 59–72, 2020b.

PAVLOVSKAYA, M. et al. The Place of Common Bond: Can Credit Unions Make Place for Solidarity Economy? **Annals of the American Association of Geographers**, v. 110, n. 4, p. 1278–1299, 2020.

PONTA PORÃ. Diário Oficial do Município de Ponta Porã. **Edição 1512**. Disponível em <<http://www.pontapora.ms.gov.br/diarios/1708.pdf>> Divulgado em 02 de maio de 2012.

POZZEBON, M.; CHRISTOPOULOS, T. P.; LAVOIE, F. The Transferability of Financial Inclusion Models: A Process-Based Approach. **Business and Society**, v. 58, n. 4, p. 841–882, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Prefeitura entrega nova etapa no loteamento bom retiro e mais famílias realizam sonho da casa própria. **Agência Municipal de Notícias**. Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/prefeitura-entrega-mais-uma-etapa-no-loteamento-bom-retiro-e-mais-familias-realizam-o-sonho-casa-propria/> , 2021.

PROVDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. **2º Edição**. Universidade Feevale, 2013.

PURKAYASTHA, D.; TRIPATHY, T.; DAS, B. Understanding the ecosystem of microfinance institutions in India. **Social Enterprise Journal**, v. 16, n. 3, p. 243–261, 2020.

RANGEL, T. L. V.; SILVA, D. J. Redistribuição e reciprocidade na realidade dos bancos

comunitários: o caso do banco preventório e do banco comunitário popular de Maricá/RJ. **Lex Humana**, v. 8, n. 1, p. 118–140, 2016.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Instituto E-dinheiro Brasil: Levando soluções financeiras e bancárias por todo o território nacional. Disponível em <<http://edinheirobrasil.org/>>. Acessado em 11 de novembro de 2022

RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C.; SILVA JR, J. T. Desafios e potencialidades das moedas complementares: explorando sua utilização e significado para o desenvolvimento. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 38, p. 303–321, 2019.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 70-107, 2015.

RODRÍGUEZ, A. I.; ELORZA, F. A. M.; VÉLEZ, Á. R. Círculos solidarios de Medellín: una experiencia de economía alternativa. **Ratio Juris**, v. 13, n. 27, p. 105–144, 2018.

SÃO PAULO; Lei Nº 17.587 - Cria a Lei Paul Snger – marco regulatório municipal da economia solidária, bem como a política, o sistema e o conselho municipal de economia solidária. **Legislação Paulista**, 2021.

SEDHAST. Dia M: Governo entrega 7 mil cartões do Mais Social na próxima quarta-feira. Disponível em <<https://www.sedhast.ms.gov.br/dia-m-governo-entrega-7-mil-cartoes-do-mais-social-na-proxima-quarta-feira/>> Acessado em 11 de novembro de 2022.

SINGER, P. Introdução a economia solidária. São Paulo, **Editora Fundação Perseu Abramo**, 2002.

SIQUEIRA, A. C. O. et al. Institutional and interpersonal trust and entrepreneurship: Insights from relationship banking and microfinance in Brazil. **International Journal of Business and Globalisation**, v. 14, n. 1, p. 58–74, 2015.

SIQUEIRA, A. C. O. et al. A Commons Strategy for Promoting Entrepreneurship and Social Capital: Implications for Community Currencies, Cryptocurrencies, and Value Exchange. **Journal of Business Ethics**, v. 166, n. 4, p. 711–726, 2020.

SISGRAN. Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande - MS | Imagens de Satélite, Perímetro, Plano diretor e Divisões Geográficas. Disponível em <<https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/>> Acessado em 11 de novembro de 2022.

SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano. 10. ed. **São Paulo: Martins Fontes, 1998.**

VARGAS, A. F. M.; VEGA, M. A. S.; PEÑA, A. A. Incidencia económica y social de los bancos comunitarios en el sector agricultor como parte de las economías sociales y solidarias, en la provincia de Pastaza. **Revista Publicando**, v. 4, n. 12 (2), p. 797–812, 2017.

YUNUS, M. O Banqueiro dos Pobres - a Evolução do Microcrédito que Ajudou os Pobres. **São Paulo: Ática, 2008.**

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p.369-380, 2007.

APÊNDICE A – PROJETO DE LEI E ESTATUTO

BANCO COMUNITÁRIO DE CAMPO GRANDE

ESTATUTO SOCIAL E PROJETO DE LEI

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINS

Art. 1º - O BANCO COMUNITÁRIO DE CAMPO GRANDE, também designado pela sigla B.C.C.G., fundado em XX de XXXXX de 2023, conforme publicação no DIÁRIO OFICIAL DE CAMPO GRANDE, sob n.º XX, página n.º XX, em XX de XXXXX de 2023, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída pela união de pessoas que se organizaram sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado e com sede social situada na Rua XX, n.º XX, Bairro XX, CEP XX - Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul e foro no Município de Campo Grande/MS. O BANCO COMUNITÁRIO DE CAMPO GRANDE reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

Parágrafo Único – O B.C.C.G. tem um âmbito de atuação em todo o município de Campo Grande, podendo expandir-se abrindo escritórios Regionais e Unidades de atendimento quaisquer Bairros, conforme a demanda de serviços e/ou atividades, mediante instrumento de alteração ou adiantamento do Estatuto e/ou do Ato Constitutivo, ou termo de averbação à margem de seu registro civil.

Art. 2º – O B.C.C.G. tem como objetivo primordial a difusão e multiplicação das ações de Finanças Solidárias tendo como referência as práticas dos diversos Bancos Comunitários ao redor do Brasil, objetivando facilitar o desenvolvimento econômico e social de comunidades em vulnerabilidade socioeconômica, capacitando e implementando, no âmbito da sociedade brasileira, instrumentos da Economia Solidária. Busca facilitar o processo de geração e distribuição de trabalho, ocupação e renda para os mais pobres, tendo como estratégia o desenvolvimento local a partir de organização em rede de produtores e consumidores (prossumidores), assim como: (Lei 9.790/99, Art. 3º).

- a) Prestar serviço a Instituições Financeiras na qualidade de correspondente no país, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- b) Atuar como organização de micro finanças no território nacional, desenvolvendo ações de finanças solidárias digitais, tais como: seguros, microcrédito produtivo, microcrédito para consumo e estratégias de redistribuição de renda, por meio de plataformas digitais ou não.

- c) Promover ações de experimentação e incremento à economia solidária e criativa junto à população de baixa renda, tais como: bancos comunitários, de microcrédito, clubes de trocas com moeda social, sistemas monetários alternativos (moedas próprias) e outros ativos monetários próprios de finanças solidárias, pagamentos móveis, compras coletivas, cartão de crédito popular, lojas solidárias, redes de produção e consumo local e outros instrumentos capazes de potencializar de forma inovadora cadeias produtivas locais geradoras de trabalho, emprego e renda.
- d) Capacitar, através de cursos, oficinas, seminários e palestras organizações da sociedade civil e instituições públicas, nos instrumentos metodológicos da economia solidária e economia criativa, capazes de promover o desenvolvimento local e o crescimento da organização comunitária;
- e) Contribuir com as ações de políticas públicas voltadas para inclusão social e desenvolvimento de microempreendimentos solidários e criativos;
- f) Oferecer serviços remunerados ou não do B.C.C.G. às instituições públicas, privadas e da Sociedade Civil.
- g) Oferecer capacitação profissional em diversas áreas, cursos de empreendedorismo, cooperativismo e associativismo para a população de baixa renda;
- h) Apoiar e oferecer serviços para organização, empoderamento, autoestima, proteção social e inclusão socioproductiva de mulheres de baixa renda e vulnerabilidade social;
- i) Oferecer assessoria técnica e gerencial para criação de empreendimentos econômicos solidários, da economia criativa e negócios sociais;
- j) Promover, desenvolver e executar projetos ambientais educativos e para geração de trabalho e renda, tais como energias renováveis, reciclagem, uso sustentável da água, terra e outros.
- k) Desenvolver ações para jovens e adolescentes da periferia que objetivem o desenvolvimento de habilidades para novas tecnologias de TIC, visando a geração de trabalho e renda e sensibilização para o uso de tecnologias alternativas;

l) Administração de cartões de crédito e débito, contas digitais pré-pagas, tratamento de dados, provedores de serviço de ampliação e serviços de hospedagem na internet;

m) Fomentar a agricultura familiar e de subsistência, por meio das cooperativas ou qualquer outra forma de cultivo de terra que é administrada por uma família e emprega como força de trabalho os membros dela, destinada a subsistência do produtor rural e ao mercado interno do país.

n) Intermediação e agenciamento comercial de serviços, equipamentos e negócios;

Parágrafo Único – O BCCG não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução de ações voltadas para fortalecer projetos, programas e rede de Economia Solidária (Lei 9.790/99, parágrafo único do Art. 1º).

Art. 3º - O B.C.C.G. não tem caráter política partidário, ideológico ou religioso e no desenvolvimento de suas atividades, observará os princípios da economia solidária, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião (Lei 9.790/99, inciso I do art.4º)

Art. 4º - O B.C.C.G. terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º - O B.C.C.G. será um testemunho vivo de sua missão institucional. Todos os materiais de limpeza, higiene, pedagógico, alimentação e outros gêneros utilizados pelo B.C.C.G. na administração de sua(s) sede(s), bem como no desenvolvimento de seus projetos, capacitações, oficinas e seminários serão comprados, prioritariamente, em empreendimentos da Economia Solidária e Criativa, exceto quanto localmente não existir a produção solidária destes bens e serviços, dando preferência às microempresas e negócios familiares locais. Por outro lado, o B.C.C.G. no desenvolvimento de suas ações, não utilizará materiais ecológicos que prejudicam saúde do ser humano e do planeta, tais como, copos descartáveis, derivados do petróleo e outros produtos que não sejam biodegradáveis.

Art. 6º - O B.C.C.G. fará campanhas permanentes entre seus usuários, trabalhadores, assessores e prestadores de serviço para que direcionem seu consumo pessoal, e de suas famílias para a aquisição de produtos da economia solidária e biodegradáveis, contribuindo para a sustentabilidade ambiental do planeta.

Art. 7º - Para atingir as suas finalidades, o B.C.C.G. poderá receber auxílios, contribuições, subvenções ou doações, bem como, atuar diretamente ou não, em convênio com entidades do país ou do exterior, e com elas celebrar contratos e termos de parceria, sendo que em nenhuma hipótese, poderá o B.C.C.G. firmar acordos, convênios ou cogestões que o submeta explícita ou implicitamente ao município e aos seus dirigentes, às pessoas jurídicas privadas ou públicas, aos subventores ou doadores e aos partidos políticos.

Art. 8º - A fim de cumprir suas finalidades, a Instituição organizar-se-á em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais serão regidas por este Estatuto.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS - DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES

Art. 9º - O B.C.C.G. é formado por um número ilimitado de sócios.

Art. 10º - O B.C.C.G. contará com as seguintes categorias de sócios, as quais constituem seu quadro social:

- a) Sócio Fundador;
- b) Sócio Contribuinte;
- c) Sócio Benemérito.

§ 1º – Sócio Fundador é aquele que participou da constituição e fundação do B.C.C.G.

§ 2º – Sócio Contribuinte é aquele com todos os direitos e privilégios, estando sujeito a todos os deveres inerentes ao corpo associativo, podendo ser pessoas físicas ou jurídicas, que contribuam financeiramente com o B.C.C.G. ou sejam usuários do banco.

§ 3º – Sócio Benemérito é toda pessoa física ou jurídica que pertença ou não ao quadro social do B.C.C.G., e que tenha prestado relevantes serviços para o engrandecimento da entidade e para o alcance de seus fins, que a critério da Coordenação Executiva, poderá ser agraciado com o Diploma de Sócio Benemérito.

Art. 11º - Cada Sócio Pessoa Jurídica deverá indicar um dos seus membros, mediante uma deliberação interna e lavrada em ata, como representante nas atividades, assembleias, coordenações e conselhos do B.C.C.G.

Art. 12º - Somente os membros fundadores e contribuintes têm poder de voto, desde que estejam em dia com suas obrigações.

Art. 13º - Os sócios do Banco não respondem, nem mesmo solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações e encargos contraídos pela Instituição, mas são individualmente responsáveis pelas omissões e violações do presente Estatuto Social, inclusive no tocante a despesas realizadas que se desvirtuem das finalidades do Banco.

Art. 14º - São direitos dos sócios:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo diretivo após 24 (vinte e quatro) meses de filiação como associado efetivo do B.C.C.G.;
- b) Tomar parte das Assembleias Gerais, propondo, discutindo e votando sobre assuntos de interesse do B.C.C.G.;
- c) Exigir da Coordenação Executiva as melhorias necessárias, o fiel cumprimento aos princípios de cooperação e da colaboração, e o cumprimento das normas estabelecidas neste Estatuto;
- d) Solicitar o seu próprio afastamento temporário ou definitivo, desde que seja feito por escrito e explicando os motivos;
- e) Requerer convocação da Assembleia Geral Extraordinária, justificando a razão do pedido, quando a Coordenação Executiva for omissa ou agir de má fé ou ainda contrariar os princípios estabelecidos neste estatuto, devendo contar com 50% (cinquenta por cento) de assinaturas dos associados que estejam em pleno gozo de seus direitos.

Art. 15º - São deveres dos sócios:

- a) Acatar, de forma compartilhada e consensuada, as determinações da Coordenação Executiva;
- b) Zelar pelo patrimônio social e pelos interesses morais, sociais e fiscais do B.C.C.G., difundindo suas finalidades e objetivos, trabalhando para o engrandecimento dela;
- c) Cumprir fielmente as disposições estatutárias, regimentais e regulamentares do B.C.C.G.;
- d) Contribuir financeiramente de maneira periódica, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, para a manutenção e expansão das atividades do Banco, conforme determinação aprovada em Assembleia e termo de adesão do associado do B.C.C.G.

Art. 16º - Os membros que infringirem as disposições estatutárias ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão;
- c) Exclusão.

§ 1º – O membro será advertido quando com palavras ou atitudes, desrespeitar qualquer membro da Coordenação Executiva ou associado; será suspenso quando reincidir nas faltas supracitadas e/ou desobedecer, desrespeitar ou descumprir as normas estatutárias, regimentais e deliberações da Coordenação Executiva e ainda faltar, sem justificativa prévia, a mais de 2 (duas) Assembleias Gerais, consecutivas ou não; e será excluído, quando sua conduta for contrária e incompatível com os objetivos sociais da entidade, e quando infringir gravemente as disposições estatutárias, quando após suspenso anteriormente por ausência faltar a mais de 3 (três) Assembleias Gerais, consecutivas ou não, ou ainda causar danos irreparáveis ao patrimônio social ou moral do Banco.

§ 2º – Para excluir um sócio serão necessários os seguintes passos;

- I - comissão de sindicância formada por membros externos e internos ao quadro de sócios, garantida a ampla defesa e o contraditório ao investigado;
- II – diante do parecer da comissão de sindicância, é necessário 75% de aprovação da Assembleia Geral para o indicativo de expulsão;

III – se houver o indicativo de expulsão, será aberto um amplo processo de diálogo e negociação entre a Diretoria Executiva do B.C.C.G. e o sócio investigado, baseado na solidariedade e no princípio da tolerância, para restabelecer as relações de confiança com o sócio, na perspectiva de fazê-lo permanecer no Banco;

IV – em não havendo negociação, será necessária uma aprovação de no mínimo 75% da Assembleia Geral para a expulsão.

Art. 17º – A admissão no quadro de sócios far-se-á mediante inscrição, preenchimento de formulário, documento comprobatório da experiência do sócio com projetos de economia solidária; pagamento da mensalidade, adesão aos dispositivos contratuais definidos no Estatuto e aprovação das majorias simples da Assembleia Geral e da Coordenação Executiva.

Parágrafo Único - o sócio ficará isento das contribuições mensais caso seja comprovada a sua hipossuficiência ou situação de vulnerabilidade socioeconômica, enquanto perdurarem essas situações.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 18º – O B.C.C.G. será constituído pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Coordenação Executiva;
- c) Conselho Técnico;
- d) Conselho Fiscal (Lei 9.790/99, inciso III do Art. 4º)

Parágrafo Único – A instituição remunera seus dirigentes que efetivamente atuem na gestão executiva pelos seus serviços prestados e aqueles que lhe prestam serviços específicos, inclusive com o pagamento de verbas indenizatórias referentes à prestação de

serviços e atividades pelo Banco, respeitados em todos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades (Lei 9.790/99, inciso VI do Art. 4º).

Art. 19º – O Banco adotará práticas de gestão administrativa visando coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios (Lei 9.790/99, inciso II do Art. 4º).

Art. 20º – A Assembleia Geral, órgão máximo do Banco Comunitário de Campo Grande, composta pelos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, é soberana em suas deliberações, desde que não contrarie o Estatuto Social ou as disposições legais aplicáveis, tendo como competência exclusiva o seguinte:

- a) Eleger e dar posse aos membros da Coordenação Executiva, do Conselho Técnico e do Conselho Fiscal;
- b) Alterar o Estatuto Social;
- c) Aprovar o Regimento Interno;
- d) Deliberar sobre a extinção do B.C.C.G., sobre a exclusão de associados, bem como, sobre a cassação de mandato de qualquer membro da Coordenação Executiva e do Conselho Fiscal;
- e) Apreciar a prestação de contas apresentada pela Coordenação Executiva;
- f) Reunir-se ordinária e extraordinariamente, por convocação da Coordenação Executiva, do Conselho Fiscal ou de metade dos associados, nos termos do Estatuto Social.

Art. 21º – O B.C.C.G. convocará os sócios para deliberarem em sessões de Assembleias Gerais Ordinária, Extraordinária e Eleitoral, nas quais participarão todos os sócios com direito a voto, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários e regulamentares.

Art. 22º – A Assembleia Geral ordinária será realizada semestralmente para:

- a) Aprovar a proposta de programação semestral do Banco, submetida pela Coordenação Executiva;

- b) Apreciar o relatório semestral da Coordenação Executiva;
- c) Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.

Art. 23º – A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares e outros meios convenientes, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

Art. 24º – A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo, com aviso prévio de 5 (cinco) dias de sua realização, pelo Coordenador Geral, pela maioria simples da Coordenação Executiva, Conselho Técnico e do Conselho Fiscal, ou ainda, por requerimento dos associados em pleno gozo dos seus direitos, em número nunca inferior a metade, devendo constar a pauta dos assuntos a serem discutidos.

Art. 25º – A Assembleia Geral Eleitoral deverá ser convocada com antecedência de 60 (sessenta) dias antes da realização das eleições dos membros da Coordenação Executiva, Conselho Técnico e do Conselho Fiscal.

Art. 26º – A Assembleia Geral somente se realizará em primeira convocação com a presença de dois terços dos associados com o direito a voto ou em segunda convocação uma hora depois, com qualquer número de associados presentes.

Art. 27º – Todas as ocorrências das Assembleias Gerais serão lavradas em Livro Ata próprio circunstanciado, o qual deverá ser assinado pela Coordenação Executiva e pelos Associados presentes.

Art. 28º – As deliberações das Assembleias Gerais serão mediante votação individual, assistindo a cada associado o direito de apenas um voto.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Art. 29º - A Coordenação Executiva é o Órgão administrativo do B.C.C.G. constituída de cinco membros, a saber: Coordenação Geral; Coordenação Administrativo-financeira; Coordenação de Projetos; Coordenação de Comunicação e Coordenação de Capacitação e Gestão do Conhecimento.

§ 1º - Para ser membro da Coordenação Executiva o sócio precisará, obrigatoriamente, já ter convivido diretamente com a Economia Solidária pelo menos durante um ano. Essa convivência poderá ter sido prestando serviço remunerado ou voluntário, realizando estudos e pesquisas, ou outro tipo de engajamento na Economia Solidária. Essa norma objetiva garantir que todos os diretores tenham assimilado com clareza a metodologia e a filosofia da colaboração e da Cooperação na Economia Solidária.

§ 2º - O mandato da Coordenação Executiva será de 04 (quatro) anos.

§ 3º - Em caso de vacância do cargo, a Assembleia Geral elegerá outro Coordenador Geral.

Art. 30º - Compete ao Coordenador Geral:

- a) Representa a entidade judicialmente e extrajudicialmente;
- b) Exercer a direção da Entidade, cumprindo e fazendo cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c) Presidir, convocar e dirigir as reuniões da Diretoria e as sessões das Assembleias Gerais;
- d) Assinar cheques, abrir e encerrar contas bancárias, firmas títulos e quaisquer operações financeiras, conjuntamente ou não com o Coordenador Administrativo-Financeiro;
- e) Convocar e presidir as reuniões da Coordenação Executiva;
- f) Articular parcerias estratégicas para Instituição.

Art. 31º – Compete ao Coordenador Administrativo-Financeiro:

- a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da instituição;
- b) Receber, redigir, despachar e assinar juntamente com o Coordenador Geral, todas as correspondências oficiais e extraoficiais da entidade;
- c) Pagar as contas autorizadas pelo Coordenador Geral;
- d) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

- e) Exercer o controle dos orçamentos aprovados e ter sob o seu controle e guarda todos os valores e dinheiro da entidade;
- f) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- g) Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- h) Assinar documentos oficiais, emitir recibos, assinar cheques, abrir e encerrar contas bancárias, firmar títulos e quaisquer operações financeiras, conjuntamente ou não com o Coordenador Geral;

Art. 32º - Compete ao Coordenador de Projetos:

- a) Acompanhar, monitorar e dar parecer técnico sobre todos os programas e projetos desenvolvidos pelo Banco, garantindo a filosofia e a qualidade técnica deles;
- b) Garantir a relação e a interatividade entre as diversas ações e os diversos projetos do Banco, contribuindo para uma ação integrada nas diversas áreas de atuação;
- c) Relacionar-se com outras experiências/conhecimentos desenvolvidos pelas universidades, pelo poder público ou organizações da sociedade civil, sempre buscando novos métodos de trabalho e alternativas tecnológicas de combate à pobreza com desenvolvimento local;
- d) Implantar Programas e projetos sociais em comum acordo com a filosofia e princípios éticos do Banco.

Art. 33º - Compete ao Coordenador de Capacitação e Gestão do Conhecimento:

- a) Elaborar e coordenar o programa de capacitação do Banco, em vários níveis: capacitação a longo prazo, formação, sensibilização e ações de capacitação em massa.
- b) Buscar de forma inovadora, capacitar o maior número de pessoas possíveis, nas instituições e nos bairros, para as práticas da Economia Solidária;
- c) Desenvolver mecanismo e instrumentos de gestão do conhecimento produzido pelo B.C.C.G. e seus parceiros;
- d) Disseminar tecnologias sociais e metodologias de trabalho desenvolvidas pelo banco;

e) Sugerir e desenvolver ações de estímulo à sistematização dos conhecimentos produzidas pelo banco, sensibilizando todos os diretores, funcionários e parceiros para a necessidade de produção do conhecimento adquirido.

Art. 34º - Compete ao Coordenador de Comunicação:

- a) Produzir o conteúdo de mídias do Banco, bem como seu slogan, logotipo, símbolos e demais informações audiovisuais que caracterizem a entidade;
- b) Gerenciar as mídias sociais da Instituição e o seu relacionamento com a imprensa local, regional e nacional;
- c) Publicar notícias das atividades da entidade nos meios de comunicação, garantindo a transparência e a credibilidade da Instituição;
- d) Coordenar o planejamento de peças publicitárias e ações de marketing que tenham por objetivo divulgar os produtos, serviços e mensagens institucionais da empresa da forma mais eficaz.

Art. 35º - Se um dos membros da Coordenação Executiva pedir licença, for afastado ou renunciar, a Coordenação Executiva é soberana na decisão de indicar, ou não, um sucesso para o Cargo, devendo o mesmo ser eleito pela assembleia geral.

Art. 36º – A Coordenação Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, podendo essa reunião ser presencial ou virtual, deliberando com um terço dos diretores presentes, ou, extraordinariamente sempre que for convocada a reunião por quaisquer dos Coordenadores, caso que mencionará o motivo de tal convocação, devendo a maioria simples da Coordenação Executiva decidir sobre a conveniência ou não do pedido.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO TÉCNICO

Art. 37º - O Conselho técnico é um órgão, devidamente treinado pelo Próprio B.C.C.G. na filosofia da Economia Solidária e Criativa, sendo composto por um número ilimitado de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, perfeitamente afinados com os conteúdos,

métodos e princípios da Socioeconômica Solidária. O Conselho Técnico tem a função de aconselhamento estratégico das ações do B.C.C.G., bem como contribuir na realização e consultorias e assessorias técnicas.

Art. 38º - Compete ao Conselho Técnico:

- a) Aconselhar a Coordenação Executiva em assuntos de caráter estratégico e de grande relevância para o Banco;
- b) Ajudar a Coordenação Executiva na elaboração dos programas e planejamentos estratégicos do Banco;
- c) Executar em comum acordo com o Banco, as ações de consultorias e assessorias técnicas junto ao poder público, empresas e entidades parcerias.

§ 1º - O Conselho Técnico se reunirá ordinariamente uma vez no ano ou extraordinariamente quando convocado pela Coordenação Executiva.

§ 2º - Os membros do Conselho técnico não compõem o corpo de sócios e se assim desejarem terão que ter aprovação da Assembleia Geral. Neste sentido os membros do Conselho Técnico não poderão votar nem ser votados para qualquer cargo diretivo da entidade.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 39º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador do Banco, sendo composto por 03 (três) membros efetivos, escolhidos e eleitos em Assembleia Geral Eleitoral para um mandato de 04 (quatro) anos concomitantemente ao mandato da Coordenação Executiva, com competência administrativa e financeira que lhe é estabelecida pelo estatuto social e pelo regimento interno.

Parágrafo Único - Dos membros efetivos do Conselho Fiscal, um será escolhido para presidi-lo, cabendo aos conselheiros a decisão em votação interna.

Art. 40º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da Instituição;
- b) Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º);
- c) Requisitar a Coordenação Executiva, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômicas-financeiras realizadas pela Instituição;
- d) Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- e) Colaborar com a diretoria executiva para o bom andamento financeiro da Instituição, dando opiniões, sugerindo, ajudando a organizar a documentação financeira e administrativa, sempre que solicitado pela diretoria executiva;
- f) Ficar vigilante para que o Banco vivencie em suas práticas cotidianas os princípios da Economia Solidária, alertando aos sócios e a diretoria executiva todas as vezes que estes princípios forem descuidados.
- g) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral quando votado pela maioria dos seus membros;

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 41º - Concorrerão às eleições para renovação da Coordenação Executiva e do Conselho Fiscal do B.C.C.G., os sócios fundadores e sócios contribuintes que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, que se inscreverem em chapas e tiverem as competências

mínimas gerenciais e técnicas, estipuladas em regimento interno, a fim de garantir o bom andamento das atividades da Entidade.

Art. 42º - As eleições ocorrerão sempre no mês de criação do Banco, para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo haver em todas as instancias, reeleição por igual período.

Art. 43º - Em caso de empate entre duas ou mais chapas, deverá haver novo processo eleitoral.

Art. 44º - Os membros eleitos tomarão posse imediatamente para suas funções e atribuição sob pena de caducar a posse.

Art. 45º - Não coincidindo o número de votantes com o número de cédulas encontradas na urna, a eleição será considerada nula, cabendo ao Coordenador Geral marcar nova data no tempo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 46º - As eleições, tanto para Coordenação Executiva quanto para o Conselho Fiscal, proceder-se-á mediante inscrições de chapas, devendo nessas constarem, necessariamente expressos, os nomes dos Coordenadores Executivos e de seus respectivos cargos.

Art. 47º - As chapas serão impressas em papel opaco e serão rubricadas pelo Coordenador Geral do B.C.C.G. não podendo ser rasuradas.

CAPÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO

Art. 48º – O patrimônio do B.C.C.G. é constituído de bens móveis, imóveis, semoventes, legados, marcas e patentes, títulos, ações ou direitos que ela venha a deter, que serão registrados em nome do Banco e só poderão ser aplicados na execução de seus fins, nos termos do Estatuto Social e do Regimento Interno, sendo vedado aos seus membros exercer propriedade ou composse sobre este patrimônio.

Art. 49º – No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como OSCIP, nos termos da Lei 9.790/99,

preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social e que seja filiada à Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária (Lei 9.790/99, inciso IV do Art. 4º)

Art. 50º – Na hipótese de o Banco obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social e que seja filiada à Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária (Lei 9.790/99, inciso V do Art. 4º).

Art. 51º – Sendo o B.C.C.G. uma sociedade sem fins lucrativos, poderá receber doações voluntárias de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, conquanto que sejam utilizadas para a aquisição de patrimônio ou para a execução de projetos sociais, tendo o poder de emitir e dar recibos em nome do Banco.

CAPÍTULO IX

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 52º – A prestação de contas da Instituição observará no mínimo (Lei 9.790/99, inciso VII do Art. 4º):

- a) Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras do banco, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53° – O B.C.C.G. se extinguirá pela impossibilidade de manter-se, pela inexecutabilidade de seus fins, por lei ou por deliberação de seus membros em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim, contando com o voto de 3/4 (três quartos) dos membros presentes e em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 54° – O Estatuto Social do B.C.C.G. poderá ser alterado total ou parcialmente, em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim, contando com a participação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 55° – É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam o B.C.C.G. em obrigações relativas a negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, finanças e caução de favor.

Art. 56° - Os casos omissos e de caráter urgente e inadiável, bem como, dúvidas suscitadas no presente Estatuto Social, serão resolvidos pela Coordenação Executiva, com base na legislação, na analogia, nos princípios gerais do direito, usos e costumes, e referendados em Assembleia Geral.

Art. 57° - Este Estatuto entra em vigor a partir da data do seu registro.

Art. 58° - Enquanto não se efetivarem as providências constantes no artigo anterior, a Instituição reger-se-á por normas emanadas da Coordenação Executiva na primeira Assembleia Geral.

MATEUS SLAVEC ESTEVÃO

PRESIDENTE

CPF n.º 000.000.000-00

FULANO BELTRANO SICLANO

Advogado

OAB/MS n.º 00.000

PRESIDENTE – MATEUS

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO – AMIEL

COORDENADOR DE CAPACITAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO – CARLOS

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO – SEIXAS

CONSELHO FISCAL – WENDER

CONSELHO FISCAL – EDU

CONSELHO FISCAL (SUPLENTE) – HIRAN

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIAL APLICADO NO BOM RETIRO

FORMULÁRIO DE PESQUISA – BANCO COMUNITÁRIO

PERFIL SOCIAL

1. Qual o gênero da pessoa entrevistada

a) Masculino b) Feminino c) outro

2. Quantas pessoas tem na casa (incluindo você)?

3. Você possui filhos?

a) Sim b) Não

4. Em sua família quantas pessoas são menores de idade?

5. Em sua família quantas pessoas são maiores de idade?

6. Quantas pessoas estão atualmente estudando?

7. Na sua casa possui alguma pessoa portadora de deficiência?

8. Na sua casa possui algum idoso?

9. (Caso sejam mulheres) - Você possui alguma companheira/o com quem divide responsabilidades e contas da casa?

10. Você conhece algum Projeto, Associação ou ONG's que atende aqui (Seminário) na região?

a) Sim b) Não

11. Se sim, Qual?

PERFIL ECONÔMICO

1. Você atualmente está trabalhando?

a) Sim b) Não

2. É registrada/o?

a) Sim b) Não

3. Qual o rendimento total mensal da sua família?

a) 0 a 1.000 b) 1000 a 2000 c) 2000 a 3000 d) Mais de 3000

4. Possui cadastro no CAD UNICO?

a) Sim b) Não

5. Recebe atualmente algum programa de renda do poder público?
(bolsa família, mais social, auxílio emergência)

a) Sim b) Não

SOBRE O PROJETO

Explique sobre a ideia do projeto

1. O que você acha de projetos sobre redistribuição de renda?

a) Muito Bom b) Bom c) Indiferente d) Ruim e) Muito Ruim

2. Você teria interesse em participar de um projeto de redistribuição de renda (bolsa/auxílio)

a) Sim b) Não

3. O quanto você considera importante neste projeto existir alguma espécie de contrapartida para o desenvolvimento familiar e da comunidade do participante?

a) Muito Importante b) Importante c) Indiferente d) Ruim e) Muito Ruim

4 O quanto você acha que esse Projeto ajudaria no comércio aqui do bairro?

a) Muito b) Pouco c) Não ajudaria

Nome do entrevistado:

Número de celular (WhatsApp):